

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Silda Erenita dos Santos

**UM TESOURO A SER DESPERTADO:
O CAPITAL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL, RS**

Santa Cruz do Sul

2013

Silda Erenita dos Santos

**UM TESOURO A SER DESPERTADO:
O CAPITAL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas e Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Olgário Paulo Vogt

Santa Cruz do Sul

2013

Silda Erenita dos Santos

**UM TESOURO A SER DESPERTADO:
O CAPITAL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Olgário Paulo Vogt
Professor Orientador - UNISC

Dr. João Pedro Schmidt
Professor examinador - UNISC

Dra. Christine da Silva Schroeder
Professora examinadora – UNISC

Dr. Pedro Silveira Bandeira
Professor examinador - UFRGS

Santa Cruz do Sul
2013

***Ao meu esposo Arno Roberto,**
pela compreensão e apoio nestes anos de estudo.*

***A minha filha Luana Sofia,**
razão da minha vida.*

***Aos meus pais João Carlos e Concilia,**
por todo o amor e ensinamentos recebidos.*

***A empresa Mercur**
pelo apoio e incentivo.*

***Ao professor Olgário Paulo Vogt,**
pelos ensinamentos, pela dedicação e cumplicidade nesta caminhada.*

À todos que colaboraram nesta descoberta!

AGRADECIMENTOS

À Mercur S.A. por ter me proporcionado condições materiais e tempo para a realização do mestrado. Sou grata, particularmente, ao Jorge Hoelzel Neto, pelo apoio e incentivo.

Ao professor Olgário Paulo Vogt pelas valiosas sugestões e ricos ensinamentos, pelo estímulo, pela sua generosidade em compartilhar conhecimentos, pela sua sabedoria e paciência que sempre estiveram presente ao longo desta trajetória, e por acreditar que era possível. Compartilho todos os méritos que existirem com ele.

A professora Ana Luisa Teixeira de Menezes do Programa de Pós-Graduação em Educação pelo incentivo e por me recomendar ao PPGDR.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC pelos desafios propostos, pelas provocações para novas descobertas e pelas leituras.

Ao professor da UNISC e amigo João Carlos Vogt, pelas contribuições e sugestões durante toda a realização do mestrado.

Aos meus colegas de mestrado, pelos momentos de alegria e por compartilharem experiências e conhecimentos.

À Universidade de Santa Cruz do Sul, ao NUPES.

Aos acadêmicos de geografia, Marcelo Tatsch e Adriano Emmel por me ajudarem na realização da pesquisa de campo.

“No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições
– cooperação e conflitos são à base da vida em comum.

Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a
contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre
organização e espontaneidade.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e
ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões
humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da
espontaneidade e da criatividade.”

(Milton Santos, A natureza do espaço, 2009, p. 322).

RESUMO

Este trabalho estuda o capital social em Santa Cruz do Sul, RS, investigando os tipos existentes e suas dimensões de grupos e redes, de ação coletiva e cooperação, e de confiança e solidariedade. Relaciona também possíveis vínculos entre capital social e o desenvolvimento do município tendo como referência teórica principal o cientista político Robert Putnam. Santa Cruz do Sul se origina de uma colônia criada em 1849 pelo governo do Rio Grande do Sul. A pesquisa histórica evidencia o quanto certos traços culturais e sociais estiveram presentes na localidade desde o início da colonização germânica. Na ausência do Estado, os próprios moradores criaram hospitais comunitários, constituíram dezenas de escolas paroquiais, construíram e mantiveram templos, cemitérios, pontes e estradas. Ali também vicejou um grande número de sociedades de caráter econômico, cultural, desportivo e recreativo. O objetivo geral do presente trabalho foi analisar o estoque de capital social existente no município em 2012. E trabalhou com duas hipóteses: 1ª) Acreditava-se que nas últimas décadas o estoque de capital social pudesse ter diminuído em função de uma série de fatores (a nacionalização forçada, a intensa migração, o acelerado processo de industrialização e urbanização da cidade, etc.); 2ª) Imaginava-se que o tipo de capital social predominante no município seria o do tipo *bonding*, e em menor grau do tipo *bridging* e do tipo *linking*. Na pesquisa de campo, foram aplicados 270 questionários em todo o município, considerando uma margem de 4,74 pontos percentuais, com um nível de confiança de 90%. São averiguadas características do capital social, nos dias atuais, a qual investiga aspectos como participação dos cidadãos em redes e grupos, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação. Os resultados obtidos indicam que atualmente existe um bom estoque de capital social no município. Dentre os tipos existentes, predomina em Santa Cruz do Sul o do tipo *bonding*. O capital social do tipo *bridging* comparando com o *bonding* e com o *linking*, pode ser considerado médio. Já o estoque de capital social do tipo *linking existente* pode ser considerado o mais fraco.

Palavras-chave: capital social, desenvolvimento regional, confiança, cooperação, Santa Cruz do Sul.

ABSTRACT

This paper studies the capital in Santa Cruz do Sul, RS, investigating the types and dimensions of existing groups and networks, collective action and cooperation, and trust and solidarity. Also lists possible links between social capital and the development of the municipality with reference to theoretical main political scientist Robert Putnam. Santa Cruz do Sul originates from a colony established in 1849 by the government of Rio Grande do Sul. Historical research shows how certain cultural and social were present in the town since the beginning of the German colonization. In the absence of the state, the residents have created community hospitals, were dozens of parochial schools, built and maintained temples, cemeteries, bridges and roads. Ali flourished also a large number of companies from an economic, cultural, sport and recreation. The general objective of this study was to analyze the existing stock of social capital in the city in 2012. And worked with two hypotheses: 1) It was believed that in recent decades the stock of capital could have decreased due to a number of factors (forced nationalization, the intense migration, accelerated industrialization and urbanization of the city, etc. .), and 2) it was imagined that the type of social capital in the city would be the predominant type of bonding, and to a lesser degree the type of bridging and linking types. In field research, 270 questionnaires were applied throughout the municipality, considering a margin of 4.74 percentage points, with a confidence level of 90%. Are investigated characteristics of the capital, in the present day, which investigates issues such as citizen participation in groups and networks, trust and solidarity, collective action and cooperation. The results indicate that there is currently a good stock of capital in the municipality. Among the existing types predominates in Santa Cruz do Sul the type bonding. The capital of type brindging compared with the bonding and linking, can be considered average. But the stock of social capital linking existing type can be considered the weakest.

Key-words: social capital, regional development, trust, cooperation, Santa Cruz do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Mapa conceitual sobre o referencial teórico do capital social	27
Quadro 2 - Mapa conceitual sobre as dimensões do capital social	39
Quadro 3 - Mapa conceitual sobre a unificação da nomenclatura dos tipos de capital social..	40
Quadro 4 - Mapa conceitual sobre os tipos de capital social	44
Quadro 5 - Mapa conceitual dos aspectos positivos e negativos do capital social	46
Quadro 6 - Mapa conceitual das principais características do capital social	47
Quadro 7 - Mapa dos bairros do município de Santa Cruz do Sul	76
Quadro 8 - Mapa dos distritos do município de Santa Cruz do Sul	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Imigrantes da Colônia de Santa Cruz do Sul	49
Tabela 02 - População de Santa Cruz do Sul	50
Tabela 03 - População de Santa Cruz do Sul 1860/1950	53
Tabela 04 - População Rural e Urbana de Santa Cruz do Sul	55
Tabela 05- Cooperativas de Crédito existentes em Santa Cruz do Sul no século XX	63
Tabela 06 – Cooperativas Agrícolas existentes em Santa Cruz do Sul no século XX	63
Tabela 07 - Distribuição da amostra por bairros da Zona Urbana do Município de Santa Cruz do Sul	75
Tabela 08 - Distribuição da amostra por distrito da zona rural do município de Santa Cruz do Sul	77
Tabela 09 - Distribuição da amostra por sexo e faixa etária no Município de Santa Cruz do Sul (bairros e distritos)	79
Tabela 10 - Distribuição da amostra, por nível de instrução (escolaridade) no Município de Santa Cruz do Sul (bairros e distritos)	80
Tabela 11- Religião dos entrevistados	81
Tabela 12- Origem étnica dos pais	81
Tabela 13 - Sua família sempre morou neste Município?	82
Tabela 14 - Seus Pais provêm do meio Urbano ou Rural?	83
Tabela 15 - Órgãos que os Santa-cruzenses procuram para resolver problemas coletivos	85
Tabela 16 - Frequência com que os Santa-cruzenses se reuniram no último ano para elaborar um abaixo assinado ou fazer uma reivindicação a membros do governo ou a líderes políticos	86
Tabela 17 - Frequência da convivência social dos santa-cruzenses no último mês	87
Tabela 18 - Participação em organizações e entidades de Santa Cruz do Sul por parte dos familiares, amigos e conhecidos dos entrevistados	88
Tabela 19 - Questão 1.5 - Em quais organizações e entidades de Santa Cruz você participa?	90
Tabela 20 - Participação em Associações Voluntárias, por Regiões	93
Tabela 21 - Questão 2.1 - Se houvesse um problema (por exemplo, de abastecimento de água, luz, transporte ou outro) você cooperaria para tentar resolver o problema?	95
Tabela 22 - Questão 2.2 - Nos últimos 12 meses, você cooperou para a realização de um trabalho coletivo?	95

Tabela 23 - Questão 2.3 - Nos últimos anos, você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?	96
Tabela 24 - Resolução de problemas coletivos & participação em organizações e entidades de Santa Cruz do Sul	97
Tabela 25 – Questão 2.4 - Você acredita que as pessoas em geral cumprem com suas obrigações para com os outros porque esperam que os outros também cumpram com as obrigações para com elas?	98
Tabela 26 – Resposta à questão “O(a) Sr(a) concorda ou discorda com a afirmativa: As pessoas em geral cumprem com suas obrigações para com os outros porque esperam que os outros também cumpram com as obrigações para com elas”, por região do estado	99
Tabela 27 – Se um projeto da comunidade não beneficia você diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do bairro, você contribuiria com:	99
Tabela 28 – Confiança Interpessoal - Você diria que pode confiar na maioria das pessoas?	101
Tabela 29 – Confiança Interpessoal - Você diria que nunca é demais ter cuidado ao lidar com outras pessoas?	102
Tabela 30 – Você acredita que em Santa Cruz:	103
Tabela 31 – Resposta à questão “O Sr. acredita que se pode confiar na maioria das pessoas”?, por região do estado	104
Tabela 32 – Pesquisa sobre capital social em São Leopoldo – Você diria que pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com outras pessoas?	105
Tabela 33 – Questão 3.2 - Você confia (múltipla escolha):	106
Tabela 34 – Questão 3.3 - Nos últimos 2 anos, você prestou algum trabalho voluntário (múltipla escolha) para:	108

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	19
2.1	Definição de Capital Social	19
2.2	Capital Social e Desenvolvimento Regional	27
2.3	Dimensões do Capital Social	36
2.3.1	Grupos e Redes	36
2.3.2	Confiança e Solidariedade	37
2.3.3	Ação Coletiva e Cooperação	37
2.3.4	Informação e Comunicação	38
2.3.5	Coesão e Inclusão Social	38
2.3.6	Autoridade (ou capacitação) [<i>Empowerment</i>] e Ação Política	39
2.4	Tipos de Capital Social	39
	a) <i>Bonding</i> - Capital Social de Ligação – Capital Social Vinculante - Capital Social Comunitário.....	41
	b) <i>Linking</i> - Capital Social de Conexão – Capital Social Institucional	41
	c) <i>Bridging</i> - Capital Social de Ponte – Capital Social Extra-comunitário	41
3	MONTANDO O CENÁRIO: SÍNTESE HISTÓRICA DE SANTA CRUZ DO SUL... 48	
3.1	A Colonização Germânica	48
3.2	A especialização na produção do tabaco e a industrialização	51
3.3	Santa Cruz do Sul e o Capital Social.....	57
4	IDENTIFICANDO O CAPITAL SOCIAL	74
4.1	Instrumentos de pesquisa	74
4.1	As dimensões pesquisadas	84
4.2.1	Grupos e Redes	84
4.2.2	Ação Coletiva e Cooperação	94
4.2.3	Confiança e Solidariedade	100
5	CONCLUSÃO	110
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICE – Questionário	122
	ANEXO A – Planilha da distribuição da amostra por setores censitários, segundo dados do IBGE Censo 2010, município de Santa Cruz do Sul	126

1. INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo tem testemunhado o surgimento e multiplicação de redes como um novo fenômeno organizacional e social. A existência dessas redes de relações sociais está ligada e pautada no capital social, que também é um conceito importante nos estudos sobre o paradigma do desenvolvimento, que deixa de considerar somente o crescimento econômico para inserir no debate também questões que envolvam as esferas social, cultural, ambiental e política.

Augusto de Franco (2004, p. 32) enfatiza que quanto mais rede e mais democracia participativa tiver, maior será o estoque de capital social de uma sociedade, porque as pessoas estão conectadas uma às outras, elas tem múltiplos caminhos para chegar até outras pessoas e processos democráticos participativos acontecem. E quanto menos rede e menos processos democrático-participativos houver, menor será o capital social de uma região. E quanto menor o capital social de uma região, menor o seu desenvolvimento.

A partir dos anos 80, se intensifica o estudo do conceito do capital social, que passa a ter relevância no mundo acadêmico, pois, o mesmo passou a ser visto como um dos fatores que influenciam no desenvolvimento de uma região, comunidade ou nação. No entanto, não existe uma unanimidade sobre o seu conceito. A título de exemplo, quanto à origem do capital social, a literatura tem identificado duas abordagens interpretativas: o neo-institucionalismo e o culturalismo. Conforme Luiz A. G. Cunha (2000, p. 54), a abordagem do neo-institucionalismo é de “que a criação ou elevação do índice de capital social em determinados territórios dependeria da intervenção do Estado” e a abordagem culturalista é de “que a especificidade cultural é a chave para se explicar o nível de capital social”. Na vertente culturalista destaca-se o trabalho de Robert Putnam, e na vertente neo-institucionalista, o destaque fica por conta dos trabalhos de Peter Evans e Jonathan Fox.

No presente estudo, adota-se a abordagem cultural de capital social. Com base nos estudos de Putnam (1995, p.14) “capital social refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes, que podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um estoque substancial de capital social, na forma de normas de reciprocidade e engajamento cívico”. O autor entende que o capital social considera as características culturais e sociais da sociedade civil.

Muitos pesquisadores atribuem a Alexis de Tocqueville (1998) a autoria do pensamento que lançou as bases do conceito de capital social. Fundamentado nas informações

que coletou entre os anos de 1831 e 1832, quando a pretexto de analisar o sistema carcerário norte-americano empreendeu uma viagem de estudos àquela jovem República, Tocqueville constatou que o sucesso da democracia norte-americana devia muito a uma razão de fundo cultural. No entanto, um dos primeiros a usar a expressão “capital social” em círculos acadêmicos com o sentido que se utiliza hoje teria sido Lyda J. Hanifan, um jovem educador e reformador social (Woolcolk, Narayan). Isso em um ensaio escrito em 1916. Na década de 1980, Bourdieu na França teorizou a respeito dessa categoria conceitual. No entanto, foi somente a partir dos trabalhos de James Coleman que se deu início a um estudo mais sistemático e continuado sobre o tema. A partir de então o capital social passou a ser usado como ferramenta conceitual para a análise social. Foi com Putnam que houve a popularização do conceito capital social em razão da repercussão alcançada pela publicação do seu trabalho seminal de “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna”, livro cuja primeira edição apareceu nos Estados Unidos em 1993.

Como grande referência teórica, o capital social é tributário da vertente weberiana. Segundo Carlos Paiva (2008) “Putnam é um legítimo discípulo de Weber e da tese de que uma determinada “cultura” (ou “espírito”) é pressuposto e condição *sine qua non* da emergência das práticas econômicas e político-institucionais que caracterizam as sociedades capitalistas mais dinâmicas e bem-sucedidas”. A obra em que Weber por excelência trata do impacto da cultura na vida econômica é “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Esse clássico trabalho de Max Weber, que foi publicado pela primeira vez em 1905, defende a tese que atribui ao espírito religioso do protestantismo reformador a primazia na formação da mentalidade econômica do capitalismo. Embora Weber não tenha se referido especificamente a expressão capital social, a ideia, conforme Trigilia (2001), esteve presente nas reflexões de Weber. Ela aparece nos seus escritos sobre a religião, mas também pode buscar lastro em alguns dos seus conceitos basilares como o da racionalidade e o da tipologia da ação social. Na concepção weberiana, todo o indivíduo, ao agir, age guiado por motivações, que são baseadas em valores. Procurando estabelecer um padrão racional de conduta, um ator age sempre em função de sua motivação e da consciência de agir em relação a outros atores. E isso pode redundar em desenvolvimento econômico. Na tipologia da ação social, a ação racional com relação a valores, determinada pela crença consciente em valores, também pode, de alguma forma, ser relacionada com o capital social.

É através do estudo do capital social que se identifica os atributos existentes na vida social e cultural, que possibilitam a confiança e o respeito às normas e valores que podem estimular os relacionamentos de cooperação para atingir objetivos que beneficiem a

sociedade. Os pesquisadores e estudiosos ainda não chegaram a um consenso a respeito de seu caráter e da forma de sua apropriação: alguns apontam que o capital social pode ser considerado um bem público ou coletivo; para outros, no entanto, trata-se de um bem privado e ou individual.

A literatura sobre o tema tem mostrado que as regiões com maior índice de desenvolvimento, também apresentam em comum alto estoque de capital social, destacando a existência de redes de relações sociais, a capacidade associativa de grupos, a presença da confiança recíproca e a participação cívica dos cidadãos. Reforçando o que Putnam (2007) constatou em seus estudos, que sociedades mais desenvolvidas e com menos diferenças sociais apresentam um estoque maior de capital social, agências internacionais de apoio ao desenvolvimento, como a CEPAL e o Banco Mundial, recentemente passaram a defender a necessidade da participação da sociedade civil na formulação e na implementação de políticas públicas e de ações governamentais que objetivam o desenvolvimento e a erradicação da pobreza, utilizando o capital social com ferramenta.

Segundo Kliksberg, a relação entre o capital social e desenvolvimento tem uma relevância positiva (quando da sua existência) e uma relevância negativa (quando não existe ou é destruído):

Capital social e cultura podem ser alavancas formidáveis de desenvolvimento se forem criadas as condições adequadas. Seu desconhecimento ou destruição, pelo contrário, podem criar obstáculos enormes no caminho para o desenvolvimento (KLIKSBERG, 2001, p. 123).

Putnam (2007) tem enfatizado que as possibilidades do desenvolvimento estariam mais relacionadas ao volume de capital social existente em uma determinada sociedade, ou seja, com laços de solidariedade, confiança interpessoal e sistemas de participação social, do que com fatores exógenos. O capital social, ao inverso dos demais capitais, não desgasta com o uso, quanto mais usado maior será o seu estoque e mais benefícios poderá trazer.

O capital social é importante para o desenvolvimento, porém cabe lembrar que Bordieu (2011) afirma que o capital social, sozinho, não é independente dos demais capitais (econômico, cultural, humano e natural). Para o autor, os capitais se inter-relacionam, fazem parte de uma rede de relações em que os agentes sociais estão inseridos. Quanto maior a extensão da rede, maior seria o volume do capital social que poderia ser mobilizado. Observa, também, que o capital social não é completamente independente do capital econômico e cultural.

O presente trabalho procura responder a seguinte questão: qual o estoque de capital

social existente no município de Santa Cruz do Sul, no ano de 2012? Para responder a este questionamento trabalhou-se com duas hipóteses:

1ª) Acreditava-se que nas últimas décadas o estoque de capital social de Santa Cruz do Sul pudesse ter diminuído em função de uma série de fatores. Dentre esses se apontava os decorrentes: a) da nacionalização forçada ocorrida durante o Estado Novo; b) do intenso processo de migração de pessoas de outros municípios da região e de outras regiões do RS com destino ao município, o que ocorreu principalmente a partir da década de 1950; c) do acelerado processo de industrialização e de urbanização da cidade; d) da dinâmica do mercado capitalista que fomentou globalização, que tem por base a concorrência; e) da relação verticalizada que as agroindústrias fumageiras (a produção de tabaco é a atividade econômica básica do município) estabeleceram com os produtores rurais através do sistema integrado de produção, que inibe a solidariedade, a cooperação, e as relações de confiança entre os plantadores integrados.

2) Imagina-se que o tipo de capital social predominante em Santa Cruz do Sul seria o do tipo *bonding* ou capital social comunitário (envolve os vínculos entre agentes de mesma posição, voltados “para dentro; são os “laços fortes” entre vizinhos, amigos e familiares), e em menor grau do tipo *bridging* ou capital social extra-comunitário (laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos) e do tipo *linking* ou capital social institucional (ligações verticais entre os pobres e pessoas em postos de decisão em organizações formais). Isso poderia estar influenciando no desenvolvimento do município, pois, em grupos e sociedades desenvolvidas e com menos diferenças sociais, existiria um predomínio do capital social dos tipos *bridging* e *linking*.

O objetivo geral que norteou a realização dessa pesquisa foi analisar o estoque de capital social existente no município de Santa Cruz do Sul, RS, no ano de 2012. Como objetivos específicos tinham-se: a) examinar e identificar os tipos de relações sociais geradoras de capital social no município, levando em consideração a participação das pessoas em grupos e redes formais e informais; as relações de ação coletiva e de cooperação; e as relações de confiança e solidariedade; b) identificar quais os tipos de capital social existentes no município o do tipo *bridging*, do tipo *linking* e do tipo *bonding* e quais os que predominam no município de Santa Cruz do Sul.

O que motivou a realização do trabalho foi que no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC havia uma série de trabalhos que tinham como objeto de pesquisa o capital social. Nenhum deles, no entanto, se dedicava a auferir e a medir o estoque de capital social existente em Santa Cruz do Sul. Nesse sentido, pode-se afirmar que a

pesquisa tem um caráter inédito. Outra questão é que a categoria conceitual com a qual se trabalha possui atualidade e relevância científica. Estudos e publicações sobre a contribuição do capital social para o desenvolvimento de uma região têm merecido consideráveis espaços nas universidades e nos institutos de pesquisa do país e do exterior, e no ramo editorial.

A pesquisa empírica recaiu sobre Santa Cruz do Sul. O município foi colonizado a partir de meados do século XIX por imigrantes e descendentes de imigrantes alemães. A localidade apresentou, no passado, uma série de evidências da presença de significativo estoque de capital social de origem cultural (Vogt, 2006; Schmidt, 2002; Correa, 2004), portanto, do mesmo tipo ao qual se refere Putnam (2007), que defende que a comunidade cívica tem sua origem na herança histórico-cultural, e que o capital social é resultado de um processo de longo prazo. Para o caso do norte da Itália, Putnam relacionou o capital social ali existente com as dinâmicas político-administrativas provenientes desde a Idade Média.

A pesquisa de campo contou com a aplicação de um questionário (APÊNDICE). O questionário foi formulado com base em diversos instrumentos de pesquisa de medição de capital social, dentre os quais QI-MCS do Banco Mundial (GROOTAERT et al., 2003), Bandeira e César (2001), Drumond e Felipe (2003), Gomes (2005) e Bender (2007). A amostra foi calculada com base nos dados do IBGE (Censo Demográfico de 2010). Foram aplicados 270 questionários, sendo 241 aplicados na área urbana e 29 nos distritos, considerando uma margem de erro de 4,74 pontos percentuais, com um nível de confiança de 90%. Os parâmetros usados foram sexo, idade, escolaridade e local de residência.

O trabalho está organizado em introdução, três capítulos e conclusão. No primeiro capítulo, tem-se o referencial teórico sobre os conceitos, dimensões e tipos de capital social, e a relação do mesmo com o desenvolvimento regional segundo o pensamento dos principais autores deste tema. A base teórica do trabalho foi desenvolvida a partir do conceito pensado por Putnam (2002 e 2007), enfatizando a organização social em redes e grupos, ação coletiva e cooperação, confiança e solidariedade, e a relação destas dimensões com o desenvolvimento de uma região.

No segundo capítulo faz-se uma breve síntese da trajetória histórica do município de Santa Cruz do Sul, que se inicia com a chegada dos imigrantes alemães em 1849 à Colônia de Santa Cruz. Busca-se entender o processo de desenvolvimento que ali ocorreu e a relação do mesmo com o capital social. São pesquisados elementos relacionados ao trabalho comunitário, cultura associativa, cooperativismo, vida social, lazer coletivo, processo de industrialização, de migração para o município, e como estes impactaram nas relações sociais entre as pessoas e no estoque de capital social. Para tanto, busca-se considerar os estudos já

realizados por Schmidt, Correa, Vogt e Bandeira, sobre a presença de capital social no município.

No terceiro capítulo, se apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada em 2012, dando-se ênfase nas seguintes dimensões de capital social: a participação das pessoas em grupos e redes formais e informais; as relações de confiança e solidariedade entre as pessoas; as relações de ação coletiva e de cooperação entre as pessoas. Também busca-se identificar entre os tipos de capital social: *bridging*, *linking* e *bonding* quais os que predominam no município. Estes resultados tratados estatisticamente são a base empírica da resposta ao problema de pesquisa.

2. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo procura-se interpretar as diferentes definições sobre capital social, entender as bases teóricas utilizadas por pesquisadores que se dedicam ao tema e identificar os tipos e as dimensões do capital social. Busca-se ainda relacionar a existência do capital social com o Desenvolvimento Regional.

2.1 - Definição de Capital Social

Cada vez mais, o capital social vem sendo objeto de análise de pesquisadores contemporâneos, pois o mesmo passou a ser visto como um dos fatores que influenciam no desenvolvimento de uma comunidade, região ou nação. É através dele que se estuda e se identifica os atributos existentes na vida social e cultural que possibilitam a confiança e o respeito às normas e valores que podem estimular os relacionamentos de cooperação para atingir objetivos que beneficiem a sociedade.

O conceito de capital social está longe de constituir uma unanimidade entre os estudiosos. Da mesma forma, as análises dos pesquisadores ainda não chegaram a um consenso a respeito de seu caráter e da forma de sua apropriação: alguns apontam que o capital social pode ser considerado um bem público ou coletivo; para outros, no entanto, trata-se de um bem privado e ou individual.

A noção de capital social tem origem na sociologia, na economia e nas ciências políticas. Entretanto, foi a partir da década de 1990 que o conceito ganhou espaço no âmbito acadêmico e no debate sobre o desenvolvimento promovido por organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A maioria das definições faz referência aos seguintes termos: confiança, participação cívica, redes, reciprocidade, cooperação e ação coletiva. Para o Banco Mundial, a quantidade, qualidade e persistência das interações sociais entre vizinhos, amigos e membros, assim como a habilidade do trabalho em conjunto procurando o bem comum, gera capital social. Nessa concepção, o capital social seria especialmente importante para o pobre já que poderia ser usado como substituto do capital humano e do capital físico (WORLD BANK, <http://worldbank.org>).

A grande maioria dos pesquisadores contemporâneos (PUTNAM, 2007, CREMONESE, 2008, VOGT, 2006, SCHMIDT, 2003, FRANCO, 2001), atribui a Alexis de Tocqueville (1805 -1859) como sendo o autor que lançou as bases do conceito de capital

social. Em 1831, Tocqueville visitou os Estados Unidos em uma missão do governo francês para estudar o sistema penitenciário norte-americano. Como grande observador do tecido social e de suas relações, o pesquisador publicou um livro sobre a sociedade americana, “Democracia na América”, no qual ele afirma a importância das associações cívicas e ressalta a conexão entre os costumes de uma sociedade e suas práticas políticas. As associações cívicas reforçariam os “hábitos do coração”, que seriam essenciais às instituições democráticas estáveis e eficazes. O pensador acreditava que o sistema democrático requeria uma base moral, e que esta base moral deveria ser ensinada no seio da família, na escola e no próprio ambiente social, para a criação da humanidade que respeitasse a convivência social.

Tocqueville afirma que o envolvimento e a participação em grupos (associações) trazem consequências positivas para os indivíduos e para o coletivo. Conforme esse aristocrata francês, a ação coletiva e os ideais comuns seriam imprescindíveis para o desenvolvimento (que ele denomina de prosperidade) numa sociedade:

Ora, é fácil ver que não há sociedade que possa prosperar sem crenças semelhantes; ou melhor, não há sociedades que subsistam assim; pois, sem ideias comuns, não há ação comum, e sem ação comum, ainda existem homens, mas não um corpo social. Para que haja sociedade e, com mais forte razão, para que esta sociedade prospere, é necessário, portanto, que todos os espíritos dos cidadãos estejam sempre reunidos e mantidos juntos por algumas ideias principais (TOCQUEVILLE, 2010, p. 294).

O cientista político Robert Putnam, professor da Universidade de Harvard, é apontado como o grande popularizador e disseminador do conceito de capital social. A construção do conceito e as hipóteses associativas estão nas suas duas principais obras: uma sobre a Itália, “Comunidade e Democracia a experiência da Itália moderna”, cuja primeira edição é do ano de 1996; a outra sobre os EUA, “*Solo em la bolera – Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*”, que veio à luz no ano de 2001.

Putnam defende que o capital social normalmente se constitui em um bem público, por ter características específicas – confiança, normas e cadeias de relações sociais – que o diferenciam do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Seu pensamento se sustenta em Coleman, para quem “por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam” (PUTNAM, 2007, p. 180).

Outro ponto vital para a existência de capital social, na visão do Putnam, seria a confiança. Ele é um dos pesquisadores que mais trabalha com este enfoque. Para o autor, “a confiança é um componente básico do capital social” (PUTNAM, 2007, p. 180). A confiança promoveria a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade,

maior seria a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação geraria confiança. Para o autor, a progressiva acumulação de capital social seria uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica.

A ação coletiva também teria que ser considerada quando se dimensiona o estoque de capital social. Putnam coloca que “nas regiões menos cívicas da Itália, a vida ficou atrofiada por mais de um milénio. Porque eles preferiram viver solitários e na pobreza? Não seria melhor que todos cooperassem para o bem comum?” (PUTNAM, 2007, p.170) Para ilustrar o seu pensamento, ele cita David Hume, filósofo escocês do século XVIII, com sua parábola que reflete o dilema fundamental que corrói o espírito cívico racional:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois, não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua (PUTNAM, 2007, p. 173).

Portanto, na visão de Putnam, o capital social considera as características culturais e sociais da sociedade civil, ou seja, se existe ou não confiança, solidariedade, reciprocidade e cooperação entre seus membros. Eles seriam elementos importantes para o aperfeiçoamento da democracia, das comunidades, das pessoas e, inclusive, da sociedade política e do Estado.

capital social refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes, que podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um estoque substancial de capital social, na forma de normas de reciprocidade e engajamento cívico (PUTNAM, 1995, p. 14).

Defende que as redes de engajamento cívico (cooperativas, clubes esportivos, partidos políticos, associações de moradores, associações de Pais e Mestres) seriam um importante componente na existência do capital social. “Quanto mais densas são estas redes numa comunidade, com maior probabilidade seus cidadãos serão capazes de cooperar para o benefício mútuo” (PUTNAM, 1995, p.14). Logo, uma comunidade é formada por redes de relações e o capital social existente em uma comunidade dependeria da dimensão e da densidade dessas redes. Quanto mais horizontalizadas as relações das redes, mais democráticas e quanto mais diferentes categorias sociais englobassem, mais cooperação existiria. Quanto mais desenvolvido fosse este sistema, maior seria a probabilidade de que seus cidadãos fossem capazes de cooperar em benefício mútuo.

As relações existentes em uma comunidade, argumenta Putnam, mostraria como esta comunidade seria e como ela poderia se desenvolver. Para ele, em comunidades em que a democracia funciona, e em que se valorizam a solidariedade, a integração e a participação cívica, as pessoas participariam mais e as redes sociais e políticas funcionariam de forma não hierárquica. Tomando o exemplo da Itália, constatou que:

Algunas regiones italianas, como Emilia-Romagna y Toscana, cuentan con numerosas organizaciones comunitarias activas. Lo que llevaba a comprometerse a los ciudadanos de esas regiones eran los asuntos públicos, no el patrocinio. Todos confiaban en que los demas actuarian con justicia y obedecirian la ley. Los dirigentes de esas comunidades son relativamente honrados y se sienten comprometidos con la causa de la igualdad. Las redes sociales y políticas estan organizadas horizontal, no jerarquicamente. Estas comunidades cívicas valoran la solidaridad, la participacion cívica y la integridad. Y en ellas funciona la democracia (PUTNAM, 2002, p. 467).

A formação e a manutenção do capital social de uma comunidade estariam diretamente ligadas a como as redes são estabelecidas e como elas se conectariam em prol de um bem coletivo. Elas seriam fundamentadas na confiança, solidariedade, cooperação e respeito mútuo. Tanto a formação, quanto a manutenção do capital social seriam favorecidos quando as relações e os laços das pessoas envolvidas fossem horizontais, ou seja, todos em igualdade de posição, e seriam dificultadas quando as relações e os laços das pessoas envolvidas fossem verticais, ou seja, existisse a hierarquia: alguns mandam e/ou decidem e muitos obedecem e/ou somente observam.

Com relação aos vínculos horizontais e verticais de uma comunidade, Putnam defende que “a diferença fundamental não é entre a existência ou a inexistência de vínculos sociais, mas entre os vínculos horizontais de solidariedade mútua e os vínculos verticais de dependência e exploração” (PUTNAM, 2007, p. 154). Para ele, quanto maiores os vínculos e as relações horizontais, maior o estoque e a capacidade de produção do capital social; e quanto maior os vínculos e as relações verticais, menor o estoque e a capacidade de produção do capital social. Assim, tomando o exemplo da Itália, afirma que “a apatia e os antigos vínculos verticais do clientelismo restringiam a participação cívica e inibiam as manifestações voluntárias e horizontalmente organizadas de solidariedade social” (PUTNAM, 2007, p.159).

Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser acumulativos e a reforçar-se mutuamente. Como o capital convencional, os que dispõem de capital social tendem a acumular mais. Também outras formas de capital social, como as normas e as cadeias de relações sociais, multiplicam-se com o uso e minguam com o desuso. Por todos esses motivos, a criação e a dilapidação do capital social se caracterizariam por círculos virtuosos e círculos viciosos (PUTNAM, 2007).

No que diz respeito à diminuição do estoque de capital social, argumenta que o enfraquecimento das relações sociais numa comunidade vai acontecendo sem que as pessoas percebam. São costumes e hábitos que vão sendo alterados. A busca por solucionar problemas e priorizar necessidades individuais se torna algo normal e natural e os problemas e necessidades coletivas são desconsideradas:

El debilitamiento del capital social se manifiesta en cosas que se han desvanecido casi sin darnos cuenta: las fiestas de barrio y las reuniones con amigos, la amabilidad espontanea de los desconocidos, la búsqueda compartida del bien comun en vez de una persecucion solitaria de los bienes privados (PUTNAM, 2002, p. 545).

Uma visão diferente a respeito do capital social é apresentada pelo sociólogo francês, Pierre Félix Bourdieu, que foi professor na École de Sociologie du Collège de France. Bourdieu defende que o capital social seria um ativo que oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão melhores posicionados ou relacionados. Assim, diferentemente de Putnam, Bourdieu vê o capital social como um ativo repartido de forma desigual, e afirma que o capital social é um conceito parente das outras formas de capital, como, por exemplo, o educacional e o econômico, que reproduzem a desigualdade que existe na sociedade. Ele via o capital social como uma propriedade das elites, como algo que lhes possibilitava uma posição de superioridade em relação aos outros grupos sociais.

O autor define que:

o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, a vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e uteis (BOURDIEU, 2011, p. 65).

Bourdieu defende que a ação das relações mobiliza o pensar e o agir coletivo. Nesse sentido, “o capital social de um grupo (família, antigos alunos de escolas, clubes seletos, nobrezas, etc) pode mobilizar mais que do que de um indivíduo” (BOURDIEU, 2011, p. 65). Porém, enfatiza que o capital social sozinho não é independente dos demais capitais (econômico, cultural, humano e natural). Eles se inter-relacionam, fazem parte de uma rede de relações em que os agentes sociais estão inseridos. Quanto maior a extensão da rede, maior seria o volume do capital social que poderia ser mobilizado. Observa, também, que o capital social não é completamente independente do capital econômico e cultural.

O sociólogo Alejandro Portes, da Universidade de Princeton, afirma que apesar da vulgarização do conceito de capital social, para a sociologia ele não traz nenhuma ideia nova.

Ou seja, o fato de “que o envolvimento e a participação em grupos pode ter consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade é uma noção corrente” (PORTES, 2000, p.1). Ele questiona a forma como o conceito é abordado em alguns periódicos especializados e de circulação geral, que muitas vezes induzem à falsa impressão de que o capital social se constitui de um remédio para todos os males e problemas que afligem a sociedade.

Para Portes, o capital social é um bem individual. Afirma que “apesar de acreditar que a maior promessa teórica do capital social se encontrar ao nível individual – exemplificado pelas investigações de Bourdieu e de Coleman -, nada existe de intrinsecamente errado em redefini-lo como propriedade estrutural de grandes agregados” (PORTES, 2000, p. 11). No entanto, adverte que esta linha conceitual requer mais cuidado e refinamento teórico do que o dispensado até então pelos estudiosos do tema.

Portes salienta a intangibilidade do capital social em relação a outras formas de capital. Para o autor, o capital financeiro está nas contas bancárias das pessoas; o capital humano está nas mentes das pessoas; e o capital social está na estrutura das suas relações. Acredita que o capital social prove de duas fontes:

em primeiro lugar, o conceito incide sobre consequências positivas, pondo de lado as suas características menos atrativas; em segundo lugar, enquadra essas consequências positivas, numa discussão mais ampla acerca do capital, chamando a atenção para o fato de que as formas não monetárias podem ser fontes importantes de poder e influência, à semelhança do volume da carteira de ações ou da conta bancária (PORTES, 2000, p. 1).

Para o autor, a confiança é uma fonte de capital social. Quando existe a confiança, há uma facilidade nas transações, no acesso a recursos e na proteção das condutas ilícitas. Ele exemplifica que “não existe qualquer necessidade de advogados para trocas comerciais subscritas por esta fonte de capital social” (PORTES, 2000, p. 4).

Francis Fukuyama é outro pesquisador que tem contribuído no estudo do capital social. Filósofo e economista político, professor na *George Mason University*, acredita que o capital social é um padrão atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Define que o “capital social não é um conjunto de leis formais, mas sim como normas informais que promovem o comportamento cooperativo” (FUKUYAMA, 2000, p. 39).

Para Fukuyama, o capital social não é um bem público, “mas sim um bem privado impregnado por externalidades, então poderemos ver que uma economia de mercado moderna, gera capital social o tempo todo” (FUKUYAMA, 2000, p. 265). Externalidades, para o autor, significa que indivíduos podem produzir capital social por suas próprias razões

egoístas; mas este capital social, uma vez produzido, produzirá muitos efeitos benéficos para toda a sociedade. Ele afirma que “indivíduos que acreditam que a honestidade é a melhor política (isto é, que ela tem um valor egoísta) acabam agindo da mesma maneira que aqueles que acreditam que a honestidade deve ser valorizada por si mesma” (FUKUYAMA, 2000, p. 264).

Como pesquisador da cultura corporativa, Fukuyama acredita que no caso das empresas, “o capital social pode ser e é adquirido pelo investimento direto em educação e treinamento em habilidades cooperativas” (FUKUYAMA, 2000, p. 265).

Para o autor, o capital social é muitas vezes mais difícil de ser adquirido do que outras formas de capital humano ou físico. Mas por ter sua base em valores e hábitos éticos, também é mais difícil de ser destruído ou modificado. Fukuyama acredita que:

a aquisição de capital social, requer hábito às normas morais de uma comunidade e, no seu contexto, a aquisição de virtudes como lealdade, honestidade e confiabilidade. O capital social não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria. Ele é baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais (FUKUYAMA, 1996, p. 42).

Segundo Fukuyama (1996, p. 41), “o capital social é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade”. Para ele há um grande diferencial do capital social das demais formas de capital, porque ele geralmente é criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábitos históricos.

O antropólogo social John Durston, ex-consultor das Nações Unidas e da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL, realizou uma série de pesquisas sobre capital social em pequenas comunidades camponesas. Detectou em seus estudos que a reciprocidade, a confiança e a cooperação são o conteúdo das relações e instituições sociais, e estão diretamente ligados ao capital social. Ele define que:

Se entenderá por capital social el contenido de ciertas relaciones y estructuras sociales... las actitudes de confianza que se dan en combinación con conductas de reciprocidad y cooperación (DURSTON, 2002, 2006, p. 108).

Durston (2006, p. 106), também nos apresenta a visão da CEPAL sobre capital social: “el capital social es el contenido de relaciones sociales y de instituciones sociales, basado en la reciprocidad difusa y caracterizada por prácticas repetidas de cooperación que generan confianza”.

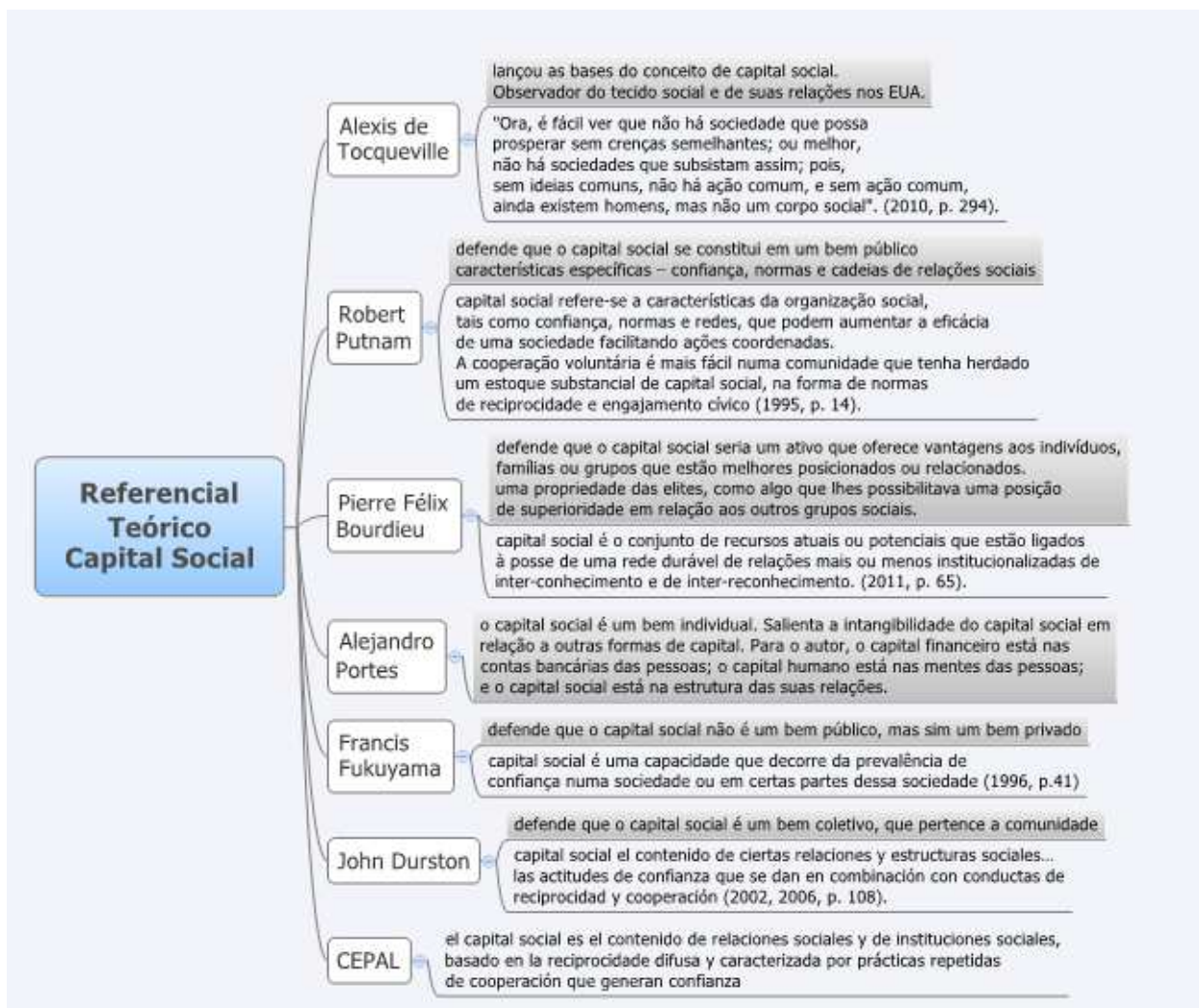
Para Durston, a participação em redes reforça os vínculos do capital social, que se acumula com o uso. Quanto mais estes vínculos são ativados, maior será o aprendizado

coletivo, gerando a cooperação e o aumento da confiança entre as pessoas, e elevando a capacidade de empreendimento coletivo. Ele acredita que desta maneira os grupos se mobilizam para formar associações de trabalho, comunidades e sociedades regionais com capital social. A propriedade do capital social, na sua concepção, é um bem coletivo, ou seja, pertence ao conjunto da comunidade (DURSTON, 2006, p. 107).

Conforme o pesquisador, a confiança tem um apoio cultural no princípio da reciprocidade, e um apoio emocional, que é o afeto que sentimos por aqueles que acreditamos ser confiáveis, que mostram a sua confiança em nós. Vivendo em um mundo de riscos e ameaças, os indivíduos precisam confiar em alguém, ou seja, ter relações que gerem o capital social, o que não impede que aconteçam também a traição da confiança e possíveis fraudes, o que é um impeditivo para a geração do capital social. (DURSTON, 2002, p. 2, 2006, p. 107).

Para a pesquisa desenvolvida nesta dissertação partiu-se do conceito de capital social pensado por Putnam. Acredita-se que o capital social trata-se de um bem público, que é construído e mantido num determinado território pela participação e engajamento das pessoas nesta comunidade. E concorda-se que as características da organização social são desenvolvidas ao longo da história de uma região, e que os aspectos culturais podem facilitar ações coordenadas, proporcionando prosperidade e desenvolvimento para as regiões. Veremos no capítulo 3 que o capital social iniciou e se desenvolveu no município a partir da cultura associativa e cooperativa dos imigrantes alemães.

Quadro 1 - Mapa conceitual sobre o referencial teórico do capital social



Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

2.2 - Capital Social e Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento, na perspectiva territorial, está atento ao território como um todo, compreende a sua dinâmica e a sua diversidade, leva em consideração os atores regionais que vivem neste território, e a partir daí, propõem estratégias de promoção de desenvolvimento regional.

Virgínia Elisabeta Etges, professora da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, afirma que “o tema desenvolvimento regional vem recebendo atenção crescente ao longo dos últimos anos, seja no meio acadêmico, ou junto às inúmeras iniciativas de governos e da sociedade organizada, preocupados em imprimir nova dinâmica aos processos de promoção de qualidade de vida junto à população” (ETGES, 2005, p. 47- 48). Argumenta ainda que

“surge também à preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento, que remete não só a questões de ordem ambiental, mas também a questões de ordem social, econômica, política e cultural” (ETGES, 2005, p. 48). A pesquisadora compreende que “o significado de desenvolvimento regional sustentável na atualidade nos remete necessariamente a discutir o território, enquanto paradigma fundante de uma nova concepção, qual seja, a de desenvolvimento territorial” (ETGES, 2005, p. 48).

Para o sociólogo Juarez de Paula (2009)¹, todo desenho territorial é uma construção subjetiva, ou seja, depende da ação de um “sujeito” para formar e instituir o território. Essa construção subjetiva pode ser exógena (feita a partir de agentes externos) ou pode ser endógena (feita a partir dos agentes locais).

Pensar no desenvolvimento é pensar no território, no social e nas pessoas que nele vivem. Quando um território pertence aos seus atores, estes cooperam, interagem e constroem o seu coletivo, o desenvolvimento acontece e o capital social está presente. Milton Santos afirma que:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 10).

A organização, o pensar e a identidade de um território estão conectados ao como os atores deste território se relacionam entre si e com o seu território, e como eles pensam a sua comunidade. O pensador social e político Martin Buber (2008, p. 47) afirma: “A comunidade pode, a partir da relação entre duas ou algumas pessoas, tornar-se o fundamento da vida comum de muitas pessoas”.

É importante salientar que o capital social, sozinho, não promoverá o desenvolvimento, pois é preciso que no território exista também o capital natural, o capital humano, o capital cultural e o capital financeiro. Quando estudamos os conceitos, é importante ter o olhar voltado para as partes e para o todo:

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes, e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização (SANTOS, 1997, p. 96).

¹ Revista on-line: Território em Rede - blog que trata da atuação do Sebrae no Desenvolvimento Territorial. O objetivo é disseminar informações sobre as ações que contribuam na construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das localidades por meio das micro e pequenas empresas.

A Cepal, que desde o seu início tem destacado a importância do social no desenvolvimento, tem enfatizado a utilização do capital social como ferramenta útil para a implantação de estratégias e programas que visem à superação da miséria, da pobreza, das desigualdades e da solução de problemas coletivos. Em 2001, organizou a Conferência “Hacia un nuevo paradigma: capital social y reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe”, e lançou um livro sobre capital social. Neste trabalho, aparecem vários exemplos de localidades e regiões que superaram suas dificuldades fazendo uso desse bem cultural denominado capital social. Esses trabalhos reforçam o que Durston (2002) constatou em seus estudos, ou seja, que o capital social já faz parte das ferramentas especializadas em análise de desenvolvimento social e econômico, e que este conceito é particularmente útil para repensar o problema da pobreza rural e das pequenas comunidades.

Nos últimos anos, não foi somente a CEPAL que tem dado especial atenção às pesquisas referentes ao capital social. Outros organismos internacionais também o fizeram. É o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial. O Banco Mundial, ao reconhecer o potencial do capital social, destinou recursos para a elaboração de um conjunto de ferramentas básicas para medir as diferentes dimensões do capital social. O Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) tem como propósito encorajar um maior diálogo entre pesquisadores, formuladores de políticas públicas, gerenciadores de tarefas e a própria população empobrecida.

Amartya Sen, professor e Reitor do Trinity College, Canbridge, e prêmio Nobel em economia em 1998, afirma que “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda” (SEN, 2000, p. 28). E salienta que “o desenvolvimento tem que estar relacionado, sobretudo com a melhoria de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2000, p. 29). Ele acredita que “a questão da participação também é central para alguns dos problemas básicos que tem minado a força e o alcance da teoria do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 47).

Para Sen (2000), a liberdade é central no processo de desenvolvimento, por dois motivos: a) a avaliação do processo tem que ser feita basicamente constatando se houve o aumento de liberdade das pessoas; e b) a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

Segundo Sen, o desenvolvimento requer que:

se remova as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p. 18).

Putnam (2007) é um dos pesquisadores que têm enfatizado que as possibilidades do desenvolvimento estariam mais relacionadas ao volume de capital social existente em uma determinada sociedade, ou seja, com laços de solidariedade, confiança interpessoal e sistemas de participação social, do que com fatores exógenos. Defende, assim, uma perspectiva endógena de desenvolvimento. As características cívicas por ele enfatizadas contribuem para o processo de desenvolvimento e para a ampliação das capacidades humanas de que nos fala Sen, por meio da comunicação, coordenação, troca ou ajuda mútua, o que possibilita o acesso a bens e serviços que beneficiem amplas parcelas da população.

Putnam defende que o desenvolvimento econômico e político podem ocorrer via capital social, e argumenta que o progresso econômico e a prosperidade exigem cooperação, sendo o capital social um aspecto essencial do comportamento econômico cooperativo. O autor, no seu estudo sobre a Itália moderna, menciona que o exercício dos direitos e dos deveres de cidadania por parte da população é a melhor forma de se verificar numa região o desenvolvimento socioeconômico. E que as possibilidades de desenvolvimento regional dependeriam mais de sua estrutura cívica, ou seja, da existência de relações horizontais de participação do que do esforço pontual de desenvolvimento.

Fukuyama é um pesquisador que aborda a importante consequência do capital social para a natureza da economia industrial que a sociedade foi capaz de criar:

Se as pessoas que têm de trabalhar juntas numa empresa confiarem umas nas outras porque estão todas operando de acordo com um conjunto de normas éticas comuns, fazer negócios torna-se menos oneroso. Tal sociedade terá melhores condições de inovar organizacionalmente, uma vez que o alto grau de confiança permitirá que uma grande variedade de relacionamentos sociais emerja (FUKUYAMA, 1996, p. 42).

Segundo Fukuyama, o capital social tem importantes consequências econômicas. Ele afirma que sociedades bem supridas de capital social poderão adotar novas formas organizacionais mais rapidamente do que as menos providas, à medida que a tecnologia e os mercados mudarem. E acredita que o capital social necessita ser arrolado entre os recursos de uma nação. Nesse sentido, Fukuyama (2002, p. 30) afirma que “sob certas condições, o capital social também pode facilitar um grau mais elevado de inovação e adaptação do grupo.

O capital social tem benefícios que vão muito além da esfera econômica. Ele é essencial para a criação de uma sociedade civil saudável, isto é, o domínio dos grupos e associações que estão entre a família e o Estado”.

Na América Latina, seguindo a linha de Putnam, Bernard Kliksberg, cientista econômico e Assessor Especial para o Desenvolvimento das Nações, do Programa das Nações Unidas Bureau (PNUD), tem examinado a influência dos valores como confiança, cooperação e identidade no processo de desenvolvimento econômico. Ele comenta que o capital social e a cultura são componentes chaves para avançar nas transformações institucionais e podem contribuir muito na resolução de problemas econômicos e sociais:

as pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultura por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade, que são sua própria identidade. Se isso for ignorado, saltado, deteriorado, importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento serão inutilizadas, e serão desatadas poderosas resistências. Se, pelo contrário, se reconhecer, explorar, valorizar e potencializar sua contribuição, pode ser muito relevante e propiciar círculos virtuosos com as outras dimensões do desenvolvimento (KLIKSBERG, 2001, p. 115).

Kliksberg é enfático em afirmar a relevância positiva (quando da sua existência) e negativa (quando não existe ou é destruído) da relação capital social e desenvolvimento:

capital social e cultura podem ser alavancas formidáveis de desenvolvimento se forem criadas as condições adequadas. Seu desconhecimento ou destruição, pelo contrário, podem criar obstáculos enormes no caminho para o desenvolvimento (KLIKSBERG, 2001, p. 123).

O autor destaca que “há um novo debate em ativa ebulição no campo de desenvolvimento”, e que “apresentam-se aspectos de crise do pensamento econômico convencional. A nova atenção prestada ao capital social e a cultura inscreve-se nesta crise” (KLIKSBERG, 2001, p.107). Ele coloca que muitos pesquisadores vêm realizando estudos de campo em comunidades que superaram suas dificuldades, alicerçados no estoque de capital social existente, e que este cada vez mais passa a fazer parte da elaboração dos projetos de desenvolvimento:

Uma onda de pesquisas dos últimos anos indica, com dados de campo a seu favor, como diversos componentes não visíveis do funcionamento cotidiano de uma sociedade, que tem a ver com a situação do seu tecido social básico, incidem silenciosamente nas possibilidades de crescimento de desenvolvimento. Denominados de capital social (...) Estes começaram a influenciar no plano de políticas em alguns países avançados, e já começaram a fazer parte da elaboração dos projetos de desenvolvimento, e instituições de cooperação internacional estão incluindo os progressos em capital social nos critérios de medição do grau de êxito dos projetos” (KLIKSBERG, 2001, p. 112).

Guy Hermet (2002, p. 110), professor da Universidade de Bruxelas, afirma que “as relações cooperativas de uma comunidade podem favorecer o desenvolvimento do bem coletivo”, e coloca que o capital social “designa normalmente um tipo de relações cooperativas baseadas na confiança, que favorecem o desenvolvimento de uma sociedade em seu conjunto”.

Segundo Hermet (2002, p. 198), em matéria de desenvolvimento, o capital social não se reduz ao que a população possui ou ao que se espera dela com a intenção de “mobilizá-lo”, sob pretexto de participação. O capital social insere-se na qualidade de relações existente entre “desenvolvimentadores” e “desenvolvidos” sobre uma base que deveria ser de igualdade, ou seja, ambos deveriam ser co-participantes do desenvolvimento.

O lado positivo do capital social é enfatizado por muitos pesquisadores, Durston (1999, p. 01) propõem que as relações estáveis de confiança e de cooperação podem reduzir custos de transações aos bens públicos e facilitar o estabelecimento de atores sociais e mesmo das sociedades civis. Bourdieu (2011, p.65) afirma: “os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível”.

Pedro Bandeira, cientista político e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), aponta a relação entre o capital social e desenvolvimento, e acredita que o tema é uma das inovações conceituais das ciências sociais:

O conceito de capital social tem sido utilizado na análise de uma grande variedade de questões relacionadas com o desempenho institucional e com o desenvolvimento econômico. Na verdade, a noção de capital social pode ser considerada uma das inovações conceituais que maior atenção receberam, no contexto das ciências sociais, no decorrer da década de noventa. O interesse por esse conceito rapidamente transbordou o âmbito estritamente acadêmico, alcançando os meios de comunicação, os formuladores de políticas e as instituições internacionais ligadas à promoção e ao financiamento do desenvolvimento. Dentre estas últimas, destaca-se o Banco Mundial, que tem sido um dos principais animadores das pesquisas em torno do tema nos últimos anos (BANDEIRA, 2001, p. 5).

Bandeira, baseado na sua pesquisa “Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul”, traça um paralelo entre desenvolvimento, crescimento econômico e capital social:

É preciso considerar que o capital social e o crescimento econômico interagem de forma dinâmica. O capital social influencia o crescimento, mas também é afetado por ele. A industrialização, a urbanização, as migrações, fenômenos associados ao dinamismo econômico, modificam padrões culturais e atuam sobre a composição e a densidade das redes sociais. Dessa forma, o crescimento econômico acelerado pode gerar mudanças que afetem negativamente a dotação de capital social de uma área (BANDEIRA, 2007, p. 120).

O autor trás um olhar importante ao afirma que “embora a abundância de capital social seguramente favoreça o crescimento, não é condição suficiente para que ele ocorra, nem garante que uma região esteja imune a problemas econômicos” (BANDEIRA, 2007, p. 120). Ele alerta que outros fatores também devem ser considerados, “como as características da base econômica da região, o dinamismo de áreas próximas, as economias de aglomeração, a disponibilidade de recursos naturais, a infraestrutura, a posição na malha de transportes (logística) ou a localização em relação a mercados” (BANDEIRA, 2007, p. 120).

Silvio Salej Higgins, em sua dissertação de mestrado “O capital social está na moda: análise para sua reconstrução teórica”, afirma que:

O capital social veio a ser incorporado como o quinto fator de produção junto aos três fatores tradicionais, terra, trabalho e capital físico (ferramentas e tecnologia) somados ao capital humano (educação e saúde). Para os divulgadores deste conceito, os fatores econômicos não vão muito longe se as pessoas não são capazes de compartilhar seus recursos e destrezas num espírito de cooperação e compromisso com objetivos comuns (HIGGINS, 2003, p. 12).

O cientista político Marcelo Baquero, professor da UFRGS, e Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre América Latina (NUPESAL), defende que o desenvolvimento sustentável de uma comunidade está associado à capacidade de manter os recursos ecológicos em equilíbrio, através da alteração do comportamento individual e coletivo de uma comunidade. E é nesta perspectiva que o ser humano e sua capacidade de gerar capital social são protagonistas para que a democracia aconteça. O autor salienta a relação entre capital social e desenvolvimento:

É por meio da valorização do capital social que o desenvolvimento sustentável pode construir relações de reciprocidade, solidariedade, associatividade e equidade, não somente no contexto atual, mas, sobretudo, para o futuro (BAQUERO, 2006, p. 14).

Segundo Baquero (2008, p. 6), “o capital social no contexto político contemporâneo pode auxiliar no desenvolvimento de construção de identidades coletivas orientadas para o social e comunitário, proporcionando a materialização de bens coletivos essenciais para o desenvolvimento econômico”.

Baquero acredita que além do capital social é necessário pensar na dimensão de empoderamento² para viabilizar o protagonismo dos cidadãos, e consequentemente melhorar a

² O empoderamento, segundo Baquero, é entendido como “processo e resultado, pode ser concebido como emergido de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social possibilitando a transformação de relações sociais de poder” (2007, p. 142). Segundo Bauman (2011, p. 193), “é de difundido consenso que o ‘empoderamento’ (termo usado nos atuais debates de forma praticamente intercambiável com “habilitação” ou “autorização”) é alcançado quando as pessoas adquirem a destreza para controlar ou pelo menos influenciar de modo significativo as forças pessoais,

qualidade da democracia e o desenvolvimento de uma região. O empoderamento dos atores da comunidade tem relação com o desenvolvimento dessa comunidade, tem influencia na participação cívica, no engajamento e na formação das redes de cooperação, todos eles elementos do capital social. Neste sentido, Baquero comenta que:

no contexto do processo de empoderamento comunitário, é fundamental o engajamento da população na compreensão da problemática que afeta as suas condições de vida, na discussão de soluções alternativas, na definição de prioridades e na decisão a respeito de estratégias de implementação de programas, seu acompanhamento e avaliação, trata-se de desenvolver competência para um agir político e para atuar sobre os fatores que incidem na qualidade de sua vida. É fundamental que a comunidade participe como sujeito, e não como objeto, desse processo (BAQUERO, 2007, p.141).

Zygmunt Bauman, sociólogo e professor emérito de sociologia das Universidades de Leeds e Varsóvia, afirma que o empoderamento pode levar à cooperação e ao desenvolvimento humano:

O empoderamento requer a construção e a reconstrução dos laços inter-humanos, a vontade e a habilidade para se engajar com os outros num esforço contínuo para tornar a coabitação humana um cenário hospitaleiro e amigável para a cooperação mutuamente enriquecedora de homens e mulheres que lutam pela autoestima, para o desenvolvimento de seus potenciais e o uso adequado de suas habilidades (BAUMAN, 2011, p. 194).

Juarez de Paula é outro pesquisador que acredita que “não é possível existir desenvolvimento sem organização, participação e empoderamento das pessoas” (PAULA, 2008, p. 7). E para que tudo isto possa existir, as pessoas precisam estar conectadas, formando uma rede, onde a cooperação e a reciprocidade acontecem. Para o autor isto é possível quando existe o capital social:

o capital social é essa trama, essa teia, esse tecido, essa rede de conexões, que quanto mais forte, mais capaz será de gerar desenvolvimento sustentável. O capital social é o produto da confiança e da cooperação entre os atores sociais, que lhes confere organização, capacidade de participação e empoderamento (PAULA, 2008, p. 8).

Para Paula (2009), uma das possibilidades de promover o desenvolvimento é “estimular o protagonismo dos atores sociais envolvidos”, sendo o desenvolvimento um fenômeno que resulta das relações humanas. São as pessoas que fazem o desenvolvimento. Ele acredita que “o desenvolvimento depende do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das

políticas, econômicas e sociais pelas quais suas trajetórias de vida seriam fustigadas se não houvesse essa habilidade; em outras palavras, ser ‘empoderado’ significa ser capaz de fazer escolhas e atuar efetivamente sobre as escolhas feitas; isso, por sua vez, significa uma capacidade para influenciar a gama de escolhas disponíveis e as configurações sociais nas quais as escolhas são feitas e buscadas”.

decisões e das escolhas das pessoas”. E chama isso de “protagonismo local”. Para o autor pode-se até mobilizar e convencer as pessoas em torno de um projeto de desenvolvimento que foi concebido “de fora para dentro” e “de cima para baixo”. Mas, para realizá-lo, precisa-se da adesão e da participação das pessoas. Elas vão precisar se apropriar desse projeto como se fosse “seu”, como se fosse um produto construído “de baixo para cima” e “de dentro para fora”.

Paula (2008, p. 6) afirma que “o desenvolvimento exige o crescimento das habilidades, conhecimentos e competências das pessoas”, e que “o desenvolvimento não é um resultado automático do crescimento econômico, é o resultado das relações humanas, do desejo e da vontade das pessoas de alcançarem uma melhor qualidade de vida para todos”.

O pesquisador e escritor Augusto de Franco, em seu livro “O Lugar mais desenvolvido do Mundo – Investindo em Capital Social para promover o desenvolvimento comunitário”, propõe um investimento no desenvolvimento humano por meio de um investimento no desenvolvimento social. Ou seja, um apostar nas pessoas, para que elas próprias possam melhorar as suas condições de vida, e que isso seja feito por meio de um crédito na sociedade local, para que melhorem as condições de convivência social.

O autor define que o capital social é rede social, e que as redes sociais são, em essência, os múltiplos caminhos existentes entre indivíduos e grupos, que possibilitam o desenvolvimento:

capital social não é um conceito econômico (como poderia sugerir o termo “capital”), nem sociológico (como poderia sugerir o termo “social”). É um conceito político, que tem a ver com os padrões de organização e com os modos de regulação praticados por uma sociedade (FRANCO, 2004, p. 1).

Para Franco, os grandes exterminadores do capital social são: a centralização e o centralismo, o assistencialismo e o clientelismo. E estes estão diretamente ligados ao desenvolvimento de uma região:

Quanto mais centralismo, quanto mais assistencialismo e quanto mais clientelismo forem praticados em uma localidade, menor será o seu capital social. E menor, portanto, será o nível de desenvolvimento dessa localidade (FRANCO, 2004, p. 37).

O desenvolvimento de um território, portanto, precisa ser pensado considerando todos os fatores desse território, seus recursos naturais, seus recursos financeiros, seus recursos culturais, seus recursos humanos e suas redes sociais. Para que possamos realmente pensar em desenvolvimento regional, precisamos pensar nas pessoas. O desenvolvimento é o resultado da relação das pessoas, pois, são as pessoas que movem, mudam, transformam, estudam,

evoluem e/ou desenvolvem os territórios, as empresas, as comunidades e as outras pessoas.

A busca de alternativas e de enfrentamento dos problemas sociais, políticos, ambientais e econômicos, exige que se reconfigurem as políticas considerando a necessidade dessas estarem pautadas numa sustentabilidade negociada e flexível, baseadas no diálogo entre os diferentes atores locais, trazendo a contribuição de diferentes conhecimentos e saberes. Paulo Freire (1987, p. 68) já afirmava que “não existe saber mais ou saber menos, existem saberes diferentes”.

Um dos possíveis caminhos para o desenvolvimento regional, para a redução das desigualdades sociais, é o resgate do capital social, pois este é um elemento importante para a convivência humana, e quando este se articula com o capital natural, o capital financeiro, o capital cultural e o capital humano, poderá se ter um novo conceito de desenvolvimento. Com ele valores sociais como cooperação, solidariedade, confiança pessoal, participação social, são resgatados e trabalhados, contribuindo para a formação de uma sociedade mais solidária e cooperativa.

2.3 - Dimensões do Capital Social

Segundo Christiann Grootaert, Deepa Narayan, Veronica Nyhan Jones e Michael Woolcock (2003, p. 8), grupo temático³ sobre capital social do Banco Mundial, baseando-se em trabalhos e pesquisas anteriores do tipo *survey* sobre capital social, as seis dimensões do Capital Social que devem ser trabalhadas em um *survey* são as seguintes:

2.3.1 - Grupos e Redes

As questões referentes a grupos e redes consideram a natureza e a extensão da participação de um membro de um domicílio em vários tipos de organização social e redes informais, bem como as várias contribuições dadas e recebidas nestas relações. A diversidade das associações de um determinado grupo, como suas lideranças são selecionadas, e como mudou o envolvimento da pessoa com o grupo ao longo do tempo, também é considerada.

Grootaert, Narayan, Jones e Woolcock explicam porque esta categoria é importante e a mais comum associada ao capital social:

³ Grupo Temático desenvolveram em 2003 para o Banco Mundial o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) - (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) - (SC-IQ).

O capital social ajuda a disseminar informação, reduz o comportamento oportunista e facilita a tomada de decisão coletiva. A eficácia com que o capital social estrutural, na forma de associações e redes, cumpre esse papel, depende de vários aspectos desses grupos, refletindo sua estrutura, sua associatividade, e o modo como funciona (GROODTAERT et al., 2003, p. 16).

Segundo Woolcock e Narayan (2000: Banco Mundial 2000), utilizando a informação pesquisada sobre a participação em associações, as organizações podem ser classificadas conforme representam primordialmente capital social de ligação, de ponte ou de conexão.

2.3.2 - Confiança e Solidariedade

Nesta categoria busca-se levantar dados sobre a confiança e solidariedade em relação a vizinhos, provedores de serviços essenciais, e estranhos, bem como se essas percepções mudaram com o tempo (GROODTAERT et al., 2003, p. 8).

Segundo Grootdaert et al. (2003, p. 18), Narayan, Jones e Woolcock “a confiança é um conceito abstrato, difícil de medir no contexto de um questionário domiciliar, em partes porque pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes”. Os autores explicam que a abordagem do QI-MCS é centrada na confiança em geral (até que ponto se confia nas pessoas em geral), e em até que ponto se confia em tipos específicos de pessoas. Para eles (2003, p. 18) “a confiança também é observada no contexto de transações específicas, tais como emprestar e tomar emprestado”.

2.3.3 - Ação Coletiva e Cooperação

Esta categoria investiga se e como os membros do domicílio têm trabalhado e se relacionado com outras pessoas em sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise e a uma dificuldade. Também considera as consequências do não cumprimento das expectativas em relação à participação (GROODTAERT et al., 2003, p. 8).

Segundo os pesquisadores do Banco Mundial, a ação coletiva é o terceiro tipo básico de indicador para medir capital social. Segundo eles (2003, p. 18) “a utilidade desse indicador vem do fato de que na vasta maioria das localidades, a ação coletiva somente é possível quando há um nível significativo de capital social à disposição na comunidade”.

A seção sobre ação coletiva do QI-MCS tem por objetivo coletar três informações: o grau de ação coletiva, o tipo de atividades desenvolvidas coletivamente e uma percepção geral do grau de iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas.

Para Bandeira (2007, p. 101) “a participação em associações voluntárias é um dos indicadores mais utilizados na análise do capital social, e a existência de uma densa rede de organizações da sociedade civil, em um determinado território, tem sido considerada como um dos principais indicadores da sua abundância”.

Ana Paula Gomes (2005), em sua dissertação de mestrado, nos apresenta que a ação coletiva é capaz de gerar novas possibilidades de integração e transformação econômica e social. Ela afirma que a existência de capital social permite aos indivíduos a obtenção de recursos e bens coletivos por meio de transação que envolve reciprocidade, na qual todos se beneficiarão.

2.3.4 - Informação e Comunicação

Segundo pesquisas do Banco Mundial (2002), o acesso à informação tem sido reconhecido cada vez mais como fundamental para ajudar as comunidades empobrecidas a terem uma voz mais ativa em assuntos relativos ao seu bem-estar.

Esta categoria busca conhecer os meios pelos quais os domicílios pobres recebem informações relativas às condições de serviços públicos e mercado, e até onde as pessoas têm acesso às infra-estruturas de comunicação.

2.3.5 - Coesão e Inclusão Social

Nesta categoria busca-se identificar a natureza e o tamanho das várias formas de divisão e de diferenças de uma comunidade, o que pode levar ao conflito, bem como os mecanismos por meio dos quais elas são gerenciadas, e quais os grupos que são excluídos dos serviços públicos essenciais. Também são consideradas questões relativas às formas cotidianas de interação social.

Segundo Grootaert et al. (2003, p. 20) “uma das manifestações positivas de um alto grau de capital social numa comunidade é a ocorrência de frequentes interações sociais cotidianas. Essa “sociabilidade” pode ser encontros com pessoas em espaços públicos, visitas às casas dos outros e visitas dos outros à própria casa, e participação em eventos comunitários, tais como esportes ou cerimônias”. Para os autores “a presença de conflito em uma comunidade ou em uma área maior é com frequência um indicador da falta de confiança ou de capital social estruturado apropriado para resolver conflitos, ou ambos” (2003, p. 20).

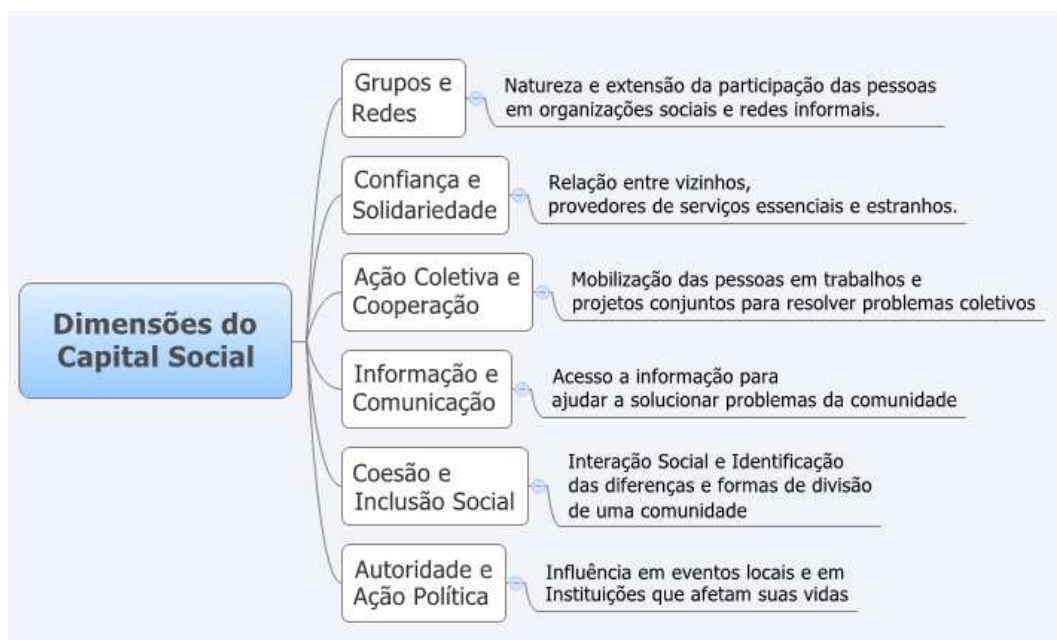
2.3.6 - Autoridade (ou capacitação) [*Empowerment*⁴] e Ação Política

Segundo o Banco Mundial (2002) os indivíduos têm “autoridade” ou são “capacitados” (*are empowered*) na medida em que detêm certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar.

Nesta categoria busca-se averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e capacidade dos membros do agregado doméstico para influenciar tanto eventos locais como respostas políticas mais amplas.

Segundo o Banco Mundial (2002), autoridade ou capacidade (*empowerment*) refere-se à expansão dos recursos e capacidades das pessoas em tomar parte (pertencer), negociar, influenciar, controlar e responsabilizar instituições que afetam suas vidas.

Quadro 2 - Mapa conceitual sobre as dimensões do capital social



Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

2.4 - Tipos de Capital Social

O capital social é um conceito que integra diversas normas, instituições e organizações que promovem a cooperação e a confiança entre as pessoas, comunidades e sociedades como um todo. E considera os laços de confiança que as pessoas possuem, e são estes laços que possibilitam e constroem relações e conexões nas comunidades para solucionar problemas

⁴ Neste mesmo capítulo já existe a expressão *Empowerment* como empoderamento.

coletivos.

Este conceito pode gerar relações verticais e horizontais. As relações do tipo vertical ocorrem entre instituições governamentais e a comunidade, e as relações do tipo horizontal estão presentes na família e entre os atores de uma mesma comunidade.

É através do capital social que fortalecemos e fomentamos o desenvolvimento das redes. O mundo contemporâneo tem testemunhado o surgimento e multiplicação das redes como um novo fenômeno organizacional. Paula (2008, p. 08) afirma: “Falamos em “redes” pensando em um tipo de organização não-vertical e não-centralizada, onde não há um centro de comando, mas, ao contrário, onde cada núcleo participante é autônomo e capaz de tomar iniciativas, que ajudem o objetivo coletivo do grupo”.

Putnam (2002, p. 19) salienta que o capital social envolve a existência de redes repetidas, intensivas e muito ramificadas. Para o autor existem alguns tipos de capital social que possuem organização formal, como a “*Parent-Teacher Association*” que tem filiados, reuniões regulares, um estatuto escrito e vínculos com uma federação nacional, e outros que são mais informais, como uma partida de basquete ocasional. O autor pensa que certas formas de capital social, como uma equipe de voluntários de uma ambulância, perseguem objetivos explicitamente dirigidos à atenção pública, outras como um clube de *bridge*, existe para o disfrute de seus membros, ou seja, com objetivo privado, e outras mais como um clube de Rotarianos, que serve tanto para fins públicos como para fins privados .

Há certo consenso entre os autores da existência de diferentes tipos de capital social. No entanto, são usadas nomenclaturas diferentes para falar de um mesmo tipo de capital social. No mapa conceitual, procuramos relacionar essas diferentes nomenclaturas:

Quadro 3 - Mapa conceitual sobre a unificação da nomenclatura dos tipos de capital social:



Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

No Seminário Nacional de Sociologia e Política de 2011, o pesquisador Marcelo Porto Nicola (p. 5 e 6), coloca que a literatura internacional tem diferenciado as formas de Capital social com base na posição social dos agentes envolvidos, e se baseia em Woolcock (1999, p. 4 - 6) para distinguir e explicar os tipos de capital social.

a) *Bonding* - Capital Social de Ligação – Capital Social Vinculante - Capital Social Comunitário

Conforme Nicola, o capital social comunitário (“*bonding*”) é o que corresponde:

às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Refere-se à capacidade que estes (indivíduos) possuem para gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades, além do potencial organizativo que essas mesmas comunidades possuem. Esse tipo de vínculos cria um ambiente de lealdade e reciprocidade entre membros, sendo útil, especialmente, para a resolução de problemas de ação coletiva e para o apoio mútuo intragrupo (NICOLA, 2011, p. 6).

Para Putnam (2002, p. 20) o capital social “vinculante” (ligação) “es bueno para consolidar la reciprocidade específica y activar la solidaridad”. Ele (2002, p. 21) acredita que “el capital social vinculante constituye una especie de superadhesivo sociológico, mientras que el que tiende puentes nos proporciona un superlubrificante”.

Este tipo de capital social existe em laços sociais de grupos homogêneos. Conforme Putnam (2002), o capital social “*bonding*” ou vinculante, normalmente está vinculado ao isolamento de uns grupos sociais em relação a outros, e pode facilitar preconceitos e enfrentamentos.

b) *Linking* - Capital Social de Conexão – Capital Social Institucional

Segundo Nicola (2011, p. 5), o capital social institucional (“*linking*”) é aquele que corresponde “as relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado (os diversos órgãos e “espaços públicos” com que se relacionam os cidadãos). São as ligações verticais entre os pobres e as pessoas ocupantes de postos de decisão em organizações formais”.

c) *Bridging* - Capital Social de Ponte – Capital Social Extra-comunitário

Conforme Nicola, o capital social extra-comunitário (“*bridging*”) é aquele que corresponde:

as relações sociais geradoras de capital que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos. Este tipo de capital social é importante porque permite que os indivíduos estabeleçam relações sociais onde são efetuadas “trocas econômicas” (relações de mercado) e o acesso às informações (conhecimento) presentes em meios “externos” a sua comunidade. Refere-se aos laços fortes entre pessoas/atores de grupos sociais distintos, envolvendo relações sociais mais distintas que transpassam as fronteiras sociais (NICOLA, 2011, p.5).

Grootdaert, Narayan, Jones e Woolcock explicam que enquanto o capital social de ponte é essencialmente horizontal, conectando as pessoas de posição social mais ou menos igual, o capital social de conexão é mais vertical, uma vez que conecta as pessoas a instituições governamentais (políticos) e instituições econômicas, ou seja, entre diferenciais de poder.

Para Putnam (2002, p. 20) o capital social que “*tiende puentes*” (ponte) “*puede generar identidades y reciprocidad mais amplias*”. O autor (2002, p. 434) também afirma que “*el capital social que “tiende puentes” puede ser la forma más lucrativa entre los desfavorecidos*” e que “*para nuestros problemas colectivos de mayor envergadura necesitamos precisamente el tipo de capital social que tiende puentes, y que es más difícil de crear*” (PUTNAM, 2002, p. 491). Este tipo de capital social existe em laços sociais de grupos heterogêneos.

Putnam em sua obra *Solo de la Bolera*, observa a diferença entre o capital social “*vinculante*”(ligação) e de “*puentes*” (ponte) e cita um exemplo de cada:

el capital social vinculante y el que tiende puentes son Buenos para cosas distintas. Unos lazos flertes com amigos íntimos pueden garantizarnos um caldo de pollo si caemos enfermos, pero los vínculos débiles con conocidos distantes tienen más probabilidades de proporcionarnos pistas para conseguir um nuevo trabajo. Desde um punto de vista colectivo, el objetivo del capital social que necesitamos depende de la escala de los problemas e los que nos enfrentamos (PUTNAM, 2002, p. 490 – 491).

Leonardo Monastério, professor adjunto da Universidade Católica de Brasília, UCB-DF, conclui em suas pesquisas que o capital social dos tipos “*bridging*” e “*linking*” estão presentes em comunidades mais desenvolvidas e com menos desigualdades, já o capital social do tipo “*bonding*” está presente em sociedades mais pobres e com mais desigualdades:

maiores estoques de capital social dos tipos *bridging* e *linking* estão presentes em grupos e sociedades que mais prósperas e menos desiguais, havendo maior fluidez em sentido vertical. Já o capital social tipo *bonding* predomina em grupos e sociedades mais pobres, desfavorecidos e desiguais, com menos fluidez no sentido vertical (MONASTÉRIO, 2001, p. 4).

Monastério em sua tese “*Capital Social e a região Sul do Rio Grande do Sul*”, trabalha

com a abordagem do capital social para compreender o atraso econômico da região Sul do Rio Grande do Sul, chamada de Campanha. Sua hipótese “é que a falta de capital social do tipo *bridging* e *linking* é a razão da decadência relativa da região. Escravidão nas charqueadas e criação de gado em uma região militarizada restringiram a acumulação de tais tipos de capital social” (MONASTÉRIO, 2002, p. 14).

De acordo com Woolcock (apud MONASTÉRIO 2001, p. 31), a literatura, que “relaciona capital social com redução de pobreza, afirma que, especialmente em países atrasados, os mais desfavorecidos têm acesso a fartos estoques de *bonding* social capital, pouco *bridging* e quase nenhum *linking*”.

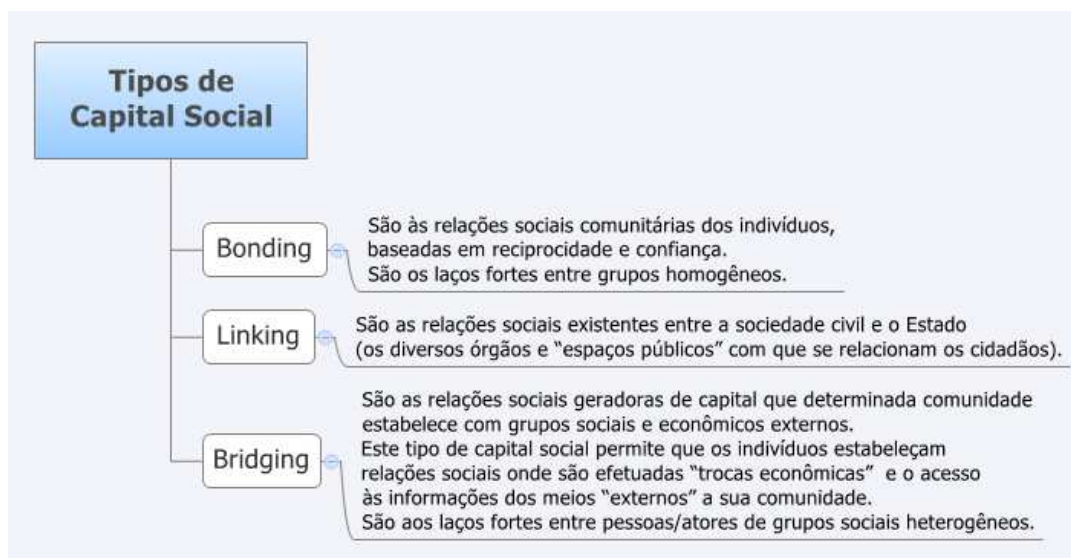
Monastério (2001, p. 47) ainda afirma que “os resultados do capital *bonding* sobre o desempenho econômico tem alcance limitado”, pois, “a confiança, quando se está em um grupo mais fechado, não é generalizada, dá-se apenas pelos membros do grupo”. Ele acredita que muitas vezes, “os recursos necessários podem estar em agentes que não fazem parte dos *strong ties*”. E pode ser ainda pior, “a intensidade desses vínculos pode levar ao isolamento de seus membros do restante da sociedade”.

Segundo Monastério, o capital social é mais produtivo na presença do tipo *bridging*:

Em termos mais macro, também é fácil perceber que os mecanismos que tornam o capital social produtivo são mais efetivos na presença do tipo *bridging* do que na presença do tipo *bonding*. No tocante ao capital social *linking*, por sua natureza, seus efeitos benéficos se dão através das melhorias da qualidade das políticas públicas (MONASTÉRIO, 2001, p. 48 – 49).

Conforme a pesquisadora e professora Heloiza Matos (2009, p. 57), o capital social *bonding* se desenvolve em grupos de pessoas que possuem pontos de vista e valores similares, como os grupos que se encontram nas igrejas, clubes de leitura ou fraternidades étnicas, ou seja, é um grupo extremamente fechados. Para a autora, o capital social *bonding* é exclusivo por natureza. Já o capital social do tipo *bridging*, contrariamente, não é exclusivo, pois suas relações apresentam um escopo mais amplo e abrangem pessoas diferentes através da construção de pontes entre diferentes setores sociais. O capital social *bridging* pode ser encontrado, nos movimentos por direitos cívicos, grupos de jovens, portadores de necessidades especiais, e organizações religiosas ecumênicas.

Quadro 4 - Mapa conceitual sobre os tipos de capital social:



Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Além destes tipos de capital social, os pesquisadores evidenciaram a existência também do capital social positivo e negativo. Nas obras de Putnam se encontra a diferenciação básica entre o capital positivo e negativo. Para ele (2002, p. 398), o capital social positivo permite “a los ciudadanos solucionar problemas colectivos com mayor facilidad” e “el capital social lubrica las ruedas que permiten a las comunidades avanzar sin tropiezos”. Para Putnam (2002, p. 176), uma das bases do caráter produtivo e positivo do capital social advém da redução dos custos de transação derivada da disseminação da confiança e da restrição ao comportamento oportunista: “Según has descubierto ultimamente los economistas, no hay duda sobre caules son las razones de que, em igualdad de condiciones respecto a todo lo demás, las comunidades confiadas disfruten de una ventaja económica mensurable”. Segundo Putnam (2002, p. 177), “la honradez y la confianza lubrican las inevitables fricciones de la vida social”.

Já o capital social negativo decorre do fato de que as associações também podem ter o seu lado perverso. Um exemplo disso são as associações criminosas (como a máfia), que tem por propósitos transgredir a ordem social, e que são baseadas na relação vertical, gerando laços de exploração e dependência. Putnam (2007, p. 157) afirma que “a estrutura da própria máfia baseia-se tipicamente nas relações verticais (em geral instáveis) de autoridade e dependência, havendo pouca ou nenhuma solidariedade horizontal entre os iguais”. O capital social negativo é evidenciado em associações que tem como base o crime organizado, como o narcotráfico. Seus membros são organizados e se protegem para manter a operação de venda e

consumo ilegal de drogas.

Heloiza Matos, em seu artigo “O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas”, afirma que:

Para distinguir o capital social negativo do positivo, é preciso ressaltar que o capital social não é, em princípio, algo já dado, construído, mas resulta de inúmeros tipos de relações sociais caracterizadas como positivas ou negativas conforme suas funções e capacidades de gerar ganhos para os indivíduos. Assim, o mesmo tipo de relação social pode ser boa em um dado contexto, mas ruim em outro. Dito de outro modo, a positividade ou a negatividade associados ao capital social não são intrínsecas ao conceito, mas dependem do modo como as relações são definidas em determinados contextos. Enquanto o capital social positivo se refere aos resultados que promovem o bem-estar coletivo e aumentam as condições de igualdade e justiça social, o capital social negativo diz respeito aos efeitos assimétricos das relações sociais (MATOS, 2009, p. 54 – 55).

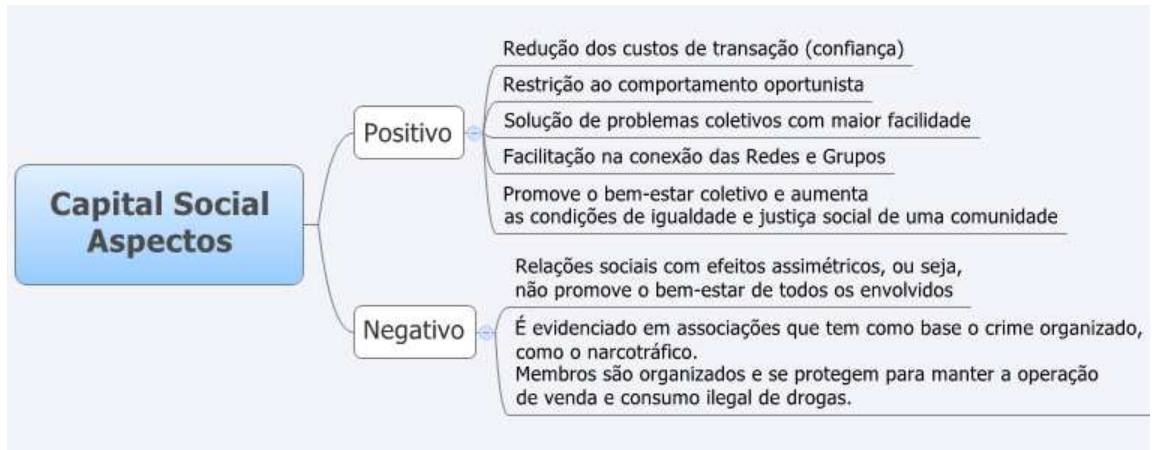
Conforme a autora, o capital social negativo aparece também como um problema institucional e estrutural. Ela afirma que “se as pessoas estão capacitadas e habilitadas a pressionar, a barganhar, a negociar e a persuadir, elas podem limitar os constrangimentos impostos pelos efeitos negativos do capital social. Do contrário, elas não terão alternativas de escape ou meios de limitar os efeitos negativos” (MATOS, 2009, p. 55).

Matos (2009, p. 56) traça um paralelo entre o capital social negativo e o positivo e quais as consequências e efeitos que estes geram numa sociedade. Para ela o capital social negativo “é excludente e cria desconfiança pública, tal como acontece no caso das relações clientelistas e mafiosas. Como contraponto, o capital social positivo é inclusivo e contribui para o fortalecimento da confiança pública”.

Para Kliksberg (2001), o capital social pode ainda ser reduzido ou destruído. Um dos fatores que caracterizam isto é quando algumas populações são obrigadas a migrar de um território para outro, destruindo os seus vínculos. O autor defende que pode haver formas de capital social negativo, como as organizações criminosas, mas elas não invalidam as imensas potencialidades do capital social positivo. É que em sociedades com alto grau de estoque de capital social, o custo é menor, porque existe a confiança, que evita o alto custo da desconfiança e o enfrentamento permanente.

Segundo Baquero (2003, p. 21), a ausência de capital social gera sociedades com “desconfiança, exploração e dominação, ingredientes esses que podem gerar uma ruptura do contrato social”.

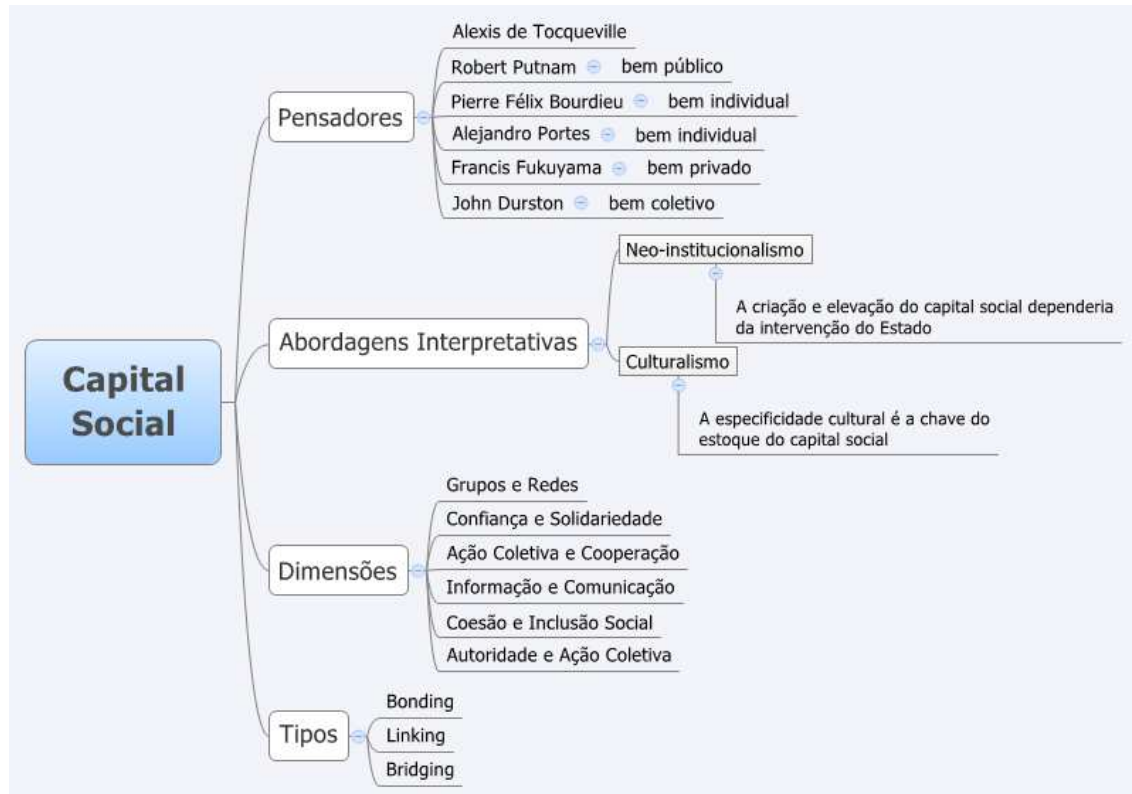
Quadro 5 - Mapa conceitual dos aspectos positivos e negativos do capital social



Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Podemos concluir que o conceito de capital social é interpretado de diversas formas, dependendo da base teórica utilizada pelos pesquisadores que se dedicam ao tema, dos tipos e das dimensões existentes. Sua conceituação, portanto, está longe de ser unânime. E por ser um conceito relativamente recente ele ainda está em construção. No entanto, a relação deste conceito com o desenvolvimento regional está em como as pessoas se organizam, se associam, cooperam, participam e convivem enquanto uma comunidade cívica, e em como as redes se formam e se mobilizam para pensar e agir no território que a elas pertencem. O desenvolvimento é o resultado da ação, da cooperação, da participação, da confiança e da relação das pessoas, ou seja, do capital social somado aos demais capitais: natural, financeiro, cultural e humano de um território.

Quadro 6 - Mapa conceitual das principais características do capital social



Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

3. MONTANDO O CENÁRIO: SÍNTESE HISTÓRICA DE SANTA CRUZ DO SUL

Neste capítulo vamos fazer uma breve síntese histórica do município de Santa Cruz do Sul, e relacionar o passado do município com a existência de capital social. Embora seu estoque nunca tenha sido efetivamente medido, há evidências de sua presença no passado. Acredita-se que este capital tenha contribuído para o desenvolvimento do município. Mas também defende-se que uma série de fatores conjugados possivelmente tenham dilapidado significativa parcela deste capital social.

3.1 - A Colonização germânica

A busca pela história de Santa Cruz nos remete ao passado, a entender como os indivíduos se organizavam socialmente, ocupavam o território, enfim como elas viviam e como tudo isto foi importante para o que se vive hoje, pois a história do passado nos permite entender melhor o presente, ou seja, entender como as transformações aconteceram no espaço e no tempo em um território.

A colonização se inicia com a chegada dos primeiros imigrantes alemães à Colônia de Santa Cruz em 19 de dezembro de 1849 (MARTIN, 1979). Esta Colônia foi fundada e gerida pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e se localizava dentro dos limites territoriais do então município de Rio Pardo.

Dez anos após a fundação da colônia, em 1859, a sua povoação é elevada à categoria de Freguesia. Pelo progresso material alcançado, em poucos anos torna-se município e depois cidade.

em 1872, pela Lei 807, deu-se a emancipação da colônia de Santa Cruz, o que significa que a localidade apenas deixou de ser colônia passando, então, a integrar o 3º distrito de Rio Pardo. Por volta de 1875, Oscar Canstatt esteve em Santa Cruz e nos arredores e anotou que as colônias que ali viu eram, incontestavelmente, as mais florescentes de toda a Província, depois das de São Leopoldo. A instalação do município ocorreu em 28 de setembro de 1878. Finalmente, em 1905, a Vila foi elevada à categoria de cidade (VOGT, 2006, p. 99).

Ao chegar à nova terra os imigrantes se depararam com inúmeras dificuldades. O arquiteto Ronaldo Wink (2002, p. 30) aponta que as impressões iniciais da nova terra, por parte dos primeiros imigrantes, não deve ter sido das mais animadoras, pois após percorrerem um longo caminho de carroça, chegaram ao alto da serra, e se depararam com seus lotes completamente cobertos por uma floresta assustadora, repleta de plantas e animais antes

nunca vistos.

A realidade encontrada pelos colonizadores alemães era bem diferente da descrita pelos agentes do governo brasileiro responsáveis por selecionar imigrantes na Alemanha. Conforme Wink (2002, p. 30), a paisagem local era “quase que inteiramente selvagem, intocada pela mão do homem e distante de qualquer possibilidade de orientação ou ajuda”. Hardy Martin (1999, p. 17), um pesquisador apaixonado pela história de Santa Cruz do Sul, relata que quando o imigrante alemão chegava à Colônia recebia do Governo da Província: alimentação para um mês; sementes variadas; mais algumas ferramentas, além de subsídios em dinheiro, que deveriam ser posteriormente restituídos.

Wink (2002, p. 29) também relata que a distribuição espacial das colônias seguia uma rigidez geométrica. Os lotes ficavam dispostos ao longo de linhas ou picadas, que, na verdade, se tratavam de estreitas estradas abertas a facção. A Colônia de Santa Cruz se localizava em um trecho da Estrada de Cima da Serra, estrada essa que fora aberta para ligar a cidade de Rio Pardo com os Campos de cima de Cruz Alta.

A pesquisadora Silvana Krause apresenta os dados do movimento migratório da Colônia de Santa Cruz do Sul, conforme a tabela 01:

Tabela 01 - Imigrantes da Colônia de Santa Cruz do Sul

<i>Ano</i>	<i>Número de Imigrantes</i>
1850	92
1851	120
1852	353
1853	169
1854	126
Total	860

Fonte: KRAUSE (2002, p. 40).

Nos primeiros anos, as atividades econômicas na Colônia resumiram-se ao comércio, e muitas vezes na base da troca de produtos agrícolas. O período compreendido entre a criação da Colônia e a sua elevação à freguesia, caracterizou-se pelo desmatamento de lote, pelo cultivo do milho, feijão, batata inglesa e pela confecção de roupas, móveis e utensílios, que eram consumidos localmente (WINK, 2002, p. 49).

A economia durante o primeiro período da colônia de Santa Cruz, segundo Etges (1991, p. 73) se caracterizou pela quase completa autossuficiência do produtor rural. “A

demanda por mercadorias na propriedade é escassa, praticamente não havendo excedentes. O uso da moeda fica restrito à aquisição de bens produzidos fora da economia rural”. O comércio se estruturou por volta de 1860, estabelecendo a rede comercial que era composta por três elos: “o importador/exportador ou atacadista em POA; o vendeiro nas “picadas” e nos núcleos urbanos: o caixeiro viajante (“Musterreiter”), intermediário entre os dois primeiros” (ETGES, 1991, p. 74).

Segundo Krause a população de Santa Cruz no período de Colônia à Freguesia tem um crescimento vertiginoso, o que podemos constatar através da tabela 02:

Tabela 02 – População de Santa Cruz do Sul

<i>Ano</i>	<i>População</i>
1849	12
1850	72
1851	175
1852	254
1853	692
1854	891
1855	1.022
1856	1.230 (abril) 1.451 (dezembro)
1857	1.798
1858	2.221
1859	2.723

Fonte: KRAUSE (2002, p. 40).

A vida social, a confraternização e o lazer coletivo iniciam-se cedo. Ainda enquanto era freguesia, surge à primeira Sociedade em Santa Cruz, a *Schützengilde* (Sociedade de Atiradores). Ela foi à primeira sociedade fundada, o que ocorreu em princípios de 1863 (MARTIN, 1999, p. 103). O autor registra que “os habitantes da Freguesia de Santa Cruz iniciaram suas atividades sociais, procurando na confraternização, no lazer, no desporto, recuperar energias para o desenvolvimento de Santa Cruz do Sul” (MARTIN, 1999, p. 104).

3.2 - A especialização na produção do tabaco e a industrialização

Quando buscamos estudar e entender a história de Santa Cruz do Sul, nos deparamos também com a história da produção do tabaco. Conforme Vogt, a colônia de Santa Cruz progrediu rapidamente. Tinha como mais importantes mercados as cidades de Rio Pardo e a capital da Província, e que a produção do tabaco desde cedo se tornou o carro chefe de sua economia:

A razão de Santa Cruz e região se especializarem na obtenção de fumo talvez possa ser tributada a uma necessidade histórica. Isto é, o fato de cultivar exatamente os mesmos produtos que as demais colônias situadas nos arredores de Porto Alegre – como no caso de São Leopoldo ou, quando mais distantes as colônias, próximas de rios navegáveis, como o Sinos, o Caí ou o Taquari –, fazia com que aquela não pudesse competir comercialmente com estas. (...) Situada mais distante da capital e não servida por rio navegável, Santa Cruz, para superar a concorrência, especializou-se na obtenção de um produto cujo transporte era relativamente facilitado, pela forma em que era acondicionado, e cujo rendimento monetário, proporcionalmente ao volume, era superior, se comparado com o milho, o feijão, a batata, a banha etc. e cuja matéria-prima impôs-se no mercado exatamente pela sua qualidade (VOGT, 2006, p. 98).

Em 1904, comerciantes de Santa Cruz fundam a Caixa Santa-Cruzense, uma cooperativa de crédito que tinha a finalidade de realizar operações bancárias necessárias às atividades comerciais, principalmente as operações relacionadas às vendas do produto principal, o fumo em folha. Em 1938, esta cooperativa se transformou no Banco Agrícola Mercantil Ltda., que 7 anos depois se transformou em sociedade anônima.

Vogt defende que desde o início da produção de fumo o produtor rural ficou vinculado ao mercado através do comerciante que lhe extraía parcela significativa de sobre trabalho. Em 1917 teria se iniciado um período no qual a subordinação do fumicultor passou ao capital agroindustrial. Foi quando o colono passou a ser dependente do sistema da cadeia industrial. O autor (1997, p. 28) afirma que “a dependência transfere-se, não de chofre, mas paulatinamente, do comerciante para a agroindústria fumageira que, já no final da segunda década do presente século, implanta o sistema da produção integrada de fumo”. Neste momento teria se iniciado a produção integrada de tabaco:

Através da montagem deste sistema, que nos anos 70 encontra-se totalmente consolidado e solidificado, a produção do tabaco deixa de ser algo específico e circunscrito ao setor agrícola e passa a constituir um anel da cadeia industrial. (...) A agroindústria passa a controlar cabalmente os estágios da produção e da comercialização da matéria-prima sem precisar se apropriar da terra e dos demais meios de produção. Interfere na forma de produzir e no tempo da produção ao fornecer sementes, insumos, assistência técnica, adiantar meios para a construção de estufas para a secagem das folhas de tabaco, etc... com o intuito de obter a qualidade e a quantidade do produto desejado (VOGT, 1997, p. 28 - 29).

Santa Cruz do Sul vive um período econômico de grande desenvolvimento após o término da Primeira Guerra Mundial, que repercute no início do processo de sua industrialização. Este início deveu-se em grande parte ao sucesso da agricultura, cujo excedente era voltada para a “exportação⁵”. O beneficiamento de produtos primários provocou o desenvolvimento de indústrias, que surgiram a partir da acumulação de capitais por comerciantes exportadores locais. Assim surgiram empresas como a Companhia de Fumos Santa Cruz em 1918, Kliemann & Cia. em 1921, Fábrica de Fumos Sul-Brasileira em 1922, Carlos Boetcher & Cia. em 1932, Cigarros 35 Limitada em 1935, Tabacos Tatsch em 1937, Cia de Cigarros Sinimbu em 1948, Kannenberg & Cia. Ltda. em 1950, Indústria de Tabacos Santa Cruz Ltda. em 1951. A Souza Cruz (1917) e a Cia. Sudan de Tabacos (1940), embora ligadas ao ramo fumageiro, foram constituídas com capital de fora, a primeira uma multinacional, e a segunda de capital paulista. Fora do ramo fumageiro, surgiram empresas como a Mercur indústria de produtos de borracha em 1924, o Frigorífico Excelcior em 1940, a Máquinas Binz (1883) e a Máquina Schreiner (1882), estas duas últimas do ramo metalúrgico.

Todo este desenvolvimento que ocorreu no município repercutiu numa intensa vida social e cultural. Segundo Wink (2002, p. 104), “nas décadas de 20 e 30, os grupos esportivos, teatrais e carnavalescos atingiram seu apogeu, sendo, em sua maioria, filiados aos já tradicionais Clube União, Sociedade Ginástica e Aliança Católica. Grupos teatrais independentes também se formaram, chegando, até mesmo, à montagem de pequenas operetas, como foi o caso do Thegesa”.

Até a década de 1950, Santa Cruz era uma cidade de pequeno porte, as pessoas mantinham vínculos de amizade, todas se conheciam, não havia a televisão, a vida era mais comunitária, ou seja, era uma cidade pequena, uma comunidade. Segundo Bauman (2003, p. 7) “a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado”. Para o autor a palavra comunidade “é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” (BAUMAN, 2003, p. 9).

Podemos verificar o histórico do aumento da população de Santa Cruz do Sul do início da freguesia até 1950 através da análise da tabela 03:

⁵ O termo exportação neste contexto histórico se refere a vendas para fora do município.

Tabela 03 – População de Santa Cruz do Sul – 1860/1950

<i>Ano</i>	<i>População</i>
1860*	2.500
1865**	4.542
1870	5.808
1872	7.310
1880*	11.000
1890	15.572
1900	23.122
1910	30.010
1915	33.000
1920	36.000/37.500
1925	40.000
1930	46.638
1940	55.041
1950	69.605

Fonte: KRAUSE (2002) e IBGE.

*População estimada

**A partir deste ano é incluída a população da Colônia de Monte Alverne.

O professor e geógrafo Rogério Leandro Lima da Silveira corrobora que desde o início a produção e a exportação do fumo tiveram significativa importância para Santa Cruz do Sul. Segundo o autor:

A importância que a produção e a exportação de fumo adquiriram no conjunto da economia municipal, determinando a acumulação de capital e orientando os novos investimentos necessários à reprodução do capital, refletiu, a nosso ver, o grau de especialização que a economia de Santa Cruz apresentava já nesse período (SILVEIRA, 2003, p. 62).

O crescimento econômico de Santa Cruz do Sul e muitas das mudanças do modo de vida da sua população estão diretamente ligados à produção industrial, e principalmente à indústria do fumo, que mudou hábitos das famílias camponesas. Silveira relata que:

à medida que a produção industrial fumageira passou a ser realizada em bases inteiramente capitalistas, o aumento da produtividade e a alteração na qualidade dos produtos exportados implicaram, além do aumento da demanda, mudanças no processo produtivo da principal matéria-prima, o fumo. Isso acarretou na área rural, um aumento progressivo da área plantada, destinada à produção de fumo, ao mesmo tempo que, gradativamente, diminuía a área plantada destinada à produção dos

demais produtos agrícolas comercializáveis (feijão, batata, milho) e mesmo daqueles destinados a subsistência das famílias camponesas (SILVEIRA, 2003, p. 70).

Esta mudança de hábitos e cultura das famílias camponesas, que passam a se dedicar mais e exclusivamente ao fumo, abandonando o cultivo de produtos agrícolas destinados as suas subsistências, trazem consequências. Dentre elas Silveira (2003, p. 70) aponta que a redução do plantio de produtos destinados à subsistência tornou os colonos “cada vez mais dependentes da economia monetária e do mercado, o que os levou, progressivamente, a uma dependência cada vez maior da venda do fumo para as empresas fumageiras”.

O processo de desenvolvimento econômico do município de Santa Cruz do Sul se deu de forma desigual e centrada na lógica do capital fumageiro. A partir do final da década de 1960 teve início à desnacionalização das indústrias locais de fumo, o que acelerou a urbanização e alterou a dinâmica do território. Neste sentido, Silveira constata que:

a penetração e a expansão do capitalismo no desenvolvimento da economia local só aparentemente produziram distintas organizações espaciais (campo e cidade). Em realidade, observa-se um processo de desenvolvimento desigual e combinado – lógica pela qual o capital fumageiro se (re)produz no território municipal. Todavia, a intensificação do processo de internacionalização da economia local, através da desnacionalização das indústrias locais de fumo, a partir do final da década de 1960, iria, gradativamente, proporcionar um novo conteúdo à dinâmica industrial local, imprimindo, nas décadas seguintes, um ritmo acelerado ao processo de urbanização da cidade e profundas alterações na organização do território municipal (SILVEIRA, 2003, p. 75).

Com a entrada das agrofumageiras transnacionais, altera-se substancialmente o comportamento da produção e do beneficiamento industrial do fumo, e a cidade de Santa Cruz do Sul começou a apresentar profundas transformações. Neste sentido, Silveira relata que:

O intenso processo de urbanização que teve início desenvolveu-se com estas principais características: substancial aumento de sua população; continua e acelerada ampliação do perímetro urbano, intenso processo de incorporação e especulação imobiliárias e crescimento significativo de vilas populares em sua periferia urbana. Essas características, em realidade, apresentam-se enquanto processos intimamente articulados e subjacentes à própria dinâmica pela qual o espaço urbano local passou, a partir desse período, a ser (re)produzido (SILVEIRA, 2003, p. 83 – 84).

A partir da década de setenta, ocorre uma reorientação do emprego e da força de trabalho na economia local. As atividades primárias, principalmente a produção do fumo, continuam tendo importância, mas são as atividades industriais e terciárias que passam a comandar a dinâmica econômica municipal. Para Silveira:

um conjunto de atividades comerciais e de serviços, enquanto suporte da agroindústria fumageira, tanto a montante como a jusante do processo produtivo, começa a ser criado e ampliado. Além do incremento do setor terciário, há também o incremento de outros ramos industriais, os quais vão ter a demanda de seus produtos regulada pela dinâmica da agroindústria fumageira (...) as ações demandadas ao poder público municipal pela agroindústria, no sentido de dotar os espaços da cidade, por ela utilizados, com uma infraestrutura urbana adequada ao atendimento dos seus interesses (...) como exemplo de ações promovidas (...) além da ampliação e reestruturação da malha viária urbana, a criação do aeroporto municipal e de outras obras infraestruturais urbanas – como abastecimento de água, energia elétrica, telefone -, também a criação e constante atualização do Distrito Industrial (SILVEIRA, 2003, p. 88 – 89).

Todo este processo resultou de um imenso crescimento da população urbana. Isto pode ser comprovado analisando a tabela a seguir, que retrata a evolução da população rural e urbana de Santa Cruz do Sul:

Tabela 04 – População Rural e Urbana de Santa Cruz do Sul

<i>Ano</i>	<i>População Rural</i>	<i>%</i>	<i>População Urbana</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>
1940*	48.926	88,9	6.115	11,1	55.041
1950*	53.983	77,4	15.712	22,6	69.605
1960*	54.828	71,4	22.026	28,6	76.854
1970	53.730	61,9	33.076	38,1	86.806
1980	44.541	44,7	55.096	55,3	99.636
1991**	38.818	33,0	78.955	67,0	117.773
2000	13.846	12,8	93.786	87,1	107.632
2010	13.184	11,1	105.190	88,9	118.374

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Censos Demográficos.

*Nestes dados a população de Vera Cruz está incluída, visto que se emancipou em 1959.

**Neste dado a população dos Distritos de Trombudo, Sinimbu e Gramado Xavier estão incluídas, visto que se emanciparam em 1992.

Com os dados da tabela acima, podemos verificar a evolução e o crescimento da população urbana que, em 1940 representava 11,1% e que, em 2010 passou a representar 88,9% da população total do município. No sentido inverso, pode-se constatar o decréscimo da população rural que em 1940 representava 88,9% e que em 2010 passou a representar 11,1%.

Este cenário evidência a brusca mudança de condição de moradia do rural para o urbano nos últimos 70 anos. Ao mesmo tempo, evidência o crescimento drástico da população urbana de Santa Cruz do Sul. Silveira (2003, p. 90) relata que este aumento considerável está

relacionado ao processo de migração de trabalhadores da zona rural e de trabalhadores de municípios vizinhos.

A internacionalização da economia, as ações globalizadas, o crescente êxodo rural e a migração das cidades vizinhas, impactaram no crescimento da economia e da população de Santa Cruz do Sul, bem como provavelmente incidiram nas relações sociais e no estoque de capital social existente. A cooperação, a vida comunitária, os laços de confiança entre vizinhos e amigos, as redes e grupos sociais possivelmente não mais se mobilizam mais com tanta intensidade por interesses coletivos. Como enfatiza Milton Santos, ao entrar na era da globalização a vida social se transforma. A cooperação dá lugar à competição. Neste sentido, afirma que na globalização “o motor implacável de tantas reorganizações, sociais, econômicas, políticas e, também, geográficas, é essa mais-valia global, cujo braço armado é a competitividade” (SANTOS, 2009, p. 333).

As redes passam a funcionar em função do sistema global e não mais dos interesses e necessidades da comunidade local e regional, e os movimentos da internacionalização e da globalização transformam todos os recantos da vida social desta comunidade. É este o movimento ao qual Santos (2009, p. 333) se refere: “a rede mundializada atual é instrumento da produção, da circulação e da informação mundializadas. Neste sentido, as redes são globais e, desse modo, transformam, o universo ao local”.

As transformações do lugar, do espaço e da vida social, cultural, econômica e ambiental de Santa Cruz do Sul aconteceram sem que seus atores se dessem conta do quanto tudo isso foi construído em função de interesses e processos exógenos. E todo este movimento de crescimento econômico e urbano pode ter consumido parte do estoque de capital social existente até então, visto que foi movido, em grande parte, pela competitividade e pela escolha deste território como meio para uma maior acumulação de capital. Na busca de maior produtividade e ganho, o oportunismo e os interesse de alguns atores globais sobressaíram. Santos afirma que:

O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. Esse dado é hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares de ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos. (...) Num dado momento, o “Mundo” escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo (SANTOS, 2009, p. 337).

3.3 - Santa Cruz do Sul e o Capital Social

Em Santa Cruz do Sul, até o momento, não há registro de alguma pesquisa que tivesse se proposto a medir o estoque de capital social existente. No entanto, em alguns escritos encontram-se evidências de que no passado existiu capital social e que este contribuiu para o desenvolvimento do território. O propósito nesta seção, através de uma pesquisa bibliográfica, é trazer à tona evidências da existência de capital social no passado e de seu possível desgaste.

Os estoques de capital social de uma comunidade se auto reforçam e acumulam ou não ao longo de sua história. Conforme Putnam (1995, p. 17), “os círculos virtuosos resultam em equilíbrio social com altos níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, engajamento cívico e bem-estar coletivo”.

Putnam também afirma que “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um estoque substancial de capital social, na forma de normas de reciprocidade e engajamento cívico” (PUTNAM, 1995, p. 14). E desde o início da história de Santa Cruz aparecem muitas evidências da existência do sentimento de reciprocidade, colaboração e de cooperação entre as pessoas. Vamos citar algumas passagens que evidenciam isto já no princípio da colônia. Ali os colonos tiveram que cooperar por bem ou por mal:

o ambiente obrigou-os a tomarem a colaboração como uma necessidade. Mas a ajuda era sempre do vizinho; era preciso colaborar hoje... amanhã recebia igual retribuição (MARTIN, 1979, p. 25).

as circunstâncias levaram os pioneiros a uma ajuda louvável. Era ajudar, colaborar, ou não ter... sucesso. (...) E esta ajuda, de vizinho para vizinho, é que fez crescer a Colônia de Santa Cruz (MARTIN, 1999, p. 16).

Wink relata como o “espírito associativista” foi importante para a vida escolar e religiosa:

Abandonados, nos primeiros tempos, pelo Governo Provincial, no que diz respeito ao ensino e à orientação religiosa, foram os próprios imigrantes, graças ao seu espírito associativista, que se encarregaram de erguer, além de igrejas, uma ampla rede de escolas particulares em língua alemã, mantidas em atividade por toda a zona rural (WINK, 2002, p. 61).

Como podemos identificar, o associativismo faz parte da história de Santa Cruz do Sul. Existe alguma literatura sobre este tema. Segundo os pesquisadores João Pedro Schmidt e Cesar Goes:

o associativismo foi uma marca dos municípios de colonização alemã desde a chegada dos primeiros imigrantes, em 1849, na forma de comunidades paroquiais, escolas comunitárias, sociedades recreativas, esportivas e culturais. As cooperativas vieram a partir de 1904. O desenvolvimento econômico e social da região deveu muito à força do associativismo e do cooperativismo (SCHMIDT e GOES, 2002, p. 125).

O cooperativismo na região veio junto com os colonizadores alemães. Conforme Schmidt e Goes (2002, p. 127), muitos dos alemães já traziam consigo conhecimentos sobre cooperativas e associações, conheciam a sua importância e as suas vantagens, favorecendo a expansão de entidades comunitárias religiosas, escolares, culturais, recreativas e, mais tarde, o cooperativismo.

Os autores afirmam que “o cooperativismo na região fumicultora desenvolveu-se praticamente apenas na forma de cooperativas agrícolas, incluindo as de crédito” (SCHMIDT e GOES, 2002, p. 129). Segundo eles, as cooperativas do início do século XX na região do Vale do Rio Pardo apresentavam algumas características comuns: a) grande parte era agrícola e tinha como atividade principal a compra e comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores e a comercialização de mercadorias para os colonos; b) as diretorias eram compostas pelos próprios agricultores, que gerenciavam sem formação profissional e sem auxílio de profissionais; c) as decisões políticas eram centralizadas, não existiam mecanismos sistemáticos de consulta aos associados; d) as mulheres eram excluídas do quadro de associados; e e) inexistência de uma política de formação para o cooperativismo.

João Pedro Schmidt em seu artigo “Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul: um aparente paradoxo”, afirma que o conceito de capital social atrai pelo seu “*insight*” de fácil entendimento:

relações sociais de cooperação – traduzidas em associações, grupos e redes sociais – são em boa parte responsáveis pelo êxito das economias de mercado, pelo desenvolvimento dos países economicamente mais avançados e pela solidez das democracias (SCHMIDT, 2003, p. 213).

O autor relaciona este “*insight*”, no campo do pensamento político, a Alexis de Tocqueville que embora não tenha feito referência direta ao termo capital social, reconheceu a importância da vida associativa e da democracia, para o desenvolvimento de uma nação. O conceito de capital social foi formulado mais de um século depois por James Coleman (no final dos anos 1980) e desenvolvido por Robert Putnam, através dos estudos sobre a Itália e os Estados Unidos. Schmidt (2003, p. 214) lembra a afirmação de Putnam de que as regiões mais democráticas e economicamente mais desenvolvidas da Itália e dos Estados Unidos são aquelas que são mais dotadas de capital Social.

Mas o autor também considera o olhar dos autores vinculados ao neo-institucionalismo. Peter Evans e Jonathan Fox apontam haver consequências indesejáveis no enfoque teórico “culturalista” defendido por Coleman e Putnam. Segundo os neo-institucionalistas, os culturalistas condenariam os países em desenvolvimento – como os latino-americanos – ao atraso, ao diagnosticar que suas culturas são carentes de capital social e ao estabelecer que a formação de um estoque de capital social pressupõe um longo período histórico.

Schmidt reconhece que Evans e Fox apresentam uma alternativa à visão determinista dos culturalistas. Nesta abordagem, “o Estado é entendido como ator importante na mobilização e potencialização do capital social de uma sociedade, o qual pode ser ativado ou destruído pela sua ação” (SCHMIDT, 2003, p. 214).

O autor ainda defende que os dois enfoques, o de Coleman/Putnam e o de Evans/Fox, não são excludentes:

é possível e necessário reconhecer a relevância que um alto estoque de capital social possui para o sucesso econômico e a qualidade democrática de um país, e ao mesmo tempo assinalar a importância da mobilização de capital social através da ação sinérgica entre o poder público, a sociedade civil e o mercado (SCHMIDT, 2003, p. 214).

Schmidt (2003, p. 217) aprofunda a análise relativa ao vínculo entre capital social, compromisso cívico e participação política. Ele mostra como este vínculo se apresenta no caso do município de Santa Cruz do Sul, um município que se destaca, historicamente, pela força do associativismo horizontal, mas não pela intensidade da participação política dos seus cidadãos.

A dimensão regional é incluída na literatura sobre capital social. Conforme Schmidt isto acontece “ao evidenciar que a mobilização ou a destruição do mesmo está condicionada pelo respeito ou não às redes sociais estabelecidas em cada local ou região” (SCHMIDT, 2003, p. 220). E ele se baseia em Putnam quando afirma que “o elemento central na relação entre capital social e democracia é a noção de *comunidade cívica* ou *compromisso cívico*”. E acrescenta:

A comunidade cívica, segundo Robert Putnam (1996) se caracteriza pela existência de fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, expressas em intensa participação, mecanismos de igualdade política, sentimentos de solidariedade, de confiança e de tolerância, e densas redes de associações. O compromisso cívico se expressa no empenho dos cidadãos em prol de bens públicos (SCHMIDT, 2003, p. 221).

O estímulo à participação política nas redes e nas organizações sociais, vínculo entre o capital social (positivo) e participação política, envolve vários aspectos, conforme Schmidt aponta:

Primeiro, o do interesse e da informação: as redes sociais tendem a despertar o interesse pela política mais abrangente e estruturam o fluxo de informação aos seus membros e pessoas a eles ligadas. (...) da formação política: as redes e organizações sociais costumam proporcionar habilidades importantes na ação política. (...) do empowerment e da eficácia política: a participação em redes tende a conferir aos integrantes senso de autoestima e de capacidade de influenciar politicamente. (...) Sinteticamente, pode-se dizer que o capital social em sentido amplo é um ambiente benéfico e estimulante à inserção dos indivíduos nas atividades políticas (SCHMIDT, 2003, p. 224).

O foco do estudo do autor é a relação do capital social com a participação política, e busca explicar o aparente paradoxo do forte associativismo e a fraca participação política em Santa Cruz do Sul. Schmidt divide a trajetória do município em dois momentos: antes e depois da Segunda Guerra Mundial. No seu entendimento a campanha de nacionalização do Estado Novo desencadeia uma transformação profunda da cultura política local, e a guerra é um momento de ressocialização.

Martin (1999) e Kipper (1979) contam fatos e momentos difíceis ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, quando descendentes de imigrantes da Alemanha, Itália, Hungria e Romênia tiveram uma série de proibições e limitações, que abalaram a vida social das pessoas que moravam em Santa Cruz do Sul. Ele transcreve uma publicação de 17 de setembro de 1942, sob o título de Aviso à População, na qual consta que:

item 2 – Estão proibidas as reuniões públicas, quer de caráter social, beneficente, etc., sem permissão da competente repartição policial. Outrotanto, as coletas em benefício das respectivas instituições devem ser aprovadas por esta Delegacia de Polícia. (...) item 5 – Toda pessoa que for surpreendida falando o idioma alemão, ou italiano, onde quer que seja, será presa e recolhida à CASA DE CORREÇÃO (MARTIN, 1999, p. 147).

Decorrente deste momento delicado da história, segundo Wink (2002, p. 107) o jornal Kolonie, fundado em 1891, e após 14 números editados em português, com o nome de Jornal de Santa Cruz, acaba sendo fechado em 21 de outubro de 1941, após 50 anos de atividade. Este fato leva a cidade a permanecer sem jornal até 26 de janeiro de 1945, quando foi fundado o jornal Gazeta de Santa Cruz. Este fato também pode evidenciar um desgaste dos estoques de capital social, pois segundo Grootdaert, Narayan, Jones e Woolcock (2003), uma das dimensões do Capital Social é a informação e comunicação. O acesso à informação tem sido reconhecido cada vez mais como fundamental para ajudar as comunidades empobrecidas a

terem uma voz mais ativa em assuntos relativos à coletividade.

Para Schmidt (2003, p. 230): “nas primeiras décadas da imigração, o comportamento dos imigrantes e seus descendentes teve a marca do desinteresse e do distanciamento das instituições”. Alguns fatores envolvidos nesta situação são apontados pelo autor: escassez de lideranças políticas, o isolamento geográfico e cultural, as dificuldades econômicas, os entraves legais ao voto e a limitação de canais de participação.

Apesar do ambiente não favorecer a democracia, Schmidt afirma que desde os primeiros anos nas comunidades de imigração alemã no Rio Grande do Sul, um forte estoque de capital social se formou:

desenvolveram-se intensamente algumas formas de capital social, como as relações familiares e de vizinhança, a organização em comunidades religiosas, a criação de escolas comunitárias, de entidades recreativas e culturais e, mais tarde, de cooperativas. (...) Em Santa Cruz do Sul, o espírito de cooperação se manifestou desde a chegada dos colonos, no final de 1849. O estoque de capital social foi formado a partir do início da colonização. Além da herança cultural, pesou fortemente a necessidade de sobrevivência e a ausência do Estado (SCHMIDT, 2003, p. 232).

Segundo o autor, os imigrantes, desde o início, precisaram se organizar através de esforços coletivos, pois foram colocados em terras até então não cultivadas, e sem serviços públicos básicos como educação, saúde, transportes. O autor reforça a tese de que a ausência da escravidão favoreceu a expansão do capital social entre os imigrantes (SCHMIDT, 2003, p. 232).

Esta afirmação vai ao encontro do pensamento de Putnam de que, para o capital social se desenvolver, é importante a existência de vínculos sociais horizontais numa comunidade. Putnam (2007, p. 154) afirma que “a diferença fundamental não é entre a existência ou a inexistência de vínculos sociais, mas entre os vínculos horizontais de solidariedade mútua e os vínculos verticais de dependência e exploração”. O pesquisador Martin também afirma que na história de Santa Cruz os vínculos que existiam eram vínculos horizontais e não de dependência e exploração: “não havia escravos; o trabalho era igual para todos” (MARTIN, 1979, p. 26). Na realidade a lei impedia que os colonos tivessem escravos⁶. Martin afirma: “aos imigrantes não foi permitida a posse de escravos. Isto fez com que o progresso da Colônia sempre repousasse em trabalho livre” (MARTIN, 1979, p. 136).

⁶ Conforme a Lei 514, de 28 de setembro 1848, artigo 16, do II Império, que incentivava a imigração e atribuía ao governo provincial o direito de colonizar: “A cada uma das Províncias do Império ficão concedidas ao mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, sete léguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas a colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos” (Citado por Vogt, 1997, p. 57).

Schmidt (2003, p. 233), menciona algumas formas de cooperação existentes no meio rural no passado. Entre elas se destaca que:

- a) Entre os vizinhos, os mutirões e auxílios que eram comuns.
- b) As famílias se ajudavam mutuamente nas lides agrícolas, incluindo o plantio, o cultivo e a colheita dos produtos.
- c) Os empréstimos de ferramentas, equipamentos e animais de tração também eram comuns.
- d) O empréstimo de dinheiro igualmente, especialmente por ocasião de casamento dos filhos ou da aquisição de terras. Tais empréstimos eram baseados no compromisso verbal, no “fio do bigode”, e dificilmente eram formalizados, demonstrando elevada confiança mútua entre os colonos.

O cooperativismo foi outro ramo do associativismo que surgiu em Santa Cruz do Sul no início do século XX. Segundo Schmidt (2003, p. 237) o início do cooperativismo no município ocorreu a partir de 1904, e teve a contribuição decisiva dos padres jesuítas, em especial do padre Theodor Amstad.

Nas primeiras décadas do século XX, dois ramos do cooperativismo se destacaram: as cooperativas de crédito e as cooperativas agrícolas. Segundo Schmidt (2003, p. 237 – 238), “essas duas modalidades de cooperativismo foram fundamentais para o desenvolvimento do município”. Para o autor, a maior parte das cooperativas, “fragilizada por problemas internos (...) não conseguiu resistir às pressões da iniciativa privada e à falta de apoio ou aos problemas criados pela esfera governamental” e deixam de operar entre as décadas de 1960 e 1990. Os problemas internos que o autor cita é: a centralização, de que a não participação dos associados, a exclusão das mulheres e a corrupção. Esses problemas se conectam a queima de estoque de capital social, pois estas características não combinam com confiança, cooperação, participação, reciprocidade e colaboração, que são fundamentais nas relações entre as pessoas para que exista o capital social.

Na tabela abaixo, encontram-se as cooperativas de crédito sediadas no município no decorrer do século XX.

Tabela 05 – Cooperativas de Crédito existentes em Santa Cruz do Sul no século XX.

<i>Cooperativa de Crédito</i>	<i>Período de existência</i>
Caixa Cooperativa Santa-Cruzense	1904-década de 1960
Caixa Rural União Popular de Santa Cruz	1919 é o atual Banco Sicredi
Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda.	1926-1973

Fonte: SCHMIDT (2003, p. 237 - 238).

Na tabela 06, encontram-se as cooperativas agrícolas com sede no município no decorrer do século XX.

Tabela 06 – Cooperativas Agrícolas existentes em Santa Cruz do Sul no século XX.

<i>Cooperativa Agrícola</i>	<i>Período de existência</i>
Cooperativa Agrícola Rio Pardinho	1913-1995
Cooperativa Agrícola Mixta Boa Vista	1915-1970
Cooperativa Agropecuária Linha Santa Cruz	1924-1998
Cooperativa Agrícola Mista Sítio	1941-1991
Cooperativa Agrícola Padre Amstad	1948-1978

Fonte: SCHMIDT e VOGT (2003, p. 237 - 238).

Para Schmidt (p. 238 e p. 242), o estoque de capital social de Santa Cruz do Sul, desde o início de sua história, devido ao grande número de associações e organizações pode ser estimado como grande. No entanto, o capital social existente era basicamente do tipo “*bonding*” ou vinculante (laços sociais em grupos homogêneos) e não do tipo “*bridging*” ou inclusivo (laços sociais em grupos heterogêneos). Conforme Putnam (2002), o capital social “*bonding*” ou vinculante, normalmente está vinculado ao isolamento de uns grupos sociais em relação a outros, e pode facilitar preconceitos e enfrentamentos.

Nos registros históricos podemos verificar que o município de Santa Cruz do Sul, ao longo de sua trajetória, se destacou pelo elevado número de organizações sociais. Neste sentido Schmidt conclui que:

o capital social se desenvolveu em Santa Cruz do Sul desde os primeiros anos da chegada dos imigrantes ao município, em 1849. Sem apoio dos órgãos

governamentais, os imigrantes e seus descendentes tiveram que cooperar para lograr a consecução de obras como a abertura e manutenção de estradas, e a construção e manutenção das escolas e igrejas. (...) o estoque de capital social, constituído desde os primórdios da colonização, continua bastante elevado entre os santa-cruzenses (SCHMIDT, 2003, p. 257).

Para Schmidt, a ruptura com a Alemanha e a campanha de nacionalização, eventos que precederam e acompanharam a Segunda Guerra Mundial provocaram mudanças profundas na vida social, cultural e política dos santa-cruzenses. Apesar das transformações, ele afirma que “o estoque de capital social constituído anteriormente permitiu a continuidade da tradição de cooperação e organização social” (SCHMIDT, 2003, p. 247).

Outro pesquisador que se destaca na pesquisa sobre o tema capital social em Santa Cruz do Sul é o historiador Sílvio Correa. Ele relata que a forte migração⁷ que ocorreu no município, também, pode ter contribuído para a diminuição do estoque de capital social. O autor (2003, p. 303) afirma que “a migração promove um deslocamento físico de indivíduos e/ou grupos que afeta a distribuição espacial do capital humano numa determinada região”. E que os “níveis” de integração, na sociedade acolhedora, dos migrantes podem variar. E esta variação está relacionada também com o capital social dos migrantes, que para converter “em outras formas de capital depende das estratégias de reprodução social do migrante, bem como das condições objetivas (favoráveis ou não) do local de destino”.

Segundo Correa, “a integração social dos migrantes depende de uma constelação de fatores”, sendo um deles a inserção no mercado de trabalho. Para ele, a maioria dos migrantes em Santa Cruz do Sul tem ocupações em que predominam as “atividades manuais com baixa remuneração e sem muitas garantias legais” (CORREA, 2003, p. 304). O sentimento de “exclusão social” dos migrantes pode ter consequências desfavoráveis ao desenvolvimento regional, pois compromete a coesão social. Para Correa:

isso se deve, entre outros fatores, ao baixo nível de confiança mútua existente, o que pode servir como fator dissipador do capital social existente. (...) Assim, o sentimento de “exclusão social” pode ser ao mesmo tempo um indicador da precária integração social como também um fator psico-social inibidor ao próprio desenvolvimento de uma região (CORREA, 2003, p. 305).

Correa destaca que se a migração não implica em perda de capital cultural e

⁷ Migração – Conforme tabela 4 (p. 53), podemos visualizar que em 1940 o município apresentava uma população de 55 mil habitantes (na sua maioria rural 88,9%). Apesar das emancipações de Distritos que formaram novos municípios (Vera Cruz, Sinimbu, Gramado Xavier e Herveiras), em 2010 Santa Cruz do Sul passa a ter uma população de 118 mil habitantes (na sua maioria urbana 88,9%). Este aumento considerável da população foi provocado pelo movimento de migração de trabalhadores da zona rural do município, de trabalhadores e estudantes universitários de municípios vizinhos, e de trabalhadores e estudantes universitários de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

econômico, ela provoca, geralmente, “uma descapitalização em termos sociais”. A migração provoca a perda do capital social acumulado no local de origem do migrante, fazendo minguar esse porque a ausência do migrado dificulta a manutenção de seus laços sociais. “O acúmulo de um novo capital social dependerá das condições e do tempo para a integração social na sociedade acolhedora” (CORREA, 2003, p. 309 – 310). Conforme o autor, o tema da migração “evidência uma lacuna no que tange à importância do capital social para a integração social dos migrantes e suas consequências em termos de desenvolvimento regional” (CORREA, 2003, p. 310). Ele menciona a descapitalização social dos migrantes, citando Kliksberg⁸ (2000).

Enfático Correa afirma que a migração “oxigena” uma sociedade, mas também pode comprometer o desenvolvimento regional ao interferir nas redes de relacionamentos que já existem (CORREA, 2003, p. 314).

O autor, ao abordar o conceito de capital social, se baseia em Bourdieu (1980), que afirma que o capital social “é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à disposição de uma rede durável de pertencimento de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou inter-reconhecimento” (CORREA, 2003, p. 315). Ele também considera James Coleman (1990), que enfatiza a característica coletiva do capital social que é construída através das obrigações mútuas, das relações de confiabilidade e das normas sociais.

O autor afirma que em geral a migração significa “uma dissipação do capital social”, e que na nova sociedade a acumulação do capital social exige do migrante um investimento de tempo com os vizinhos e colegas de trabalho. E cita a observação de Bordieu (1979, p. 138) de que “o capital social está estritamente ligado à antiguidade no grupo e pelo intermédio da notoriedade do nome e da extensão e da qualidade das redes de relações” (CORREA, 2003, p. 317).

Correia também se fundamenta em Putnam (2000), e cita a diferença entre o *bonding social capital* que favorece os vínculos entre os indivíduos de um grupo social homogêneo, e o *bridging social capital* que ocorre entre os indivíduos de grupos sociais distintos. E salienta que:

o bridging social capital pode servir de indicador para o grau de coesão social em sociedades em que predomina a pluralidade cultural. Em comunidades ou sociedades mais homogêneas, o *bonding social capital* prevalece, geralmente, como

⁸ Kliksberg (2000, p. 33), destaca o trabalho de Fuentes (1998) sobre os migrantes de populações camponesas de Chiapas que se “descapitalizaram severamente em términos de capital social, dado que se destruyeron sus vínculos e inserciones básicos.”

indicador de coesão social (CORREA, 2003, p. 319).

Conforme o autor, a configuração urbana de Santa Cruz do Sul caracteriza uma distribuição e uma ocupação desigual do território com grupos sociais e étnicos que se originaram de fluxos migratórios irregulares. Esta migração provoca uma heterogeneidade que redundará “na perda da confiança e, por conseguinte, dificulta a (re)construção do capital social” (CORREA, 2003, p.319). Correia cita que Bourdieu (1980) concorda que o capital social depende de um mínimo de homogeneidade, e salienta que os proveitos que oferece o pertencimento a um grupo são os fundamentos da solidariedade que os torna possíveis.

Em Santa Cruz do Sul a imobilidade social ou a queda social fazem com que os migrantes e seus dependentes tenham que procurar espaços com aluguéis mais baixos e de condições mais modestas, provocando uma rotatividade, e esta pode dificultar a auto-organização de associações da comunidade destes locais.

Nessas áreas suburbanas de alta rotatividade tem-se igualmente baixos níveis de capital social. Geralmente, o capital social de uma cidade de porte médio não conta com a adesão de migrantes recentes. A adesão voluntária dos migrantes a associações, sindicatos e clubes depende do processo de integração dos mesmos (CORREA, 2003, p. 321).

Conforme Correa (2003, p. 324), a chegada de novos indivíduos ao município provoca alterações no convívio social da sociedade acolhedora e coloca em risco a confiabilidade, alterando o capital social. A confiabilidade tecida historicamente pelo associativismo de imigrantes alemães e seus descendentes é dissipada pela migração, que provoca a heterogeneidade étnica e social.

A heterogeneidade já foi considerada como uma variável explicativa de baixa confiança em uma sociedade. (...) Em Santa Cruz do Sul, o aumento de migrantes de origem étnica distinta à maioria étnica alemã redundará numa heterogeneidade etno-lingüística com possíveis desdobramentos na confiabilidade e, por conseguinte, no capital social local, principalmente do tipo *bridging* (CORREA, 2003, p. 325).

A confiança entre os atores sociais de um território está diretamente ligada ao capital social e influencia no desenvolvimento regional do mesmo. Correia observa que “a precária identidade regional é um sintoma de pouca confiança existente no seio de uma sociedade heterogênea e institucional claudicante” (CORREA, 2003, p. 327).

Outro fator que o autor destaca é que os migrantes ficam “desenraizados”. E a ruptura de laços sociais destes migrantes pode contribuir para o aumento da violência, da desconfiança e para a destruição de certas redes sociais existentes. E a situação social e

espacial marginal do migrante altera o espaço físico e simbólico da cidade (CORREA, 2003, p. 330).

Correa defende a tese de que a migração contribui para a redução do estoque de capital social em Santa Cruz do Sul. Para o autor a migração provoca alterações no convívio social da sociedade acolhedora e coloca em risco a confiabilidade tecida historicamente pelo associativismo de imigrantes alemães e seus descendentes, alterando o capital social.

As formas de sociabilidade vigente numa região podem ser alteradas com as elevadas taxas de imigração e alta densidade de ocupação. Bandeira e César concluíram, na pesquisa realizada no Rio Grande do Sul sobre desenvolvimento regional, cultura política e capital social, que na Região Metropolitana, o crescimento econômico e populacional pode minar o capital social:

Embora não se disponha de dados que permitam comparações precisas, pode-se afirmar que a rápida transformação de Porto Alegre e seu entorno em uma região metropolitana, com elevadas taxas de imigração e alta densidade de ocupação, alterou substancialmente as formas de sociabilidade vigentes na região, enfraquecendo alguns padrões de convivência que ainda podem ser observados em centros menores e que constituem elementos essenciais do capital social (BANDEIRA e CÉSAR, 2001, p. 60 - 61).

Milton Santos, na mesma linha, afirma que “o novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador”, e muda o homem:

sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem (SANTOS, 2009, p. 329).

Para Santos, quando essa síntese é percebida, o processo de integração e de entendimento supera o processo de alienação, “e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida”. Ele também observa que a “memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (SANTOS, 2009, p. 329).

Santos (2003, p. 330) ainda defende que “o homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar”. O novo lugar o obriga a um aprendizado novo e a uma formulação nova. E “a consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar”. E a “noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história”.

O pesquisador Olgário Vogt, em sua tese, também estuda e menciona o Capital Social em regiões de colonização alemã do RS. Para ele:

a partir da elaboração de uma síntese sobre a colonização alemã no RS, é defendido que, nas áreas coloniais, intrincadas redes formais e informais de sociabilidade, atuando imbricadas, deram origem a um considerável estoque de capital social (VOGT, 2006, p. 6).

O autor trabalhou o conceito do capital social como condutor dos procedimentos metodológicos. Conforme Vogt (2006, p.14), o capital social “pode ser analisado enquanto atributo de comunidades, de regiões, de estados e, inclusive, de nações. Mobilizado, ele se torna um dos ativos mais importantes de qualquer coletividade”.

A base teórica do autor é o pensador Robert Putnam. Vogt cita que nos diversos trabalhos de Putnam, esse tem “defendido que um bom patrimônio de capital social em uma sociedade reforça a democracia política e os ganhos econômicos, ao incrementar a capacidade dos indivíduos para cooperar em um empreendimento comum” (VOGT, 2006, p. 14). Ele também observa que Putnam “credita o acúmulo de capital social existente em uma determinada região como resultado de um longo processo histórico experimentado por sua população através de gerações” (VOGT, 2006, p. 17). Condizente com a visão Putnamiana, acredita que “a existência de uma vasta gama de organizações horizontais é um indicativo de existência de capital social em uma sociedade” (VOGT, 2006, p. 217).

O conceito de capital social utilizado por Vogt é o formulado e utilizado pelos pesquisadores da CEPAL. O secretário executivo desse organismo das Nações Unidas que definiu o capital social:

como sendo o conjunto de relações sociais caracterizadas por atitudes de confiança e comportamentos de cooperação e reciprocidade. Nessa perspectiva, trata-se de um recurso de pessoas, de grupos e de coletividades em suas relações sociais, com ênfase nas redes de associatividade das pessoas e dos grupos. E, a exemplo da riqueza, o capital social também estaria desigualmente distribuído na sociedade (VOGT, 2006, p. 34).

O autor observa que um dos principais indicadores da abundância e existência do capital social em uma região, segunda a literatura deste tema, é:

a existência e a participação dos indivíduos em uma densa rede de associações voluntárias, tais como, em igrejas e grupos religiosos; em clubes esportivos; em sociedades recreativas e clubes sociais; em organizações artísticas, culturais ou educacionais; em sindicatos e associações profissionais; em partidos políticos; em entidades filantrópicas; em cooperativas; em clubes de serviços etc. (VOGT, 2006, p. 19).

Segundo Vogt (2006, p. 20), nas áreas coloniais alemãs, o que inclui o município de Santa Cruz do Sul, o capital social gerado possuía natureza excludente, por estar voltado somente para os alemães e seus descendentes. Os mecanismos que alimentavam a confiança, a

reciprocidade e o respeito às normas quase sempre beneficiavam apenas os alemães e seus descendentes. Já população de outras origens étnicas encontravam barreiras para participar e para usufruir do capital social gerado.

Vogt relata que nestas áreas, além das associações serem horizontais, foi importante a sociabilidade informal, como reunir amigos em casa, visitar parentes e amigos, realizar mutirões, participar de diversas atividades de lazer junto com outras pessoas. E afirma que “esse intenso convívio social igualmente estimula a confiança no próximo, a solidariedade e o espírito de cooperação” (VOGT, 2006, p. 78). O autor lembra fatos históricos que evidenciam formas e estratégias de cooperação que se estabeleceram em algumas comunidades, que “vão desde a formação de frentes de trabalho para a derrubada da mata, abertura de clareiras, construção da primeira choupana, abertura de estradas, até a edificação de escolas, templos e hospitais” (VOGT, 2006, p. 78).

O autor relata como foram construídas relações de solidariedade e confiança, ao longo da história do município e Santa Cruz do Sul, que tornou “mais propensa a criação de relações de confiança, camaradagem, solidariedade e auxílio recíproco entre os envolvidos” (VOGT, 2006, p. 163). E que inclui as redes informais de sociabilidade como os *Kränzchen*, os trabalhos em grupo e o espírito público, as relações de vizinhança, o *Kerb*. As redes formais de sociabilidade como as associações escolares, as associações religiosas católicas e evangélicas, as associações desportivo-recreativas e de lazer (sociedades de atiradores, sociedades de cavalarianos, sociedades culturais, sociedades de bolão, sociedades de damas) são longamente analisadas e destacadas como geradoras de capital social. Os espaços de sociabilidade e desenvolvimento como as associações de produtores, as cooperativas de produtores rurais, as caixas cooperativas de crédito são muito valorizadas na pesquisa. Vogt também ressalta o desenvolvimento da imprensa. Os *Kalenders* ou Anuários e os jornais, que pipocaram nas áreas de colonização alemã do RS são ressaltados. Nesse sentido, Vogt (2006, p. 404) salienta que “a existência de uma significativa imprensa ajudou a fomentar a cooperação, o capital social e o desenvolvimento regional endógeno nas áreas colonizadas pela população de origem germânica do extremo Sul do Brasil”.

Considerando as práticas associativas, a forte tradição comunitária, as iniciativas coletivas e a identidade étnica, Vogt conclui que nos municípios de colonização alemã do RS há um potencial comunitário extraordinário. No entanto, todo esse potencial, em grande parte, “está adormecido, mas pode ser despertado e colocado em marcha” (VOGT, 2006, p. 236). No que diz respeito à Santa Cruz do Sul, afirma que há evidências e sintomas suficientes para se assegurar que no município já existiu um grande estoque de capital social e que o mesmo

vem sendo queimado nas últimas décadas.

Vogt trabalha com a hipótese de queda do estoque de capital social no meio rural do município de Santa Cruz do Sul. A atuação do Estado brasileiro, tanto no episódio da nacionalização quanto no desestímulo ao cooperativismo, tem papel decisivo no significativo desestímulo à constituição de redes sociais.

Vogt observa que não existem dados empíricos que comprovem o aumento ou a diminuição do estoque de capital social em áreas de colonização alemã do RS. Mas ele trabalha com:

o pressuposto de que a campanha de abasileiramento forçado, decretado na década de 1930 pelo Estado Novo, e posta em prática pelo governo do Rio Grande do Sul a partir de 1938, foi a grande responsável pela queima de confiança social e do tipo de capital então presente nas áreas onde predominava a população de origem teuta (VOGT, 2006, p. 357).

Com o movimento da nacionalização, lideranças comunitárias foram presas ou repreendidas, escolas comunitárias foram fechadas e seus documentos e registros históricos foram destruídos, a imprensa em língua estrangeira foi suprimida, associações culturais e desportivo-recreativas foram paralisadas, atividades religiosas foram suspensas, ou seja, a vida comunitária foi desestruturada, não havendo mais clima propício para o trabalho das cooperativas. Foi gerado um clima de medo, de tensão, de desconfiança e imprevisibilidade. E esta falta de confiança e medo nas autoridades e nas instituições foi um ambiente propício para a queima, a diminuição ou o desaparecimento de capital social.

Vogt aborda que um importante sintoma da existência de capital social, “na tradição dos seguidores de Putnam”, é a participação em sociedades de diversos fins. Durante os anos da Nacionalização, e alguns anos depois, muitas pessoas que normalmente participavam ou promoviam atividades sociais, deixaram de fazê-lo ou reduziram em muito sua participação. No meio rural, grande parte das sociedades existentes simplesmente encerraram suas atividades no período (VOGT, 2006, p. 379).

Segundo Vogt, durante a vigência do Estado Novo, as autoridades gaúchas praticaram a “nacionalização forçada”, este fato é apontado “como um dos fatores da queima de estoque do capital social comunitário existente nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul” (VOGT, 2006, p. 6).

Vogt (2006, p. 376) também salienta que com a Ditadura Militar implantada no país em 1964, o Estado brasileiro impôs sérias restrições ao funcionamento das tradicionais cooperativas de crédito, para beneficiar o grande capital. Neste momento a manutenção das

cooperativas de créditos e de produtores foi praticamente inviabilizada. E junto, as experiências coletivas baseadas na cooperação, solidariedade e confiança recíproca de seus membros foram solapadas. Vogt afirma que na medida em que o cooperativismo minguou, decaiu também o índice de capital social.

Para o autor não foi somente a nacionalização a única responsável pela destruição do capital social comunitário existente nas áreas de colonização alemão do RS. “As migrações, a urbanização, a industrialização, o desenvolvimento dos meios de comunicação e outros fatores certamente também tiveram papel relevante nesse processo” (VOGT, 2006, p. 401).

Baseado em Putnam, que apontou vários fatores como responsáveis pelo desmanche do tecido da vida comunitária norte-americana, Vogt (2006, p. 354) salienta que “a expansão urbana das cidades atuaria negativamente sobre o compromisso cívico e o capital social de caráter comunitário”. Para Putnam os moradores de cidades pequenas e em zonas rurais seriam mais altruístas, honrados e dotados de confiança social do que os moradores de grandes metrópoles. Eles seriam mais comprometidos com a coletividade e participariam mais da vida comunitária. Portanto, o fato de residir em uma grande área urbana debilitaria o capital social e o compromisso cívico. Nesses locais, os indivíduos viveriam isolados, sem muito tempo para visitar amigos, jantar com a família, participar de atividades em clubes e sindicatos, pois parte do seu tempo seria consumido em deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa, inibindo a vida comunitária.

Em 2001, Pedro Bandeira e Benedito César realizaram uma pesquisa procurando cruzar desenvolvimento regional, cultura política e capital social no Rio Grande do Sul. Para detectar a natureza dos fatores envolvidos na produção e reprodução de desigualdades regionais, um dos principais aspectos investigados no levantamento dizia respeito às características socioculturais que contribuíam para determinar aquilo que pode ser denominado de estoque de capital social. A pesquisa apresenta evidências empíricas de que o capital social é maior nas regiões com acentuada presença da imigração alemã e italiana, que seriam as regiões⁹ Nordeste 2 e Norte do RS.

⁹ Para a realização da pesquisa, Bandeira e César (p. 10 e 11), subdividiram o território do Rio Grande do Sul em quatro Macro-Regiões, com base na agregação dos 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento existentes no Estado. *Nordeste 1*, composta pelos COREDEs Metropolitano do Delta do Jacuí e do Vale do Rio dos Sinos. Abrangendo, de forma aproximada, o território da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Nordeste 2*, composta pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento da Serra, do Vale do Caí, das Hortênsias, do Litoral, do Vale do Taquari e do Paranhana-Encosta da Serra. Compreendendo, grande parte das primeiras áreas coloniais alemãs e italianas do Estado, à exceção daquelas (como São Leopoldo, Novo Hamburgo e outras situadas na região do Vale dos Sinos) que estão incluídas na Macro-Região Nordeste 1. *Norte*, composta pelos COREDEs Nordeste, Norte, da Produção, do Médio-Alto Uruguai, do Noroeste Colonial, das Missões e da Fronteira Noroeste, bem como por parte dos municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo. Incluindo, a maior parte das áreas

No que diz respeito especificamente à existência de capital social, a pesquisa evidenciou que estas regiões - áreas cujas características socioculturais estão associadas à imigração europeia, à colonização, à pequena propriedade e à agropecuária familiar - apresentam uma vida comunitária bem mais intensa e, portanto, uma dotação de capital social bem mais forte do que o Sul e a Região Metropolitana (Nordeste 1) do Estado. Os pesquisadores constataram que esta diferença se dá principalmente pelos percentuais mais elevados de participação em associações voluntárias e pela maior intensidade de convívio social observados no Norte e no Nordeste 2.

A Pesquisa de Bandeira e César vai ao encontro da literatura que afirma que as regiões mais desenvolvidas são aquelas em que há maior presença de capital social. Portanto, podemos relacionar o desenvolvimento das regiões de imigração alemã, e por decorrência do município de Santa Cruz do Sul também ao alto estoque de capital social aí existente.

Considerando os estudos que foram realizados pelos pesquisadores Schmidt, Correa, Vogt e Bandeira, embora eles não tenham mensurado o estoque de capital social presente em Santa Cruz do Sul, trouxeram à tona evidências da existência de um alto estoque de capital social no passado do município.

Schmidt, Correa e Vogt concordam que ao longo do século XX houve queima de estoque de capital social no município. Os autores, entretanto, divergem no que diz respeito às causas desta queima. Para Schmidt, a Campanha de Nacionalização promovida pelo Estado Novo e a ruptura dos vínculos dos teuto-descendentes com a Alemanha (o abrasileiramento forçado, ruptura com a cultura de origem) - eventos que precederam e acompanharam a Segunda Guerra Mundial - provocou queima de capital social. Entrementes o estoque remanescente permitiu a continuidade da tradição de cooperação e de organização social. Já para Correa a migração de pessoas do meio rural e de outros municípios para Santa Cruz foi a grande responsável pela queda de capital social. Vogt converge com Schmidt que a campanha de “nacionalização forçada”, é um dos fatores da queima de estoque de capital social, mas aponta que esse não foi à única causa responsável. Para o autor, a Ditadura Militar, e a política de beneficiar o grande capital, impuseram restrições e inviabilizaram o funcionamento das cooperativas de créditos e de produtores, mingando o cooperativismo e o

alcançadas pelo processo de expansão da colonização europeia no estado, a partir das últimas décadas do século XIX. *Sul*, inclui os COREDEs da Fronteira Oeste, da Campanha, Central, Sul e Centro-Sul, além de parte dos municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo. Abrangendo, a porção do território gaúcho caracterizada historicamente pelo predomínio da pecuária e das grandes propriedades rurais. Deve-se registrar, no entanto, que também ocorrem áreas coloniais em algumas porções desta grande região.

estoque de capital social. Ele também considera que as migrações, a urbanização, a industrialização, o desenvolvimento dos meios de comunicação e outros fatores contribuíram para a queima de capital social.

A hipótese de Correa vai ao encontro da afirmação de Vogt (2006, p. 20), de que nas áreas coloniais alemãs, o que inclui o município de Santa Cruz do Sul, o capital social gerado possuía natureza excludente, por estar voltado somente para os alemães e seus descendentes. E de que as populações de outras origens étnicas encontravam barreiras para participar e para usufruir do capital social gerado. Neste ponto Schmidt também converge com eles, pois, considera que o capital social existente era basicamente do tipo “*bonding*” ou vinculante (laços sociais em grupos homogêneos) e não do tipo “*bridging*” ou inclusivo (laços sociais em grupos heterogêneos). Portes (2000), ao abordar o capital social negativo, identifica que a exclusão dos que não são membros do grupo, é uma consequência negativa, pois, os próprios laços fortes que trazem benefícios para os membros de um grupo, normalmente, barram o acesso a terceiros.

Após esta breve síntese sobre a história de Santa Cruz do Sul, podemos constatar o quanto no seu início existiu evidências e fatos que comprovam a presença de um alto estoque de capital social, e o quanto este contribuiu para o desenvolvimento da região. No entanto, com o tempo as políticas públicas, as ações exógenas, a globalização, a migração, a urbanização e a industrialização transformaram a vida e a organização social dos santacruzenses e fizeram minguar o estoque de capital social. Apesar desta queima de capital social, o município aumentou consideravelmente a sua população e cresceu economicamente. Importante salientar a afirmação de Sen (2001, p. 28): “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele”. Para Sen (2001, p. 29) a concepção de desenvolvimento tem que estar relacionado com a melhora da vida que as pessoas levam e das liberdades que elas desfrutam, permitindo que as pessoas sejam seres sociais mais completos, que possam interagir e influenciar o mundo que vivem.

4. IDENTIFICANDO O CAPITAL SOCIAL

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa sobre o Capital Social que foi realizada no município de Santa Cruz do Sul, RS, entre novembro a dezembro de 2012. A mesma foi realizada com o propósito de analisar o estoque de capital social existente no município. São examinados e identificados os tipos de relações sociais geradoras de capital social no município, levando em consideração as seguintes dimensões de Capital Social: a participação das pessoas em grupos e redes formais e informais; as relações de confiança e solidariedade entre as pessoas; as relações de ação coletiva e de cooperação entre as pessoas. Não foram pesquisadas todas as seis dimensões, por se acreditar que as três escolhidas são as mais relevantes para identificar o estoque de capital social de uma comunidade, e para não ficar um questionário tão extenso, o que dificultaria a obtenção do resultado no tempo hábil.

Também é medido e identificado dentre os tipos de capital social existente o do tipo *bridging* (laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos); do tipo *linking* (ligações verticais entre os pobres e pessoas em postos de decisão em organizações formais); e do tipo *bonding* (envolve os vínculos entre agentes de mesma posição, voltados “para dentro”, são os “laços fortes” entre vizinhos, amigos e familiares) - quais os que predominam no município.

4.1- Instrumentos de pesquisa

A pesquisa de campo contou com a aplicação de um questionário (APÊNDICE). Para calcular a amostra, foram utilizados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao censo demográfico do ano de 2010. A amostra foi calculada pelo NUPES (Núcleo de Pesquisa Social) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, e a distribuição da amostra por bairros e distritos foi conforme a população de 16 anos ou mais dos setores censitários, do ano de 2010, correspondente a cada bairro e ou distrito (ANEXO A). Assim, foram aplicados 270 questionários, considerando uma margem de erro de 4,74 pontos percentuais, com um nível de confiança de 90%. Os parâmetros usados foram sexo, idade, escolaridade e local de residência.

Dos 270 entrevistados, 241 questionários foram aplicados na área urbana e 29 questionários nos distritos. Na cidade foram pesquisados os seguintes bairros: Aliança, Ana Nery, Arroio Grande, Avenida, Belvedere, Bom Fim, Bom Jesus, Capão da Cruz, Centro, Country, Cristal, Dona Carlota, Entrada Rio Pardo, Esmeralda, Faxinal, Figueira, Glória, Goiás, Harmonia, Higienópolis, Imigrante, Independência, Jardim Europa, Liberdade, Linha

Santa Cruz, Linha Travessa Aeroporto, Margarida-Aurora, Menino Deus, Monte Verde, Navegantes, Ohland, Pedreira, Piratini, Rauber, Renascença, Santo Antônio, Santo Inácio, Santuário, São João, Senai, Universitário, Várzea, Verena e Vila Schultz. Os bairros foram definidos conforme o censo demográfico de 2010, do IBGE, cabe salientar que após o levantamento do IBGE teve uma alteração nos nomes dos bairros, mas considera-se nesta pesquisa os bairros conforme o censo demográfico do ano de 2010.

Nos Distritos foram realizadas pesquisas em Alto Paredão, Boa Vista, Monte Alverne, Rio Pardinho, São José da Reserva, São Martinho e Saraiva. A quantidade de questionários foi proporcional à população existente em 2010. De acordo com o censo demográfico do IBGE a população total do município era de 118.374 habitantes. Desses 105.190 eram da zona urbana, correspondendo a 89% da população. A tabela 07 refere-se à distribuição da amostra por bairros da zona urbana do município.

Tabela 07 - Distribuição da amostra por bairros da Zona Urbana do Município de Santa Cruz do Sul

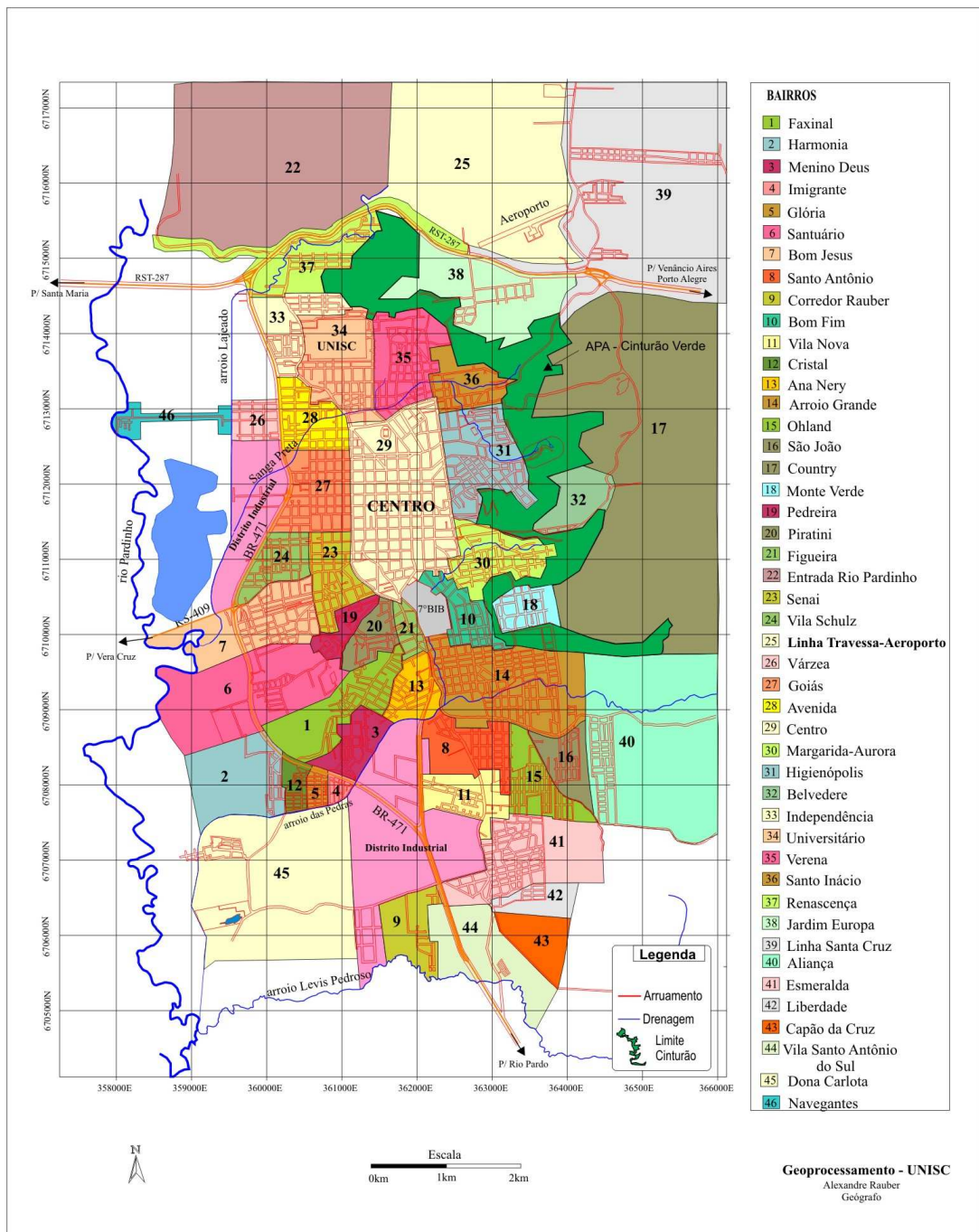
<i>Nome do Bairro</i>	<i>Amostra da População 16 anos ou mais</i>	<i>Nome do Bairro</i>	<i>Amostra da População 16 anos ou mais</i>	<i>Nome do Bairro</i>	<i>Amostra da População 16 anos ou mais</i>
Aliança	05	Figueira	02	Ohland	02
Ana Nery	02	Glória	03	Pedreira	04
Arroio Grande	11	Goiás	10	Piratini	03
Avenida	09	Harmonia	02	Rauber	05
Belvedere	02	Higienópolis	05	Renascença	01
Bom Fim	07	Imigrante	04	Santo Antônio	03
Bom Jesus	11	Independência	04	Santo Inácio	03
Capão da Cruz	02	Jardim Europa	01	Santuário	06
Centro	31	Liberdade	02	São João	02
Country	01	Linha Santa Cruz	04	Senai	10
Cristal	02	Linha Trav. Aeroporto	02	Universitário	06
Dona Carlota	05	Margarida – Aurora	06	Várzea	01
Entrada Rio Pardinho	03	Menino Deus	02	Verena	08
Esmeralda	07	Monte Verde	02	Vila Schulz	04
Faxinal	07	Navegantes	03	Demais Setores	26

Total da Amostra na Zona Urbana = 241

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

A tabela 08 refere-se à distribuição da amostra por distrito da zona rural do município. Conforme registrado no capítulo 3, a população de Santa Cruz do Sul pelo Censo Demográfico de 2010 apresentava uma população rural de 13.184 habitantes, representando 11% do total.

Quadro 7 - Mapa dos bairros do município de Santa Cruz do Sul



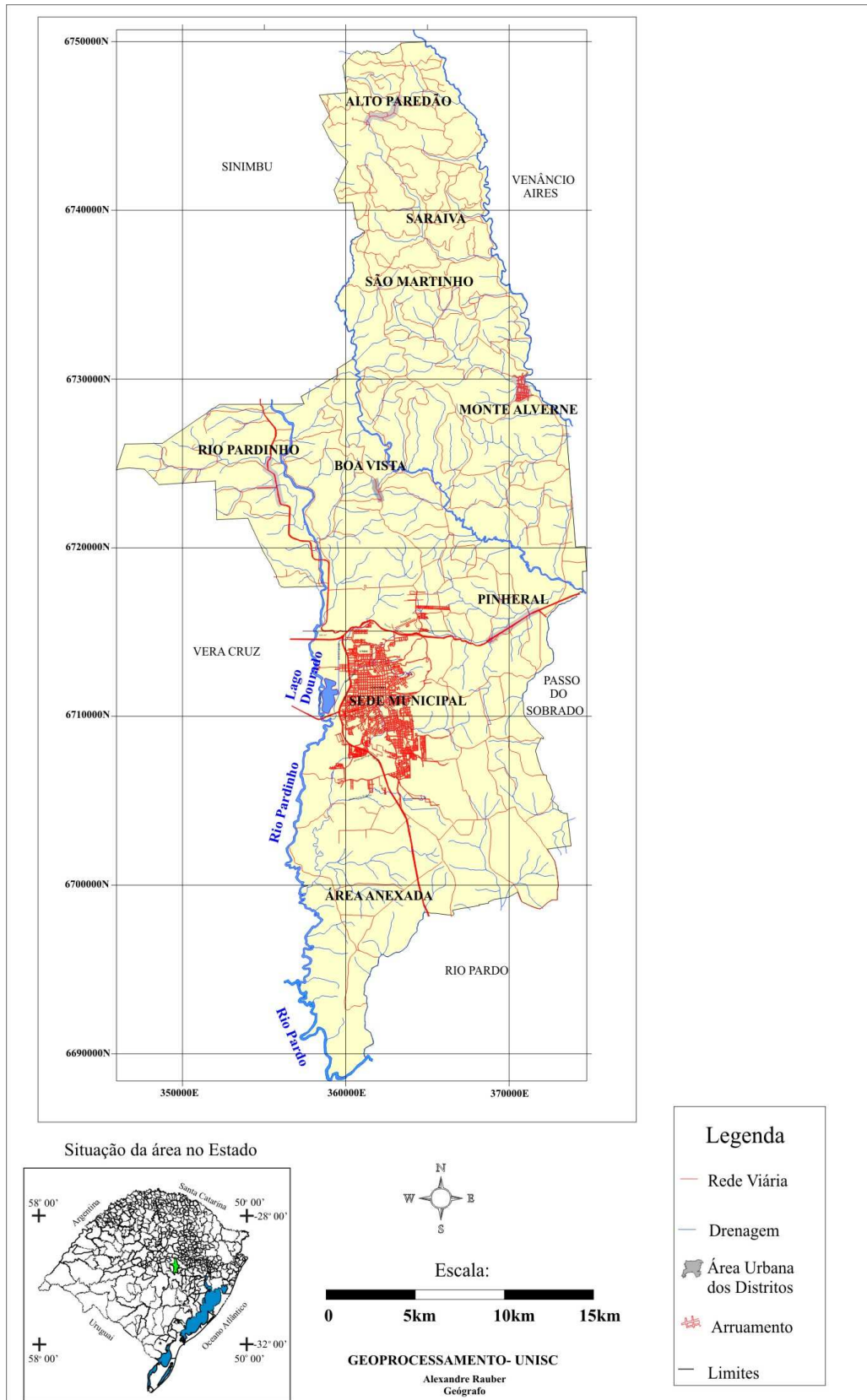
Fonte: NGP (Núcleo de Geoprocessamento) da UNISC

Tabela 08 - Distribuição da amostra por distrito da zona rural do município de Santa Cruz do Sul

Nome do Distrito	Amostra da População 16 anos ou mais
Alto Paredão	04
Boa Vista	06
Monte Alverne	07
Rio Pardinho	07
São José da Reserva	01
São Martinho	02
Saraiva	02
Total da Amostra na Zona Rural = 29	

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Quadro 8 - Mapa dos distritos do município de Santa Cruz do Sul.



Fonte: NGP (Núcleo de Geoprocessamento) da UNISC

Dentre os entrevistados do município de Santa Cruz do Sul houve 127 homens e 143 mulheres, distribuídos conforme a seguinte faixa etária: de 16 a 24 anos, 24 homens e 25 mulheres; de 25 a 34 anos, 28 homens e 29 mulheres; de 35 a 44 anos, 25 homens e 26 mulheres; de 45 a 59 anos, 32 homens e 36 mulheres; de 60 anos ou mais anos, 18 homens e 27 mulheres. A amostra foi distribuída conforme levando em consideração o Censo Demográfico de 2010. A tabela 09 apresenta a distribuição da amostra por sexo e faixa etária.

Tabela 09 - Distribuição da amostra por sexo e faixa etária no Município de Santa Cruz do Sul (bairros e distritos)

Faixa Etária	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
16 a 24 anos	24	8,9	25	9,3	49	18,1
25 a 34 anos	28	10,4	29	10,7	57	21,1
35 a 44 anos	25	9,3	26	9,6	51	18,9
45 a 59 anos	32	11,9	36	13,3	68	25,2
60 anos ou mais	18	6,7	27	10,0	45	16,7
TOTAL	127	47,0	143	53,0	270	100,0

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

A escolaridade foi considerada como um parâmetro na distribuição da amostra e a renda não, em função das duas estarem diretamente vinculadas. Segundo a experiência dos pesquisadores do NUPES, quanto maior a escolaridade das pessoas, melhores serão as oportunidades de emprego e renda, diminuindo a sua vulnerabilidade social. A distribuição da amostra, por nível de instrução (escolaridade), considerou a população de 10 anos ou mais, e foi proporcional a da população existente em 2010 no município. A tabela 10 apresenta a distribuição dos entrevistados de acordo com o seu grau de instrução (escolaridade).

Tabela 10 - Distribuição da amostra, por nível de instrução (escolaridade) no Município de Santa Cruz do Sul (bairros e distritos)

Nível de instrução (Escolaridade)	População de 10 anos ou mais	%	Amostra
Sem instrução e fundamental incompleto	45.071	43,09	116
Fundamental completo e médio incompleto	18.334	17,53	47
Médio completo e superior incompleto	29.539	28,24	76
Superior completo	11.360	10,86	29
Não determinado	298	0,28	01
Total	104.602	100,00	270

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

O questionário foi formulado com base em diversos instrumentos de pesquisa de medição de capital social, dentre os quais QI-MCS¹⁰ do Banco Mundial (GROOTAERT et al., 2003), Bandeira e César (2001), Drumond e Felipe (2003), Gomes (2005) e Bender (2007). Inicialmente foi realizado um teste piloto para testar a aplicabilidade do instrumento de pesquisa para os ajustes que se fizeram necessário.

Os dados dos questionários foram processados no software aplicativo SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Os dados gerados possibilitaram analisar uma série de variáveis sobre o capital social.

Embora a religião não fosse parâmetro para a amostra, a pesquisa constatou que a absoluta maioria dos entrevistados é católica. Como a questão era aberta, os entrevistados se manifestaram conforme o seu entendimento. Entre os que responderam ser evangélicos pode haver luteranos, adeptos da Igreja Universal do Reino de Deus, Batistas e outros. A tabela 11 apresenta os dados sobre a religião dos entrevistados.

¹⁰ QI-MCS, Questionário Integrado para Medir Capital Social, instrumento formatado por especialistas de diversos países, sob os auspícios do Banco Mundial, com foco em aplicações nos países em desenvolvimento, que tem por objetivo fornecer um conjunto de questões essenciais para gerar dados e informações quantitativas e qualitativas sobre as várias dimensões do capital social num determinado território, ou seja, num país, estado, região ou município.

Tabela 11 – Religião dos entrevistados

Religião	Quantidade de Pessoas	Percentual
Acredito em Deus	01	0%
Católica	177	66%
Cristã	01	0%
Espirita	12	4%
Evangélica	47	18%
Luterana	17	6%
Sem religião	11	4%
Umbanda	02	1%
Não responderam	02	1%
Total	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

No que diz respeito à origem étnica dos pais, a pesquisa aponta que a descendência germânica é a preponderante. A tabela 12 apresenta a origem étnica dos pais dos 270 entrevistados.

Tabela 12 - Origem étnica dos pais dos entrevistados

Etnia	Origem Étnica Pai		Origem Étnica Mãe	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
Afrodescendente	39	14%	37	14%
Germânica	124	46%	115	43%
Luso-brasileira	91	34%	93	34%
Italiana	13	5%	20	7%
Outra	2	1%	4	2%
Total	269	100%	269	100%
Não respondeu	1	0%	1	0%
Total	270	100%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Considerando que o município de Santa Cruz do Sul se originou de uma colônia de imigrantes alemães, chama a atenção o fato de que atualmente os descendentes de alemães não são mais a maioria da população do município. Os entrevistados que se identificam como afrodescendentes somados aos que se identificam como luso-brasileiros, aos que se identificam como descendentes italianos e de outros grupos étnicos totalizam 54% no que se refere à origem do pai e 57% no que tange à descendência étnica da mãe. Portanto, do ponto de vista da origem étnica, podemos constatar que o município se caracteriza como sendo heterogêneo na sua formação étnica. Essa diversidade étnica é positiva do ponto de vista do capital social dos tipos *bridging* e *linking*, pois, relações variadas entre pessoas de diferentes grupos e de diferentes procedências caracterizam sociedades em que existe tolerância e respeito às diferenças.

Os dados da tabela acima indicam uma possível migração de moradores de outros municípios para Santa Cruz do Sul. Isto pode ser melhor visualizado fazendo uma análise da tabela 13.

Para entender os vínculos dos entrevistados com o município, e detectar o movimento migratório foi realizada a seguinte questão: Sua família sempre morou neste município? A resposta obtida foi a seguinte:

Tabela 13 – Sua família sempre morou neste Município?

Resposta	Quantidade de Pessoas	Percentual
Sempre morou aqui	96	36%
Já morou em outro local	111	41%
Já morou em outros locais	63	23%
Total	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Com esta questão obtiveram-se o resultado de que 36% dos entrevistados sempre moraram no município, 41% já moraram em outro local e 23% já moraram em outros locais. Com isso podemos concluir que 64% dos entrevistados são migrantes, um percentual consideravelmente alto, o que pode ter interferido nas redes de relacionamentos e na confiança entre as pessoas do município. Conforme a tabela 12, todo este movimento migratório resultou numa formação étnica com características mais heterogêneas, e esta diversidade pode ter alterado o estoque de capital social de Santa Cruz do Sul.

Buscando entender a origem do movimento migratório, foi feita para os entrevistados a seguinte pergunta: Seus pais provêm do meio urbano ou rural? O resultado obtido consta na tabela 14.

Tabela 14 - Seus Pais provêm do meio Urbano ou Rural?

Resposta	Quantidade de Pessoas	Percentual
Urbano	64	24%
Rural	128	47%
Urbano e Rural	77	29%
Não respondeu	01	0%
Total	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Com os números obtidos, pode-se constatar que 47% dos pais dos entrevistados provêm da área rural. Os 29% dos entrevistados que responderam que seus pais provêm da área urbana e rural, se referem àqueles cujo pai provém da área urbana e a mãe da área rural, ou vice-versa. A pesquisa aponta que os pais dos entrevistados possuem algum vínculo com o meio rural.

O alto índice de migrantes no município mostra o quanto os vínculos com as questões comunitárias podem ter sido fragilizadas, interferindo diretamente nas redes de relacionamentos que já existiam, dissipando o capital social existente. Correa (2003) observou que a chegada de novos indivíduos ao município provoca alterações no convívio social da sociedade acolhedora e coloca em risco a confiabilidade, alterando o capital social.

Para Putnam (2002) a mobilidade compromete o engajamento cívico e o capital social de caráter comunitário. Ele observou que nos EUA os moradores de cidades pequenas e áreas rurais são mais altruísta, honestos e confiantes do que outros americanos. E que as pessoas que vivem em grandes áreas metropolitanas tendem significativamente menos a assistir às reuniões públicas, participar ativamente em organizações da comunidade, frequentar a igreja, assinar uma petição, realizar um trabalho voluntário, assistir às reuniões do clube, colaborar no trabalho em projetos comunitários ou até mesmo visitar amigos. Os metropolitanos são menos comprometidos não por causa de quem eles são, mas por causa de onde eles estão.

Todo este movimento migratório¹¹ tem relação com o crescimento da economia e da população de Santa Cruz do Sul e pode ter impactado nas relações sociais e no estoque de capital social. Este impacto pode ser percebido na vida comunitária, em como a cooperação acontece e em como os grupos sociais se mobilizam para as ações coletivas. A migração e o crescimento da área urbana do município podem ter influenciado diretamente no capital social do tipo *bridging* e *linking*, pois os migrantes tendem a confiar mais em quem está próximo, em quem pertence ao seu meio familiar. Para que a confiança seja estabelecida com outras pessoas e criar vínculos com outros grupos é necessário muito tempo. Mas a diversidade étnica também pode ter contribuído nas relações variadas entre pessoas de diferentes grupos e de diferentes procedências, resultando numa sociedade em que existe tolerância e respeito às diferenças.

Putnam (2002, p. 288 e 289) afirma que a expansão urbana está associada com o aumento da segregação social e homogeneidade social, e parece reduzir os incentivos à participação social, bem como as possibilidades de criação de redes sociais que se sobrepõem à classe e à raça. Ele afirma que esta expansão urbana foi particularmente prejudicial para o capital social que constrói pontes que é o do tipo *bridging* (capital social de ponte) e vínculos que é o do tipo *bonding* (capital social de ligação) entre as pessoas de uma mesma comunidade.

4.2 - As dimensões pesquisadas

O questionário foi pensado e estruturado com questões relacionadas às três dimensões do capital social: grupos e redes; ação coletiva e cooperação; confiança e solidariedade. Estas dimensões permitem o entendimento e análise das características da organização social, das redes de relacionamento, da ação coletiva, da cooperação, da confiança e da reciprocidade entre os santa-cruzenses.

4.2.1 - Grupos e Redes

Esta dimensão é a que tem mais relação com o capital social independente do seu tipo. Para detectar a participação dos entrevistados em organizações sociais, em redes informais, e

¹¹ No capítulo 2, verificamos a evolução e o crescimento da população urbana que, em 1940, representava 11,1%, e que em 2010 passou a representar 88,9%. Ao mesmo tempo constatamos o decréscimo da população rural, que em 1940 representava 88,9%, e que em 2010 passou a representar 11,1%.

como se dá a vida associativa, foram formuladas cinco questões. São elas a 1.1, a 1.2, a 1.3, a 1.4 e a 1.5.

A questão 1.1 objetivava conhecer qual a alternativa que o entrevistado acreditava que poderia ser a melhor para resolver problemas coletivos, como por exemplo, os relacionados com o calçamento, com a iluminação pública, com a rede de esgoto e com o posto de saúde. Pela tabela 15 podemos verificar os resultados.

Tabela 15 – Órgãos que os Santa-cruzenses procuram para resolver problemas coletivos

Resposta	Associação de Bairros		Prefeitura		Vereadores		Imprensa		Outros	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
não concordo	30	11%	20	7%	38	14%	43	16%	19	7%
concordo pouco	48	18%	50	19%	80	30%	75	28%	7	3%
Concordo	190	70%	200	74%	151	56%	151	56%	9	3%
Total	268	99%	270	100%	269	100%	269	100%	35	13%
Não respondeu	2	1%	0	0%	1	0%	1	0%	235	87%
Total	270	100%	270	100%	270	100%	270	100%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Para responder esta questão a maioria dos entrevistados indicou duas ou mais alternativas. Para resolver problemas coletivos, 74% dos entrevistados apontaram que procurar a Prefeitura Municipal é a melhor alternativa; 70% disseram que procurar a associação do bairro é a mais eficaz; 56% afirmaram que procurar buscar o apoio de algum vereador é a melhor alternativa; e 56% concordam que recorrer à imprensa produz melhor resultado.

Para entender a mobilização e a organização das pessoas para solucionar problemas coletivos, foi elaborada a pergunta 1.2 que era a seguinte: no último ano, quantas vezes as pessoas do seu bairro se reuniram para entregar conjuntamente um abaixo assinado ou fizeram uma reivindicação a membros do governo ou a líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade? Na tabela 16 podemos verificar o resultado desta questão.

Tabela 16 – Frequência com que os Santa-cruzenses se reuniram no último ano para elaborar um abaixo assinado ou fazer uma reivindicação a membros do governo ou a líderes políticos.

<i>Resposta</i>	<i>Quantidade de Pessoas</i>	<i>Percentual</i>
Nunca	107	40%
Uma vez	53	20%
Algumas vezes (<5)	90	33%
Muitas vezes (>5)	17	6%
Não respondeu	3	1%
Total	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

A tabela 16 mostra que há mobilização coletiva para solucionar problemas comunitários, pois 59% dos entrevistados no último ano se reuniram ou fizeram uma reivindicação em benefício da comunidade. Com estes dados pode-se concluir que no município existiu mobilização e participação das pessoas para solucionar problemas coletivos, caracterizando um engajamento e um comportamento cívico que possivelmente evidencia a existência do capital social do tipo *bonding*.

Buscando investigar a intensidade da convivência social dos entrevistados, como se reunir com familiares, amigos, vizinho ou com membros da sua igreja, com qual frequência participam de atividades esportivas e sociais, foi elaborada a questão 1.3. Na tabela 17 podemos ver os dados coletados.

Tabela 17 – Frequência da convivência social dos santa-cruzenses no último mês.

	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Não respondeu</i>		<i>Total</i>	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
Almoçar ou jantar com parentes, amigos e ou vizinhos	249	92%	20	8%	1	0%	270	100%
Jogar uma partida de vôlei, futebol ou outro jogo	128	47%	142	53%	0	0%	270	100%
Jogar carta ou bingo	115	43%	155	57%	0	0%	270	100%
Tomar chimarrão em um lugar público	173	64%	97	36%	0	0%	270	100%
Cantar ou rezar na casa de alguém	93	35%	176	65%	1	0%	270	100%
Ir na Igreja	160	59%	109	41%	1	0%	270	100%
Fazer um Happy Hour	112	42%	158	58%	0	0%	270	100%
Outra atividade	21	8%	58	21%	191	71%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

A partir dos dados da tabela 17, pode-se entender um pouco a respeito da convivência social e como são os vínculos dos entrevistados com as pessoas do seu grupo social. A pesquisa constatou que 92% dos entrevistados, no mês anterior da realização da pesquisa se reuniram para almoçar ou jantar com parentes e ou vizinhos; 64% se reuniram para tomar chimarrão em um lugar público; 59% se reuniram para ir à Igreja; 47% se reuniram para jogar uma partida de vôlei, futebol ou outro jogo; 43% se reuniram para jogar carta ou bingo; 42% se reuniu para fazer um *happy hour*. Pode-se constatar que os vínculos dos entrevistados com parentes e vizinhos é forte. Isso apesar de somente 36% dos entrevistados sempre terem residido no município e 64% serem migrantes. Segundo Putnam (2002, p. 120), os laços informais como sair com amigos para uma bebida depois do trabalho, jantar com parentes e amigos, jogar poker, fofocar com o vizinho do lado, convidar alguns amigos para assistir à TV, compartilham um churrasco em uma noite quente de verão, são como “moedas inseridas em uma lata de biscoito, cada uma dessas reuniões é um pequeno investimento em capital social”. Os contatos informais são muito importantes para apoiar e sustentar as redes sociais.

A participação em grupos e em associações voluntárias como igrejas, clubes desportivos, clubes sociais, associações, clubes de mães, sindicatos, maçonaria e outras

organizações horizontalizadas promovem a cooperação. Segundo a literatura existente sobre capital social, a participação em grupos e associações voluntárias é considerada como um importante elemento indicador da existência do mesmo e da vitalidade da sociedade civil. Para analisar a participação em organizações e entidades dos familiares, amigos e conhecidos dos entrevistados foi feita a questão 1.4. Podemos analisar esta participação na tabela 18.

Tabela 18 – Participação em organizações e entidades de Santa Cruz do Sul por parte dos familiares, amigos e conhecidos dos entrevistados.

	<i>Sócio/Participant e (paga mensalidade)</i>		<i>Participante /Atuante (frequenta)</i>		<i>Faz parte da Direção</i>		<i>Não Participa</i>		<i>Não respondeu</i>		<i>Total</i>	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
Na Igreja ou grupo religioso	140	52%	78	29%	12	4%	40	15%	0	0%	270	100%
No clube Esportivo	52	19%	114	42%	4	2%	100	37%	0	0%	270	100%
No clube social ou recreativo (CTG, 25 de julho, Soc. Damas)	44	16%	108	40%	17	6%	101	38%	0	0%	270	100%
No clube de mães	21	8%	83	31%	10	3%	156	58%	0	0%	270	100%
Na associação de moradores do bairro	23	9%	84	31%	16	6%	147	54%	0	0%	270	100%
Na associação agropecuária	14	5%	50	19%	6	2%	200	74%	0	0%	270	100%
Na associação de pais e mestres	18	7%	72	27%	9	3%	171	63%	0	0%	270	100%
No condomínio do seu prédio	29	11%	53	20%	5	2%	182	67%	1	0%	270	100%
No sindicato	79	29%	69	26%	5	2%	117	43%	0	0%	270	100%
Em partido político	47	17%	74	28%	13	5%	136	50%	0	0%	270	100%
Na maçonaria	8	3%	51	19%	1	0%	210	78%	0	0%	270	100%
No Lions ou Rotary	13	5%	52	19%	4	2%	201	74%	0	0%	270	100%
Novos Rumos	5	2%	45	16%	4	2%	216	80%	0	0%	270	100%
Em outras associações	3	1%	11	4%	2	1%	78	29%	176	65%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Ao analisar os resultados podemos constatar que a Igreja é a entidade no município que os entrevistados acreditam que seus familiares, amigos e conhecidos mais participam, pois se somarmos os 52% que participa como sócio (pagando mensalidade) mais os 29% que

participam frequentando (sem pagar mensalidade) e os 4% que fazem parte da diretoria, temos um total de 85% de participação. Somente 15% não participam. Segundo Putnam (2002, p. 85), a participação religiosa é um aspecto crucial do compromisso cívico. Para ele as tendências do compromisso cívico estão estreitamente ligadas com a participação na vida religiosa.

Nas demais entidades e organizações são significativos os percentuais dos que participam. Podemos destacar os 63% que participam em clube esportivo, somando os 19% que participa como sócio (pagando mensalidade) mais os 42% que participam frequentando (sem pagar mensalidade) e os 2% que fazem parte da diretoria; os 62% que participam em clube social ou recreativo (CTG, 25 de julho, Soc. Damas), somando os 16% que participa como sócio (pagando mensalidade) mais os 40% que participam frequentando (sem pagar mensalidade) e os 6% que fazem parte da diretoria; e os 57% que participam em sindicatos, somando os 29% que participa como sócio (pagando mensalidade) mais os 26% que participam frequentando (sem pagar mensalidade) e os 2% que fazem parte da diretoria.

Para entender como se dá a participação dos entrevistados nestas organizações, foi realizada a questão 1.5. Na tabela 19 podemos observar os resultados.

Tabela 19 – Questão 1.5 - Em quais organizações e entidades de Santa Cruz você participa?

	<i>Sócio/Participante (paga mensalidade)</i>		<i>Participante/ Atuante (frequenta)</i>		<i>Faz parte da Direção</i>		<i>Não Participa</i>		<i>Não respondeu</i>		<i>Total</i>	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
Na Igreja ou grupo religioso	86	32%	102	38%	5	2%	76	28%	1	0%	270	100%
No clube Esportivo	27	10%	54	20%	3	1%	186	69%	0	0%	270	100%
No clube social ou recreativo (CTG, 25 de julho, Soc. Damas)	25	9%	66	25%	3	1%	176	65%	0	0%	270	100%
No clube de mães	7	3%	22	8%	3	1%	238	88%	0	0%	270	100%
Na associação de moradores do bairro	11	4%	29	11%	3	1%	227	84%	0	0%	270	100%
Na associação agropecuária	6	2%	7	3%	2	1%	255	94%	0	0%	270	100%
Na associação de pais e mestres	6	2%	19	7%	3	1%	242	90%	0	0%	270	100%
No condomínio do seu prédio	10	4%	21	8%	3	1%	236	87%	0	0%	270	100%
No sindicato	69	26%	24	9%	2	1%	175	64%	0	0%	270	100%
Em partido político	15	6%	20	7%	2	1%	233	86%	0	0%	270	100%
Na maçonaria	1	0%	2	1%	3	1%	264	98%	0	0%	270	100%
No Lions ou Rotary	3	1%	8	3%	2	1%	257	95%	0	0%	270	100%
Novos Rumos	1	0%	6	2%	3	1%	260	97%	0	0%	270	100%
Em outras associações	3	1%	7	3%	3	1%	77	28%	180	67%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Quando perguntamos sobre a sua participação, podemos constatar que há uma queda nos percentuais, pois, quando perguntamos sobre um grupo maior como familiares, amigos e conhecidos, sempre tem alguém que o entrevistado conhece que participa. No entanto, a participação na Igreja continua alta. 72% dos entrevistados declarou participar de alguma forma na Igreja: 32% como sócio que paga mensalidade; 38% como frequentador; e 2% como membro da diretoria.

Com base em Putnam (2002, p. 81 - 82), as comunidades em que as pessoas estão envolvidas em atividades religiosas, são provavelmente as reservas mais importantes do capital social nos Estados Unidos. Ele cita a fala do reverendo Craig McMullen, pastor ativista coadjutor Dorchester Templo da Igreja Batista de Boston: "A igreja são as pessoas". Para

Putnam as instituições religiosas diretamente suportam uma ampla gama de atividades sociais que vão muito além do culto convencional. As igrejas são uma “incubadora” importante para competências cívicas e normas, interesses da comunidade e de recrutamento cívico. Os homens e mulheres religiosamente ativos aprendem a dar palestras, realizar reuniões, resolver conflitos e assumir as responsabilidades administrativas, ou seja, a participação religiosa é um aspecto crucial do engajamento cívico.

A pesquisa também constatou que a participação dos santa-cruzenses em associações voluntárias é bastante intensa. 31% se dizem bastante envolvida com clubes esportivos; 35% afirmaram participar de clubes sociais.

No município os que participam em sindicatos somam 36%, sendo 26% como sócio participante (paga mensalidade); 9% como sendo participantes atuantes do sindicato e 1% integrando a direção do sindicato, este índice é significativo quando comparado com a realidade do Brasil. Segundo o economista Marcio Pochmann¹², ex-presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a taxa de sindicalização no Brasil era de 11% ao final dos anos 1970. Na década de 1980, chegou a 32%, caiu para 15% na década de 1990 e, atualmente, está em 18%. Este resultado pode evidenciar a existência do capital social do tipo *bridging* e do tipo *linking* no município, pois, os sindicatos são pontes entre os funcionários e as empresas, entre os funcionários e os órgãos e espaços públicos.

A participação dos santa-cruzenses em partidos políticos somam 14%. Embora não tenha sido perguntado aos entrevistados se eles eram filiados a algum partido político, presume-se que os 6% que afirmaram pagar mensalidade como sócio participante, somado aos 7% que se declararam participantes atuantes e ao 1% que é dirigente de algum partido político sejam filiados. Este percentual é superior à média brasileira. Segundo o TSE¹³, em abril de 2012, os 29 partidos políticos registrados no TSE somavam 15.087.014 filiados. Na mesma época o número de eleitores era de 138.242.323, o que significa que 9,13% são filiados a um partido político. E se consideramos que apenas uma parte dos filiados a um partido político realmente são militante, contribuindo e participando da vida orgânica do partido, podemos concluir que a participação no município é alta. Isso pode representar que existe o capital social do tipo *linking* que são relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado.

¹² Fonte: Folha de São Paulo, 12/05/2008 - Sindicalização cai pela metade depois da década de 80 – Karen Camacho, Editora-assistente de Dinheiro da Folha Online, acessível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400883.shtml>>, acessado em 16 abr. 2013.

¹³ Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral), acessível em: <<http://www.tse.jus.br>>, acessado em 16 abr. 2013. Em abril de 2012, os 29 partidos políticos registrados no TSE somavam 15.087.014 filiados. Na mesma época o número de eleitores era de 138.242.323

Para Putnam (2002), quem participa na comunidade política, está mais propenso a fazer doações de caridade, a prática voluntária, assistir às reuniões do conselho escolar, participar em manifestações públicas e cooperar com seus concidadãos ou assuntos comunitários. Ter interesse nos assuntos públicos e conhecimento da política é condições essenciais para formas mais ativas de participação.

O que destoia na pesquisa é a participação na associação dos pais e mestres que é somente de 10%.

Com este resultado pode-se concluir que a cultura associativa no município é forte, pois expressa um alto percentual de habitantes que participam de grupos e associações voluntárias de diferentes tipos, o que também evidencia o capital social do tipo *bridging*, pois, são laços fortes entre pessoas de grupos sociais distintos.

Bandeira e Cesar (2001) apontaram em sua pesquisa, cujos números se aproximam bastante dos de nossa pesquisa, que os índices de participação em associações voluntárias foram baixos. No entanto, ao comparar a região Sul e região Metropolitana (Nordeste 1) com as regiões Nordeste 2 e Norte (onde o município de Santa Cruz do Sul faz parte), apontaram que estas últimas têm uma cultura associativa mais forte que as primeiras. Podemos verificar isso pela tabela 20:

Tabela 20 - Participação em Associações Voluntárias, por Regiões

	<i>Percentual de Respondentes que Afirmaram que são membros e Participam</i>				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Igreja ou Grupo Religioso	30,1	59,6	72,2	37,9	46,5
Clube Esportivo	16,3	34,2	26,3	18,0	21,9
Sociedade Recreativa ou Clube Social	16,9	30,8	36,1	41,6	29,9
Organização Artística, Musical ou Educacional	10,4	19,2	13,7	9,8	12,4
Sindicato	11,3	14,6	17,3	15,1	14,2
Associação Comercial	5,4	13,3	12,8	8,8	9,2
Outra Entidade Empresarial	3,3	10,0	7,5	4,0	5,5
Partido Político	6,5	13,3	16,7	10,9	11,1
Entidade de Proteção ao Meio Ambiente	4,0	8,3	6,9	3,7	5,3
Entidade Profissional	9,6	22,1	21,8	12,7	15,2
Organização de Caridade	13,1	20,4	19,4	11,9	15,4
Cooperativa	3,6	9,2	10,1	4,5	6,2
Clube de Serviços	2,3	3,8	4,8	4,5	3,7
Associação de Pais e Mestres	9,6	21,7	22,4	9,3	14,4
Associação de Agricultores ou Pecuáristas	1,2	5,8	9,0	4,0	4,4
Associação de Bairro	7,1	12,9	9,3	7,2	8,6
Clube de Mães	1,9	3,8	8,4	2,9	3,9
Maçonaria	1,0	0,8	0,0	2,4	1,1
Outro Tipo de Associação	4,2	8,8	9,9	6,4	6,8

Fonte: Pesquisa Bandeira e Cesar (2001).

Comparando os dados da região Norte com os dados do município de Santa Cruz do Sul pode-se verificar que há alguns dados que se confirmam, como a participação na Igreja que totaliza 72%; a participação em clubes sociais que na região Norte deu 36,1% e no município registra 35%; a participação em partidos políticos que na região norte é de 16,7% e no município é de 14%; e há dados que destoam como a participação em clubes esportivos, que na região Norte é de 26,3% e que no município é de 31%; a participação no sindicato que na região Norte é de 17,3% e que no município é de 36%; a participação em associações de Pais e Mestres que na região Norte é de 22,4% e que no município é de apenas 10%; a participação em associações de agricultores que na região Norte é de 9% e que no município é

de 6%; a participação em associação de bairro que na região Norte é de 9,3% e que no município é de 16%; a participação em clubes de mães que na região Norte é de 8,4% e que no município é de 12%; a participação na maçonaria que na região Norte é de 0% e no município é de 2%; a participação em outras associações que na região Norte é de 9,9% e no município é de 5%. Observa-se que a participação em clubes esportivos, sindicatos, associação de bairros, clubes de mães e maçonaria é maior no município de Santa Cruz do Sul do que na região Norte. Entretanto, a participação em associações de pais e mestres, associação de agricultores e outras associações é maior na região Norte do que no município.

Baseado em Putnam (2002) e nos resultados obtidos referentes à dimensão de Grupos e Redes, pode-se identificar que em Santa Cruz do Sul existe um bom estoque do capital social do tipo *bonding*, que é aquele que envolve vínculos entre agentes de mesma posição (vínculos homogêneos), voltados para dentro, ou seja, laços fortes entre vizinhos, amigos e familiares. Também existe o capital social do tipo *bridging*, visto que a cultura associativa do município é forte, com um alto percentual de habitantes que participam de grupos e associações voluntárias de diferentes tipos, ou seja, existem laços fortes entre pessoas de grupos sociais distintos. E que não é tão alto o estoque do capital social do tipo *linking*, que é aquele que envolve vínculos entre a sociedade civil e o Estado (membros do governo ou líderes políticos). Para Putnam (2002) as associações voluntárias são lugares onde as pessoas aprendem habilidades sociais e cívicas, são escolas de democracia. Seus membros aprendem a conduzir reuniões, falar em público, escrever cartas, organizar projetos e discutir assuntos públicos com civilidade.

4.2.2 - Ação Coletiva e Cooperação

Esta categoria investiga se e como as pessoas tem trabalhado com outras pessoas em sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise.

A ação coletiva e a cooperação são os meios pelos quais se operacionaliza o capital social, pois é através de ações coletivas e da participação comunitária que acontece o aumento do capital social. Essas ações foram investigadas através de algumas questões. O resultado da questão 2.1 é apresentado na tabela 21.

Tabela 21 – Questão 2.1 - Se houvesse um problema (por exemplo, de abastecimento de água, luz, transporte ou outro) você cooperaria para tentar resolver o problema?

<i>Resposta</i>	<i>Quantidade de Pessoas</i>	<i>Percentual</i>
Sim	183	68%
Não	25	9%
Talvez	49	18%
Deixaria para os outros resolverem	13	5%
Total	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Os dados mostram que 68% das pessoas cooperariam para resolver o problema; 18% talvez cooperassem; 9% não cooperariam e 5% deixariam para os outros resolverem. Este resultado atesta que a maioria estaria disposta a cooperar.

Então perguntamos se nos últimos 12 meses o entrevistado cooperou para a realização de um trabalho coletivo? Na tabela 22, temos a resposta.

Tabela 22 – Questão 2.2 - Nos últimos 12 meses, você cooperou para a realização de um trabalho coletivo?

<i>Resposta</i>	<i>Quantidade de Pessoas</i>	<i>Percentual</i>
Sim	131	49%
Não	138	51%
Não respondeu	1	0%
Total	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Ao analisar a Tabela 22, podemos verificar que 49% dos entrevistados realmente cooperaram e que 51% não cooperaram para a realização de um trabalho coletivo no último ano. Isso indica que nem sempre as pessoas que declararam que cooperariam, realmente na hora da realização de um trabalho coletivo cooperaram, pois na pergunta anterior se somarmos os 9% que não cooperariam, com os 5% que deixariam para os outros resolverem, temos 14% que não está disposto a cooperar. E quando perguntamos se cooperaram no último ano 51% declarou que não cooperou.

Para entender como são as mobilizações na comunidade para a resolução de problemas coletivos e averiguar se existe o capital social do tipo *bonding*, perguntou-se nos últimos anos o entrevistado tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas. Na tabela 23 apresenta-se o resultado obtido.

Tabela 23 – Questão 2.3 - Nos últimos anos, você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?

Resposta	Quantidade de Pessoas	Percentual
Sim	134	49%
Não	136	51%
Total	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Pode-se constatar que 51% não tentou resolver algum problema local junto com outras pessoas e 49% tentou. Tem-se aqui um empate técnico: metade das pessoas está disposta a cooperar e a participar e a outra metade não está. Putnam (2007) quando analisou a Itália destacou que o que é mais fundamental para a comunidade cívica é a capacidade social de colaborar visando a interesses comuns. As regiões cívicas cresceram mais rápido do que as regiões onde há menos associações e mais hierarquia. Ele também nos faz ver que os sistemas de participação cívica e as normas contribuem para a prosperidade econômica, e, por sua vez são reforçados por essa prosperidade.

Cruzando os dados da tabela 19 (em quais organizações e entidades de Santa Cruz você participa?) com os da tabela 23 (nos últimos anos, você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?), pode-se identificar qual é o percentual dos entrevistados que tentaram resolver algum problema coletivo (134 pessoas) e que também participam de organizações e entidades do município, ou seja, como é a participação cívica dos mesmos. Na tabela 24 tem-se este cruzamento.

Tabela 24 – Resolução de problemas coletivos & participação em organizações e entidades de Santa Cruz do Sul

<i>Organizações e Entidades</i>	<i>Total de pessoas que participam</i>	<i>Total das pessoas que tentaram resolver problemas</i>	<i>Percentual</i>
Igreja	193	104	54%
Clube Esportivo	84	46	51%
Clube Social	94	52	55%
Clube de Mães	32	21	66%
Associação dos Moradores do bairro	43	29	67%
Associação Agropecuária	15	11	73%
Associação de Pais e Mestres	28	21	75%
Condomínio	34	15	44%
Sindicato	95	60	63%
Partido Político	37	23	62%
Maçonaria	6	3	50%
Lions e Rotary	13	8	62%
Novos Rumos	10	6	60%
Outros	13	12	92%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

O cruzamento mostra que existe uma tendência maior de cooperação e mobilização para a ação coletiva, ou seja, da participação cívica, por parte das pessoas que participam de organizações e entidades de Santa Cruz do Sul. Dos entrevistados que responderam que nos últimos anos tentaram resolver problemas do bairro ou da comunidade junto com outras pessoas, dos que participam de Igreja 54% tentaram resolver problemas; dos que participam de clube esportivo, 51% tentaram resolver problemas; dos que participam de clubes sociais, 55% tentaram resolver problemas; dos que participam do sindicato, 63% tentaram resolver problemas; e dos que participam de partidos políticos, 62% tentaram resolver problemas coletivos. Alguns números do ponto de vista estatístico não são significativos, por representarem uma quantidade muito pequena do total.

Pode-se concluir que existe um engajamento e uma participação cívica maior por pessoas que participam de organizações e entidades do município. Baseado em Putnam (2002,

p. 71), o que realmente importa do ponto de vista do capital social e engajamento cívico é não apenas a pessoa declarar nominalmente que participa, mas uma participação ativa e empenhada.

Para Putnam (2007), a reciprocidade generalizada (não faço porque você tem mais poder do que eu, mas porque um dia você também poderá fazer por mim) é um componente altamente produtivo de capital social e reforça a colaboração. A consciência de que cada um tem o seu papel e seus deveres como cidadão, aliada ao compromisso com a igualdade política, constitui o cimento cultural da comunidade cívica. Segundo Putnam (2002, p. 176) uma sociedade baseada na reciprocidade generalizada é mais eficiente que uma sociedade desconfiada. A honestidade e confiança lubrificam os inevitáveis atritos da vida social. Para verificar a reciprocidade generalizada e a colaboração, foi realizada a questão 2.4. Na tabela 25 podemos verificar os resultados.

Tabela 25 – Questão 2.4 - Você acredita que as pessoas em geral cumprem com suas obrigações para com os outros porque esperam que os outros também cumpram com as obrigações para com elas?

<i>Resposta</i>	<i>Quantidade de Pessoas</i>	<i>Percentual</i>
Concordo	71	26%
Discordo	60	22%
Concordo pouco	139	52%
Total	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Os resultados mostram que a maioria dos pesquisados, ou seja, 52% concordam pouco e 26% concordam que as pessoas em geral cumprem com suas obrigações para com os outros porque esperam que os outros também cumpram com as obrigações para com elas. Considerando que somente 22% não concordam, pode-se concluir que a reciprocidade generalizada é média no município.

Bandeira e Cesar (2001), na sua pesquisa não tinham a opção do concordo pouco, e constataram que 60,6% dos pesquisados da região Norte concordam que as pessoas em geral cumprem com suas obrigações para com os outros porque esperam que os outros também cumpram com as obrigações para com elas, e que 37,9% discordam. Os dados obtidos pelos pesquisadores aparecem na tabela 26.

Tabela 26 – Resposta à questão “O(a) Sr(a) concorda ou discorda com a afirmativa: As pessoas em geral cumprem com suas obrigações para com os outros porque esperam que os outros também cumpram com as obrigações para com elas”, por região do Estado

	Região do Estado				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Concorda	287 55,1%	133 55,4%	203 60,6%	182 48,3%	805 54,7%
Discorda	229 44,0%	105 43,8%	127 37,9%	194 51,5%	655 44,5%
NS/NR	5 1,0%	2 ,8%	5 1,5%	1 ,3%	13 ,9%
TOTAL	521 100,0%	240 100,0%	335 100,0%	377 100,0%	1473 100,0%

Fonte: Pesquisa BANDEIRA e CESAR (2001)

Buscando averiguar a disposição dos entrevistados em cooperar e contribuir em projetos que beneficiariam muitas pessoas da comunidade, foi perguntado na questão 2.5 se o entrevistado contribuiria com o seu tempo no projeto, e na questão 2.6 se o entrevistado contribuiria com o seu dinheiro no projeto. Na tabela 27 estão os resultados.

Tabela 27 – Se um projeto da comunidade não beneficia você diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do bairro, você contribuiria com:

Respostas	Questão 2.5 - O seu TEMPO para o projeto		Questão 2.6 - O seu DINHEIRO para o projeto	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
Sim	187	69%	155	57%
Não	15	6%	38	14%
Talvez	58	21%	63	24%
Deixaria para os outros contribuírem	10	4%	14	5%
Total	270	100%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Pode-se verificar que quando se trata de cooperação financeira num projeto da comunidade que não beneficia a pessoa diretamente, mas que tem benefícios para muitas outras pessoas do bairro, o percentual da contribuição com o seu dinheiro, 57%, é mais baixo do que o percentual da contribuição com o seu tempo 69%. Apenas 4% dos entrevistados deixaria que os outros contribuíssem com o seu tempo e apenas 5% dos entrevistados deixaria que os outros contribuíssem com o seu dinheiro. Somente 6% não contribuiriam com o seu tempo e 14% não contribuiria com o seu dinheiro para o projeto. E 21% talvez contribuíssem com o seu tempo e 24% talvez contribuíssem com o seu dinheiro.

Com os dados da pesquisa referente à dimensão de ação coletiva e cooperação, pode-se identificar que no município existe uma tendência de cooperar e de se mobilizar coletivamente para a resolução de problemas comunitários, de pelo menos metade dos pesquisados. No entanto, cabe ressaltar que o percentual dos que afirmam hipoteticamente cooperar e se mobilizar não se confirmam integralmente na prática.

4.2.3 - Confiança e Solidariedade

Esta categoria busca levantar dados sobre a confiança em relação a familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho, governo, justiça, polícia, enfim da comunidade.

Em pesquisas internacionais, como as do Latinobarómetro, a confiança interpessoal generalizada é averiguada através da seguinte questão: “De modo geral, você diria que pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com outras pessoas?” Os resultados apontam que no Brasil o grau de confiança é o mais baixo comparado com outros 18 países. Na tabela 28 estão os resultados do Latinobarómetro das últimas cinco pesquisas.

Tabela 28 – Confiança Interpessoal - Você diria que pode confiar na maioria das pessoas?

<i>País</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
Argentina	24,7%	14,4%	19,7%	19%	24,1%
Bolívia	23,4%	21,5%	23,2%	26,4%	18,8%
Brasil	5,4%	5,7%	8,6%	7,6%	10,2%
Costa Rica	17,9%	8,4%	23,9%	22,10%	18,8%
Colômbia	18,2%	8,9%	14,8%	20,1%	20,5%
Chile	13,0%	9,3%	16,2%	15,6%	18%
Equador	29,6%	11,9%	35,7%	20,2%	16,8%
El Salvador	17,6%	20,8%	29,6%	30,1%	26,4%
Espanha	36,6%	30,9%	34,8%	38,4%	38,3%
Guatemala	34,5%	32,1%	24,4%	31,7%	18,9%
Honduras	24,3%	17,2%	22,2%	20,3%	21,8%
México	29,6%	20,1%	20,1%	25%	26,7%
Nicarágua	21,2%	21,2%	22,5%	20,4%	16,9%
Paraguai	13,4%	6,0%	10,9%	16,9%	13,8%
Panamá	14,1%	24,6%	21,6%	20,2%	21,4%
Peru	23,5%	14,3%	14,2%	17,5%	14,5%
Rep. Dominicana	28,5%	21,5%	37%	36,4%	31,3%
Uruguai	31,9%	29,1%	26,3%	30,3%	30,9%
Venezuela	30,8%	27,1%	23,7%	23%	24,1%

Fonte: Latinobarómetro, 2010¹⁴.

Segundo a pesquisa, a média de confiança interpessoal na América Latina em 2010 foi de 20%. A população brasileira aparece como a mais desconfiada, com um índice de 10,2%. Em seguida aparecem Peru e Paraguai, com 14%, enquanto os países com maior confiança interpessoal são República Dominicana (31%), Uruguai (30%), México (26%), El Salvador (26%) e Argentina (24%).

Segundo Marta Lagos (2011)¹⁵, diretora do Latinobarómetro, “a América Latina é a região com maior índice de desconfiança do mundo, sendo o Brasil o país mais desconfiado”. Na tabela 29 apresentamos os números relativos a esta questão.

¹⁴ Acessível em <<http://www.latinobarometro.org>>. Acessado em 02 abr. 2013.

Tabela 29 – Confiança Interpessoal - Você diria que nunca é demais ter cuidado ao lidar com outras pessoas?

<i>País</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
Argentina	75,3%	85,6%	80,3%	81%	75,9%
Bolívia	76,60%	78,5%	76,8%	73,6%	81,2%
Brasil	94,60%	94,3%	91,4%	92,4%	89,8%
Costa Rica	82,1%	91,6%	76,1%	77,9%	81,20%
Colômbia	81,8%	91,1%	85,2%	79,9%	79,5%
Chile	87%	90,7%	83,8%	84,4%	82%
Equador	70,4%	88,1%	64,3%	79,8%	83,20%
El Salvador	82,4%	79,2%	70,4%	69,9%	73,6%
Espanha	61,4%	69,1%	65,2%	61,6%	61,7%
Guatemala	65,5%	67,9%	75,6%	68,3%	81,1%
Honduras	75,7%	82,8%	77,8%	79,7%	78,2%
México	70,4%	79,9%	79,9%	75%	73,3%
Nicarágua	78,8%	78,8%	78,4%	79,8%	83,10%
Paraguai	86,6%	94%	89,1%	83,1%	86,2%
Panamá	85,9%	75,4%	78,4%	79,8%	78,6%
Peru	76,5%	85,7%	85,8%	82,5%	85,5%
Rep. Dominicana	71,5%	78,5%	63%	63,6%	68,7%
Uruguai	68,1%	70,9%	73,7%	69,7%	69,1%
Venezuela	69,2%	72,9%	76,3%	77%	75,9%

Fonte: Latinobarómetro, 2010.

Segundo Putnam (2007), a confiança é vital para a existência de capital social. Ele considera a confiança um componente básico do capital social. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior seria a probabilidade de haver cooperação. A própria cooperação geraria confiança. Para o autor, a progressiva acumulação de capital social seria uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica.

Na pesquisa realizada, buscou-se analisar a confiança das pessoas do município, e como são as relações quando envolve a confiança. Na tabela 30 temos os resultados.

¹⁵ Portal Terra, 06.04.2011, acessível em <http://www.felipelemos.com/2011/04/estudo-mostra-que-brasileiro-e-o-mais.html>, acessado 09 fev. 2012.

Tabela 30 – Você acredita que em Santa Cruz:

	Concordo		Concordo Pouco		Não concordo		Não respondeu		Total	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
Pode-se confiar na maioria das pessoas	117	44%	90	33%	63	23%	0	0%	270	100%
Que alguém pode tirar vantagem de você	184	69%	73	27%	12	4%	1	0%	270	100%
As pessoas normalmente não confiam uns nos outros quando se trata de emprestar dinheiro	192	71%	70	26%	6	2%	2	1%	270	100%
As pessoas normalmente não confiam umas nas outras quando se trata de tomar dinheiro emprestado	179	66%	80	30%	9	3%	2	1%	270	100%
As pessoas geralmente não confiam umas nas outras quando se trata de emprestar algum material ou equipamento	158	59%	93	34%	17	6%	2	1%	270	100%
As pessoas geralmente não confiam umas nas outras quando se trata de confiar um segredo	164	60%	89	33%	15	6%	2	1%	270	100%
As pessoas geralmente não confiam umas nas outras quando se trata de trabalhar junto	135	50%	87	32%	46	17%	2	1%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

O resultado aponta que 44% dos pesquisados concordam que se pode confiar na maioria das pessoas.

Conforme Putnam (2002, p. 178), a confiança social está fortemente associada a muitas outras formas de engajamento cívico. As pessoas que colocam a confiança em seus concidadãos, também oferecem mais doações para a caridade, participam com mais frequência na política e organizações comunitárias, estão mais dispostos a ser um jurado, a doar sangue, a cumprir com suas obrigações fiscais e mostram sinais de muitas outras formas de virtude cívica.

Bandeira e Cesar (2001), também pesquisaram a confiança existente nas diversas regiões do Estado. Na tabela 31, podemos observar o resultado que eles obtiveram.

Tabela 31 – Resposta à questão “O Sr. acredita que se pode confiar na maioria das pessoas”?, por região do estado

	<i>Região do Estado</i>				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Pode-se confiar na maior parte das pessoas	61 11,7%	47 19,6%	48 14,3%	57 15,1%	213 14,5%
É preciso muito cuidado ao tratar com muitas pessoas	455 87,3%	189 78,8%	284 84,8%	314 83,3%	1242 84,3%
NS/NR	5 1,0%	4 1,7%	3 ,9%	6 1,6%	18 1,2%
TOTAL	521 100,0%	240 100,0%	335 100,0%	377 100,0%	1473 100,0%

Fonte: Pesquisa BANDEIRA e CESAR (2001).

Pode-se constatar que na região Norte, 14,3% das pessoas acreditam que se pode confiar na maioria das pessoas. Comparando com os resultados obtidos no município de Santa Cruz do Sul, onde 44% dos pesquisados responderam que se pode confiar na maior parte das pessoas, pode-se concluir que a confiança das pessoas no município é consideravelmente alta comparada com a média do Brasil 10,2% (ver tabela 27) e com a região Norte do Estado. Esse dado pode ser reforçado ao se comparar os resultados da pesquisa realizada por Simone Bender (2007) sobre o capital social em São Leopoldo. Naquele município, somente 1,7% dos pesquisados responderam que se pode confiar nas pessoas. São Leopoldo, a exemplo de Santa Cruz do Sul, foi inicialmente uma colônia de origem alemã. No entanto, apresenta um altíssimo índice de desconfiança. Pode-se constatar isso na Tabela 32.

Tabela 32 – Pesquisa sobre capital social em São Leopoldo – Você diria que pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com outras pessoas?

	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>% válido</i>	<i>% acumulado</i>
Pode-se confiar nas pessoas	5	1,7	1,7	1,7
Nunca é demais ter cuidado	294	98,0	98,3	100,0
Total	299	99,7	100,00	
Não respondeu	1	,3		
Total	300	100,0		

Fonte: Pesquisa de Mestrado BENDER (2007).

Na região Norte do RS, 84,8% das pessoas acredita que é preciso cuidado ao tratar com outras pessoas. Relacionando esse dado com os resultados obtidos no município de Santa Cruz do Sul, onde 69% dos pesquisados concordam que alguém pode tirar vantagem, pode-se concluir que a desconfiança das pessoas no município não é alta comparada com a média do Brasil que é 89,8% e com a região Norte do Estado, que é 84,8%. Esse dado é reforçado ao compararmos os resultados de nossa pesquisa com os do município de São Leopoldo, onde 98,3% dos pesquisados afirmaram nunca ser demais ter cuidado.

Os dados da tabela 30 também mostram que 69% dos pesquisados concordam que alguém pode tirar vantagem de deles. Com relação a confiar umas nas outras quando se trata de emprestar dinheiro, 71% concordam que não se pode confiar. E quando se trata de tomar dinheiro emprestado, 66% concordam que as pessoas não confiam umas nas outras; quando se trata de emprestar algum material ou equipamento, 59% concordam que as pessoas não confiam umas nas outras; quando se trata de confiar um segredo, 60% concordam que as pessoas não confiam umas nas outras. Como não foram encontrados dados que permitissem a comparação com os obtidos por nossa pesquisa em Santa Cruz do Sul, qualquer afirmação se estes índices são altos ou baixos não se sustentam.

Para Portes, a confiança é uma fonte de capital social. Quando existe a confiança, há uma facilidade nas transações, no acesso a recursos e na proteção das condutas ilícitas. Ele exemplifica que “não existe qualquer necessidade de advogados para trocas comerciais subscritas por esta fonte de capital social” (PORTES, 2000, p. 4).

Com relação a confiar uns nos outros quando se trata de trabalhar junto, 50% dos pesquisados concordam que não confiam, e 17% não concorda, ou seja, metade dos

entrevistados respondeu que as pessoas não confiam umas nas outras. Cabe lembrar a afirmação de Fukuyama de que:

Se as pessoas que têm de trabalhar juntas numa empresa confiarem umas nas outras porque estão todas operando de acordo com um conjunto de normas éticas comuns, fazer negócios torna-se menos oneroso. Tal sociedade terá melhores condições de inovar organizacionalmente, uma vez que o alto grau de confiança permitirá que uma grande variedade de relacionamentos sociais emergja (FUKUYAMA, 1996, p. 42).

Para entender a confiança entre os familiares, vizinhos, amigos, pessoas da comunidade, bem como se dá a confiança dos entrevistados com outros grupos e com autoridades do governo e demais serviço público foi elaborado a Questão 3.2. Na tabela 33 temos o resultado.

Tabela 33 – Questão 3.2 - Você confia (múltipla escolha):

	Confia Totalmente		Confia em parte		Confia Pouco		Não Confia		Não Respondeu		Total	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
Em pessoas da sua família	192	71%	73	27%	4	2%	1	0%	0	0%	270	100%
Em amigos e vizinhos	91	34%	148	54%	27	10%	4	2%	0	0%	270	100%
Em pessoas do seu bairro ou comunidade	43	16%	164	61%	48	18%	15	5%	0	0%	270	100%
Nas pessoas da sua região	45	17%	136	50%	67	25%	21	8%	1	0%	270	100%
Nas pessoas do seu local de trabalho	54	20%	125	46%	70	26%	21	8%	0	0%	270	100%
Nos comerciantes	15	5%	121	45%	80	30%	54	20%	0	0%	270	100%
No(a) prefeito(a) e funcionários da prefeitura	16	6%	91	34%	92	34%	71	26%	0	0%	270	100%
Nos vereadores	16	6%	88	33%	74	27%	92	34%	0	0%	270	100%
No governo Federal	21	8%	82	30%	86	32%	81	30%	0	0%	270	100%
Na polícia	28	11%	89	33%	82	30%	71	26%	0	0%	270	100%
Na justiça	28	11%	88	33%	77	28%	77	28%	0	0%	270	100%
Nos políticos	13	5%	70	26%	69	26%	118	43%	0	0%	270	100%
Não acredita em ninguém	10	4%	31	11%	23	9%	43	16%	162	60%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Com os resultados obtidos, busca-se fazer uma relação deles com os tipos de capital social *bonding*, *bridging* e *linking*. Pode-se constatar que o do tipo *bonding* é o que se destaca, e o que leva a acreditar que seu estoque seja alto. 71% dos entrevistados confiam totalmente nos seus familiares; já nos amigos e vizinhos; o percentual que confia totalmente é de 34%. A confiança em pessoas do mesmo bairro ou comunidade é de 16%; a confiança em pessoas de mesma religião é de 17%; e a confiança em pessoas do local de trabalho é de 20%. Esses dados são reforçados pelos resultados obtidos na tabela 16, que apresentou a frequência da convivência social dos santa-cruzenses.

O estoque de capital social do tipo *linking*, comparativamente ao do tipo *bonding*, é menor em Santa Cruz do Sul. Considerando a confiança em autoridades do governo e demais serviços públicos que é de 6% na prefeitura; de 6% nos vereadores, de 8% no governo federal; de 11% na polícia; de 11% na justiça e de 5% nos comerciantes.

Conforme a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas¹⁶, Índice de Confiança na Justiça (ICJ Brasil), apenas 5% dos entrevistados disseram acreditar nos partidos políticos. O valor é o menor porcentual de confiança entre todas as instituições citadas pela pesquisa. Os políticos também compõem a categoria que ocupa a penúltima colocação do ranking.

Segundo a pesquisa da Gfk¹⁷ os políticos são unanimidade mundial em relação às categorias menos confiáveis. Apesar de o índice de confiança ter aumentado de 2008 para 2009, o valor no Brasil (16%) e na média global (18%) ficou em patamares muito baixos. A Grécia é o país que menos confia na classe (6%) e a Suécia que mais acredita (38%).

Pode-se identificar o capital social do tipo *brinding*, comparado com o do tipo *bonding* que é maior que o do tipo *brinding*. E comparativamente com o tipo *linking* o do tipo *brinding* fica maior. Esta tendência pode ser confirmada com a análise da tabela 18 (participação em entidades e instituição) que constatou que a participação dos santa-cruzenses em associações voluntárias é bastante intensa, e que a cultura associativa no município é forte, pois expressa um alto percentual de habitantes que participam de grupos e de associações voluntárias de diferentes tipos.

¹⁶ Fonte: PORTAL TERRA – Política 15.05.2012. Reportagem publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. Acessível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/pesquisa-politicos-sao-os-que-menos-despertam-confianca-no-pais,3fdb0a43aa1da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>, acessado em 06 mai. 2013.

¹⁷ Pesquisa GFK determina o nível de confiança que os cidadãos têm em 20 grupos profissionais e organizações: advogados, bombeiros, carteiros, diretores de grandes empresas, executivos de bancos, exército, funcionalismo público, instituições de caridade, instituições religiosas, jornalistas, juizes, médicos, organizações de proteção ao meio ambiente, pesquisadores de mercado, policiais, políticos, professores do ensino fundamental e médio, profissionais de marketing, publicitário e sindicatos. Fonte: GFK Brasil, acessível em: http://www.lvba.com.br/web2/imprensa/?pesquisa_da_gfk_aponta_confianca_da_populacao_nas_profissoes_e_organizacoes, acessado em 25 abr. 2013.

Cabe salientar que segundo Monastério (2001), o capital social dos tipos “*bridging*” e “*linking*” estão presentes em comunidades mais desenvolvidas, com menos desigualdades e maior fluidez em sentidos verticais; já o capital social do tipo “*bonding*” está presente em sociedades mais pobres, com mais desigualdades e menos fluidez no sentido vertical.

Buscando entender a solidariedade das pessoas para o trabalho voluntário no município foi elaborada a questão 3.3. Na tabela 34 estão os resultados.

Tabela 34 – Questão 3.3 - Nos últimos 2 anos, você prestou algum trabalho voluntário (múltipla escolha) para:

	Com seu trabalho		Com recursos financeiros		Como membro da entidade		Não participa		Não Respondeu		Total	
	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual	Quantidade de Pessoas	Percentual
APAE ¹⁸	15	6%	47	17%	2	1%	206	76%	0	0%	270	100%
Copame ¹⁹	19	7%	35	13%	1	0%	215	80%	0	0%	270	100%
Instituto Humanitas	8	3%	34	12%	2	1%	226	84%	0	0%	270	100%
Apecan ²⁰	1	0%	52	20%	1	0%	216	80%	0	0%	270	100%
Liga Feminina de Combate ao Câncer	6	2%	33	12%	1	0%	230	86%	0	0%	270	100%
Asilo	14	5%	21	8%	1	0%	234	87%	0	0%	270	100%
Alcoólicos Anônimos	1	0%	14	5%	1	0%	254	95%	0	0%	270	100%
Aspede ²¹	3	1%	14	5%	5	2%	248	92%	0	0%	270	100%
Hospital	9	3%	36	13%	2	1%	222	83%	1	0%	270	100%
Outra Entidade	15	6%	9	3%	3	1%	86	32%	157	58%	270	100%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa realizada.

Pode-se verificar que o voluntariado acontece principalmente através de contribuições financeiras, o que mostra um comportamento cívico com a comunidade, pois as pessoas simplesmente poderiam afirmar que é responsabilidade do Estado cuidar dos menores abandonados, pessoas com deficiência, idosos desamparados, doentes, e outros, no entanto, as pessoas cooperam e colaboram com entidades que cuidam destas causas. A APAE é a

¹⁸ APAE – Associação dos pais e amigos dos excepcionais.

¹⁹ COPAME – Associação comunitária pro amparo do menor.

²⁰ APECAN – Associação de apoio a pessoa com câncer.

²¹ ASPEDE – Associação Santa-cruzeense de pessoas portadoras de deficiência física.

instituição com maior prestação de serviço voluntário: 6% dos entrevistados contribuem com o seu trabalho, 17% dos entrevistados participa com recursos financeiros e 1% como membro da entidade, o que totaliza 24% de contribuição voluntária. A Copame é outra instituição que os entrevistados são solidários: 7% dos entrevistados contribuem com o seu trabalho e 13% dos entrevistados participam com recursos financeiros, o que totaliza 20% de contribuição voluntária.

Segundo a pesquisa²² perfil do voluntariado no Brasil, da Rede Brasil Voluntário (2011), realizada pelo IBOPE Inteligência, um em cada quatro brasileiros com mais de 16 anos já fez ou faz trabalho voluntário, ou seja, 25% da população fazem ou já fez serviço voluntário (35 milhões de pessoas). A pesquisa IBOPE pergunta se já fez ou faz trabalho voluntário, ou seja, ao longo da vida, e na pesquisa realizada no município se perguntou se nos últimos dois anos o entrevistado prestou algum serviço voluntário, comparando com os dados obtidos no município pode-se concluir que a média geral por se tratar de um período definido de tempo (2 anos) é consideravelmente alta. Putnam (2002, p. 149) lembra que Aristóteles observou que o homem é por sua própria natureza, um animal político, e que “o voluntariado é um sinal de política” (PUTNAM, 2002, p. 173).

Com os dados da pesquisa referente à dimensão de confiança e solidariedade, pode-se identificar que no município existe um percentual considerável de confiança entre as pessoas. E conforme Putnam (2007), a confiança é vital para a existência de capital social. Ele considera a confiança um componente básico do capital social. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior seria a probabilidade de haver cooperação.

Também pode-se constatar com a pesquisa que no município o capital social do tipo *bonding* é o que se destaca, o que leva a acreditar que seu estoque seja alto. Entretanto, o capital social do tipo *brinding* comparando com o do tipo *bonding* e com o do tipo *linking*, pode ser considerado médio. Já o estoque capital social do tipo *linking*, pode-se afirmar que é mais fraco, e que o estoque deste capital social é baixo, pois a confiança em autoridades do governo e demais serviços públicos é baixa.

²² Fonte: Relatório Anual 2011 Parceiros Voluntários. Acessível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/Componentes/parceiros/RelatorioAnual.asp>>, acessado em 22 abr. 2013.

CONCLUSÃO

Este estudo propõe-se a pesquisar e analisar o capital social no município de Santa Cruz do Sul em 2012. Nesse sentido, buscou-se o entendimento da definição do capital social e a sua importância e relação com o desenvolvimento regional segundo o pensamento dos principais pesquisadores e autores destes temas.

A pesquisa abrangeu a zona rural e zona urbana do município, onde foram realizadas 270 entrevistas. Uma das dificuldades enfrentadas diz respeito a limitação de tempo que restringiu a possibilidade de análise e aprofundamento dos dados que foram colhidos e trabalhados. Outra dificuldade enfrentada diz respeito ao próprio conceito de capital social. Como essa categoria de análise, ainda está em processo de construção, e transita pelas ciências econômicas, políticas e sociais, não há unanimidade sobre o conceito. O fato de não existir uma unanimidade sobre o conceito de capital social, reflete nos estudos e pesquisas que tentam identificar e quantificar o estoque de capital social. Existem muitos instrumentos de pesquisa, fato esse que prejudicou a tentativa de fazer comparações com outras realidades para identificar a intensidade e quantificar o estoque do capital social no município.

O capital social vem sendo visto como um dos fatores que influenciam no desenvolvimento de uma região. É através dele que se estuda e se identifica os atributos existentes na vida social e cultural de uma determinada região, permitindo o entendimento e análise das características da sua organização social, das suas redes de relacionamento, da ação coletiva, da cooperação, da confiança e da reciprocidade dos seus atores sociais. Putnam defende que o desenvolvimento econômico e político podem ocorrer via capital social, e argumenta que o progresso econômico e a prosperidade exigem cooperação, sendo um aspecto essencial do comportamento econômico cooperativo o capital social.

Na definição do conceito de capital social, a principal base teórica deste trabalho foi a do cientista político Robert Putnam, que defende que o capital social normalmente se constitui em um bem público, por ter características específicas – confiança, normas e cadeias de relações sociais – que o diferenciam do capital convencional, que normalmente é um bem privado. E afirma que o “capital social refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes, que podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas” (PUTNAM, 1995, p. 14).

Acredita-se que o capital social pode contribuir para o desenvolvimento regional. E que a combinação deste capital com os demais capitais - humano, financeiro, ambiental e

cultural - proporciona aos atores de um território a possibilidade de buscar alternativas para a superação e resolução de problemas coletivos com os recursos, com os saberes e com as pessoas que vivem nesse território.

Buscou-se, através de uma breve síntese sobre a história do município de Santa Cruz do Sul, entender o processo de sua formação, de seu desenvolvimento e da possível relação deste desenvolvimento com o capital social. Há registros que ao longo da sua trajetória histórica o trabalho comunitário, a cooperação, a ajuda mútua e a cultura associativa estiveram presentes na vida das pessoas da localidade. Desde o início do processo de colonização as pessoas colaboravam para superar as inúmeras dificuldades que encontravam. Existia a reciprocidade e a ajuda mútua, e as pessoas cooperavam na construção de casas, no plantio e colheita, no empréstimo de materiais, dinheiro e utensílios domésticos. A mobilização coletiva também esteve presente na construção e na manutenção de pontes, de estradas, de capelas, de escolas, de hospitais, de redes hídricas, de cemitérios e de centros comunitários. Muitas sociedades e clubes foram fundados para a confraternização e o lazer coletivo. Todos estes fatos evidenciam que existiu no passado em boa proporção a participação das pessoas em grupos e redes informais, a ação coletiva e a cooperação, a relação de confiança e solidariedade. E que estas relações sociais e o associativismo horizontal foram um potencial organizativo que a comunidade possuía, possibilitando vínculos de lealdade e reciprocidade entre as pessoas para a resolução de problemas coletivos e para o apoio mútuo, caracterizando um possível alto estoque de capital social do tipo *bonding*, pelo menos até a metade do século XX.

O cooperativismo veio junto com os colonizadores. Cooperativas de crédito e agrícolas foram constituídas para ajudar no desenvolvimento das atividades econômicas do município. Essas relações sociais permitiram que “trocas econômicas” (relações de mercado) fossem realizadas, fato que pode ser uma evidência da existência de capital social do tipo *brinding*.

O Estado pouco participou e esteve muito ausente da vida cotidiana das pessoas. Ele não forneceu a infraestrutura indispensável para a assistência dos imigrantes e seus descendentes. Os registros nos mostram o quanto a população ficou desamparada. Este fato evidência a distância do Estado com a sociedade civil, o que pode ter resultado num fraco engajamento político e na falta de confiança das pessoas da comunidade no Governo. Este fato pode evidenciar um baixo estoque de capital social do tipo *linking*, visto que não existiam ou eram muito frágeis às relações sociais entre a sociedade civil e o Estado.

Os estudos de Schmidt, Correa, Vogt e Bandeira, apesar dos mesmos não terem

mensurado o estoque de capital social presente no município, trouxeram à tona a evidência da existência de um alto estoque de capital social no passado. Acredita-se que isto tem pertinência. Schmidt, Correa e Vogt, defenderam que ao longo do século XX houve queima de estoque de capital social no município, tese com a qual não concordamos inteiramente. Acredita-se que o estoque de capital social do município possa ter migrado de tipo.

A pesquisa constatou que, de fato, ocorreu uma grande migração de pessoas de outros municípios da região e de outras regiões do Estado com destino ao município. Este fato pode ter interferido no estoque e no tipo de capital social existente. A pesquisa também apontou que, apesar do município ter sua origem a partir de uma colônia de imigrantes alemães, atualmente os descendentes de alemães não são mais a maioria da população. Ou seja, Santa Cruz do Sul passou a se caracterizar como sendo heterogênea na sua formação étnica. E essa diversidade étnica pode ter contribuído para o aumento do capital social dos tipos *bridging* e *linking*, pois, relações variadas entre pessoas de diferentes grupos e de diferentes procedências caracterizam sociedades em que existe tolerância e respeito às diferenças.

A questão central da presente investigação foi detectar qual o estoque de capital social existente no município de Santa Cruz do Sul no ano de 2012. Para tanto examinamos e identificamos três dimensões do capital social. No que se refere à dimensão de grupos e redes, a pesquisa constatou que em Santa Cruz do Sul existe um bom estoque do capital social do tipo *bonding*, que é aquele que envolve vínculos entre agentes de mesma posição. Isto está evidenciado na existência da mobilização coletiva para solucionar problemas comunitários. Nesse sentido apura-se que 59% dos entrevistados no último ano se reuniram ou fizeram uma reivindicação em benefício da comunidade. Também está evidenciado pelos vínculos fortes dos entrevistados com as pessoas do seu grupo social. A pesquisa constatou que 92% dos entrevistados, no mês anterior da realização da pesquisa, se reuniram para almoçar ou jantar com parentes e ou vizinhos; e 64% se reuniram para tomar chimarrão em um lugar público. Uma terceira evidência é a intensa participação em associações voluntárias. 72% dos entrevistados declarou participar de alguma forma na Igreja, e 36% dos entrevistados afirma ter alguma participação no sindicato. Com estes resultados pode-se concluir que a cultura associativa no município é forte, pois expressa um alto percentual de habitantes que participam de grupos e associações voluntárias de diferentes tipos. Esta última evidência também mostra a existência do capital social do tipo *bridging*, pois a participação em Igrejas, em Sindicatos e outras associações voluntárias, caracterizam laços fortes entre pessoas de grupos sociais distintos. A considerável participação nos sindicatos também mostra a existência do capital social do tipo *bridging* e do tipo *linking* no município, pois os sindicatos

são pontes entre os funcionários e as empresas, entre os funcionários e os órgãos e espaços públicos. A participação dos entrevistados em partidos políticos, também pode representar que existe o capital social do tipo *linking* que são relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado. Quanto a hipótese de que nas últimas décadas o estoque de capital social de Santa Cruz do Sul pudesse ter diminuído em função de uma série de fatores, não se tem como confirmar esta hipótese por falta de dados anteriores, o que inviabiliza a comparação do estoque de capital social de anos passados com o estoque de capital social atual.

O aumento do capital social pode acontecer através da ação coletiva, da cooperação e da participação comunitária. Putnam (2007) quando analisou a Itália destacou que o que é mais fundamental para a comunidade cívica é a capacidade social de colaborar visando a interesses comuns. Os dados da pesquisa referente à dimensão de ação coletiva e de cooperação entre as pessoas evidenciam que no município existe uma tendência de cooperar e de se mobilizar coletivamente para a resolução de problemas comunitários, de pelo menos metade dos pesquisados, o que pode também caracterizar um engajamento e um comportamento cívico, que, possivelmente evidencia a existência do capital social do tipo *bonding*.

Com os dados da pesquisa referente à dimensão de confiança e solidariedade, pode-se identificar que no município existe um percentual considerável de confiança entre as pessoas. Já que 44% dos pesquisados responderam que se pode confiar na maior parte das pessoas no município de Santa Cruz do Sul.

Pode-se concluir que no município existe um bom estoque de capital social e que o que se destaca é o do tipo *bonding*. Com isso pode-se afirmar que o estoque de capital social do tipo *bonding* seja alto. Entretanto, o capital social do tipo *brinding*, comparado com o *bonding* e com o *linking*, pode ser considerado médio. Já o estoque de capital social do tipo *linking*, pode-se constatar que é mais fraco.

Ao concluir-se o presente trabalho finaliza-se somente uma parte do extenso caminho em torno do tema que ainda poderá ser aprofundado. Temos a consciência de termos trazido uma modesta contribuição para a discussão de um tema importante, polêmico e candente, como é o do capital social.

No momento em que se discutem soluções e caminhos para a diversificação de culturas, buscando alternativas para a dependência do município no cultivo e processamento de fumo, o tema capital social pode ser um elemento importante para o debate, pois, no município existe estoque de capital social deve ser incluído necessariamente no debate.

Temos convicção de que no município existe um bom estoque de capital social, que

pode estar adormecido. Ele precisa ser despertado e potencializado. Essa tarefa cabe a atores sociais que buscam promover o desenvolvimento. Seria recomendável que o Conselho Regional do Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, que a Associação Comercial Industrial, que a Associação dos Empresários do município, que o movimento Novos Rumos, que a Câmara dos Vereadores, que a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado do RS, incluíssem na pauta de discussões o tema capital social, buscando um novo modelo de desenvolvimento realmente considere o bem estar e a qualidade de vida das pessoas que moram neste território, considerando as potencialidades, os recursos e as relações sociais que aqui existem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. In: LEITE, Sisnando Pedro et al (Orgs.) Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Ministério do desenvolvimento agrário: Brasília, 2000.

BANDEIRA, Pedro S. e CÉSAR, Benedito T. (Coordenadores). *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social: pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no rio grande do sul, relatório de análise dos resultados*. Porto Alegre, 2001, LABORS/IFCH/UFRGS. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/download/desenv_regional/pesquisa.pdf>, acessado em 06 out. 2011.

BANDEIRA, Pedro S. *Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no rio grande do sul*. Santa Cruz do Sul: REDES, EDUNISC, v. 12, n.1, p. 93-124, jan./abr. 2007.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2006.

_____. *Desenvolvimento regional, capital social e democracia local*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2008.

BAQUERO, M.; BAQUERO R. *Trazendo o cidadão para a arena política: Capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina*. Santa Cruz do Sul: REDES, EDUNISC, v. 12, n.1, p. 125 - 150, jan./abr.2007.

BAQUERO, M. *A Dimensão oculta da democracia contemporânea: desigualdade, cultura política e capital social no Brasil* (p. 9 – 35). Santa Cruz do Sul: REDES, EDUNISC, v. 8, nr.3, set./dez. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Editora ZACHAR, 2003.

_____. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Editora ZACHAR, 2011.

BENDER, Simone M. *Capital social e desenvolvimento em São Leopoldo*. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Ed. VOZES; 12º. Edição, 2011.

BOURGUIGNON, J. A. *O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewArticle/71>>, acessado em 30 jun. 2011.

BUBER, Martin. *Sobre comunidades*. Seleção e introdução de Marcelo Dascal e Oscar Zimmermann. São Paulo: PERSPECTIVA, 2008.

CANÇADO, A. C. *Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática*. Salvador: Cadernos do IES, 2007.

CENTRO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – DATAUnB. *World Values Survey*. Disponível em: <<http://unb.br/dataunb>>, acessado em 10 out. 2012.

CERVI, E. U. *Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e um debate com qualitativistas*. Curitiba, PR, 2009. Disponível em: <http://www.blogempublico.com/wp-content/uploads/2011/04/2008_PesquisaSocialMetQuant_CapEmerson.pdf>, acessado em 08 out. 2011.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H.Y. *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Editora ATLAS S.A., 2000.

CORREA, Silvio M.S. *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

COSTA, I. *O capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local e sustentável: um estudo comparativo entre localidades participantes do pacto “novo cariri” dentro do programa SEBRAE-PB/Redes DLIS*. João Pessoa, 2007. Acessível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf//07508406A6C7C382832575200051BEAA/\\$File/NT0003A642.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf//07508406A6C7C382832575200051BEAA/$File/NT0003A642.pdf)>, acessado em 07 out. 2011.

UNHA, Luiz A. G. *Confiança, capital social e desenvolvimento territorial*. R. RA'EGA, Curitiba, n.4, p. 49 – 60. Editora da UFPR. 2000. Ed. UFPR. Acessível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewArticle/3339>> , acessado em 20 de abr. 2013.

DRUMMOND, J. A. e FELIPPE, C. A. *Capital social à beira da Baía de Guanabara*. (p. 155 – 215). Santa Cruz do Sul: REDES, EDUNISC, v. 8, nr.3, set./dez. 2003.

DURSTON, J. *El capital social campesino em la gestión del desarrollo rural*. CEPAL, 2002. Acessível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/11700/Indice.pdf>>, acessado em 16 mar. 2012.

_____. *Construyendo capital social comunitario – una experiencia de empoderamiento rural em Guatemala*. Serie Políticas Sociales 30, Naciones Unidas, Comision Econômica para América Latina Y El Caribe, Santiago de Chile, 1999.

ETGES, Virgínia E. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

_____. *Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma*. Santa Cruz do Sul: REDES, EDUNISC, vol. 10, 2005.

FOLHA ON LINE. São Paulo. Diário. Acessível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400883.shtml>>, acessado em 16 abr. 2013.

FRANCO, Augusto. *Capital social*. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Millennium – Instituto da Política, 2001.

_____. *O lugar mais desenvolvido do mundo. Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário*. Sobradinho de Melo – DF: EAD – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2004.

_____. *Capital social e desenvolvimento local*. São Paulo, 2005. Artigo disponível em: <<http://www.eagora.org.br/arquivo/Capital-social-e-desenvolvimento>>, acessado em 07 jul. 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 17º. Ed., 1987.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Ed. ROCCO, 1996.

_____. *A Grande ruptura: a natureza humana e a reconstrução da ordem social*; Rio de Janeiro: Ed. ROCCO, 2000.

GFK BRASIL, acessível em: http://www.lvba.com.br/web2/imprensa/?pesquisa_da_gfk_aponta_confianca_da_populacao_nas_profissoes_e_organizacoes, acessado em 25 abr. 2013.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: ATLAS, 1995.

GOMES, A. P. W. M. S. *Capital social e ação coletiva: um estudo sob a ótica da nova economia institucional no assentamento primeiro de junho – MG*. 2005. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

GROOTAERT, C. et al. *Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS) - (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ)* – Grupo temático sobre capital social, banco mundial, 2003. Disponível em: <<http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>>, acessado em 03 out. 2011.

HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Ed. VOZES, 2002.

HIGGINS, Silvio S. *O capital social está na moda: análise para a reconstrução teórica*. 2003. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos demográficos, anos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>, acessado em 27 out. 2011.

KIPPER, Maria H. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

KLIKSBERG, B. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Brasília, DF: UNESCO, 2001.

KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

LATINO BARÔMETRO. Acessível em <<http://www.latinobarometro.org>>. Acesso em 02 abr. 2013.

MARTIN, H.E. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia 1849 – 1859*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

_____. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

MATOS, Heloiza. *O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas*. Líbero – São Paulo: v. 12, n. 23, p. 53-62, jun. de 2009. Acessível em: <http://www.facasper.com.br/rep_arquivos/2010/03/16/1268758057.pdf>, acessado em 01 nov. 2012.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Tradução de José Fernando Campos Fortes – 3ª. Reimpressão. Belo Horizonte: Editora EFMG, 2002.

MELIN, José Maria. *A Formação de capital social entre os empresários de micro e pequenas empresas: a experiência dos núcleos setoriais do "Empreender"*. 2007. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MONASTÉRIO, L. M. *Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul*. 2002. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

NAZZARI, R. K. e SILVA, J. O. *Capital Social, associativismo civil e comportamento*

político em Cascavel (p. 95 - 118). Santa Cruz do Sul: REDES, EDUNISC, v.11, nr. 2, maio/agosto 2006.

NICOLA, M. P.; DIESEL, V. *Capital social em comunidade rural no âmbito de um projeto de desenvolvimento regional participativo: o caso carro quebrado, Pinheiro Machado, RS*. Santa Maria, UFSM, 2003. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art3ed10.pdf>>, acessado em 14 out. 2011.

NICOLA, Marcelo P. *Mensurando o capital social na comunidade Rincão Salete – Caçapava do Sul - RS*. Anais do Seminário Nacional Sociologia e Política, Repensando Desigualdades em novos contextos – UFPR, v.11, 2011. Disponível em: <http://www.seminario.sociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/11_313.pdf>, acessado em 10 out. 2011.

PAIVA, C. A. Os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000. In: PAIVA, C. A. (org.). *Evolução das desigualdades territoriais do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

PAULA, Juarez. *Territórios, redes e desenvolvimento*. Revista do SEBRAE. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.territorioemrede.com.br/10/09/2009/territorios-redes-e-desenvolvimento-por-juarez-de-paula-2/>>, acessado em 29 jul. 2011.

_____. *Desenvolvimento local como fazer?* Brasília: SEBRAE, 2008.

PORTAL TERRA. Acessível em: <<http://www.felipelemos.com/2011/04/estudo-mostra-que-brasileiro-e-o-mais.html>>, acessado em 09 fev. 2012.

PORTAL TERRA. Acessível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/pesquisa-politicos-sao-os-que-menos-despertam-confianca-no-pais,3fdb0a43aa1da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>, acessado em 06 mai. 2013.

PORTES, Alejandro. *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Sociologia, problemas e práticas, oeriras, n. 33, set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/cielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007&lng=pt&nrm=iso>, acessado em 20 jul. 2012.

PRÁ, J. R. e NEGRÃO T. *Conexões, rupturas e capital social de Gênero* (p. 29 - 45). Santa Cruz do Sul: REDES, EDUNISC, v.11, nr. 2, maio/agosto 2006.

PRAHALAD, C. K. *A Riqueza na base da pirâmide: erradicando a pobreza com o lucro*. Porto Alegre: Ed. Ver. ATUAL., 2010.

PUTNAM, Robert D. *Capital social e democracia*; São Paulo: Braudel Papers, Instituto Fernad Braudel de Economia Mundial, nr. 10 – 1995. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp10_pt.pdf>, acessado em 23 jul. 2012.

_____. *Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 5ª. Edição. 2007.

_____. *Solo em la bolera – Colapso y resurgimiento de la comunidade norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg – Círculo de Lectores, 1ª. Edição. 2002.

QUINTANEIRO, T., BARBOSA, M. L. O. e OLIVEIRA, M. G. M. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª. ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RAMOS, M. P. e WITTMANN, M. L. (Org.). *Desenvolvimento regional, capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

RELATÓRIO ANUAL 2011 PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. Acessível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/Componentes/parceiros/RelatorioAnual.asp>>, acessado em 22 abr. 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: 4ª. Edição, 5ª. Reimpressão EDUSP, 2009.

_____. *O dinheiro e o território*. In Território e Territórios: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF) \AGB, 2002.

SCHMIDT, João P. *Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul: um aparente paradoxo*, 2002. Acessível em: <<http://online.unisc.br/cecpscs/documentos/capital-social.pdf>>, acessado em 10 fev. 2012.

SCHMIDT, João P. e GOES, C. H. B. *Cooperativismo no Vale do Rio Pardo*. In: CORREA, S. M.; ETGES, V. E.. (Org.). Território e população: 150 anos de Rio Pardo. 1ª. ed., v. 1, p. 125 – 164. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SEN, AMARTYA K. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPÚLVEDA, Sergio. *Desenvolvimento sustentável microrregional: métodos para planejamento local*. Brasília: IICA, 2005.

SILVEIRA, Rogério L.L. *Cidade, corporação e periferia urbana*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*; (tradução: Neil Ribeiro da Silva). São Paulo: Folha de São Paulo, 1ª. ed., 2010.

TRIGILIA, C. *Social capital and local development*. European Journal of Social Theory, 2001.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Acessível em: <<http://www.tse.jus.br>>, acessado em 16 abr. 2013.

UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: São Lourenço de Brindes, 1981.

VOGT, OLGÁRIO P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849 – 1993)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

_____. *A Colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. 2006. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

_____. *Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, 2001*. Acessível em: <<http://online.unisc.br/dadoseleitorais/documentos/germanismo.pdf>>, acessado em 15 abr. 2013.

_____. *Capital social e instituições comunitárias no sul do Brasil*. In: SCHMIDT, João P.(Org.). *Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul: (p. 57 – 73) EDUNISC, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul urbanização e desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

WORLD BANK, acessível em <<http://worldbank.org>>, acessado em 20 nov. 2011.

APÊNDICE – Questionário

CAPITAL SOCIAL – Redes e Grupos, Confiança e Ação Coletiva e Cooperação.

1. Local de moradia (Bairro): _____
2. Sexo: (1) Feminino (2) Masculino
3. Idade: _____
4. Renda familiar em salários mínimos:
() 1 a 3 salários () 4 a 6 salários () 7 a 10 salários () Acima de 11 salários
5. Escolaridade
(1) Fundamental incompleto (2) Fundamental completo (3) Ensino médio incompleto
(4) Ensino médio completo (5) Superior incompleto (6) Superior completo
(7) Não escolarizado (8) Não respondeu
6. Religião: _____
7. Origem étnica dos pais (assinalar mais de uma, se for o caso de origens diversas de pai e mãe):
(1) Afrodescendente (2) Germânica (3) Luso-Brasileira (4) Italiana (5) Outra:.....
8. Seus pais provêm do meio urbano ou rural?
(1) Urbano (2) Rural (3) Urbano e Rural
9. Sua família sempre morou neste município?
(1) Sempre morou aqui (2) Já morou em outro local (3) Já morou em outros Locais

1 – Redes e Grupos

1.1 – Para resolver problemas coletivos (exemplo: calçamento, iluminação pública, rede de esgoto, posto de saúde), você acredita que a melhor alternativa para uma solução é procurar:

	Concordo	Concordo Pouco	Não concordo
A Associação de bairros			
A prefeitura			
Os vereadores			
A imprensa			
Outro			

1.2 - No último ano, quantas vezes as pessoas do seu bairro se reuniram para entregar conjuntamente um abaixo assinado ou fizeram uma reivindicação a membros do governo ou a líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade?

- (1) Nunca (2) Uma vez (3) Algumas vezes (<5) (4) Muitas vezes (>5)

1.3 - No último mês, você se reuniu com outras pessoas para:

	Sim	Não
Almoçar ou jantar com parentes, amigos e ou vizinhos		
Jogar uma partida de vôlei, futebol ou outro jogo		
Jogar cartas ou bingo		
Tomar chimarrão em um lugar público		
Cantar ou rezar na casa de alguém		
Ir na Igreja		
Fazer um Happy Hour		
Outra atividade:		

1.4 – Em quais organizações e entidades de Santa Cruz você nota maior disposição de participação por parte de seus familiares, amigos e conhecidos?

	Sócio / Integrante (paga mensalidade)	Participante / Atuante (frequente)	Faz parte da Direção	Não Participa
Na Igreja ou grupo religioso				
No clube esportivo				
No clube social ou recreativo (CTG, 25 de julho, Soc. Damas...)				
No clube de mães				
Na associação de moradores do bairro				
Na associação agropecuária				
Na associação de pais e mestres				
No condomínio do seu prédio				
No sindicato				
Em partido político				
Na maçonaria				
No Lions ou Rotary				
Novos Rumos				
Em outras associações: _____				

1.5 - Você participa:

	Sócio / Integrante (paga mensalidade)	Participante / Atuante (frequente)	Faz parte da Direção	Não Participa
Na Igreja ou grupo religioso				
No clube esportivo				
No clube social ou recreativo (CTG, 25 de julho, Soc. Damas...)				
No clube de mães				
Na associação de moradores do bairro				
Na associação agropecuária				
Na associação de pais e mestres				
No condomínio do seu prédio				
No sindicato				
Em partido político				
Na maçonaria				
No Lions ou Rotary				
Novos Rumos				
Em outras associações: _____				

2 – Ação Coletiva e Cooperação

2.1 - Se houvesse um problema (por exemplo de abastecimento de água, luz, transporte ou outro) você cooperaria para tentar resolver o problema?

sim não talvez deixaria para os outros resolverem

2.2 - Nos últimos 12 meses, você cooperou para a realização de um trabalho coletivo?

sim não

2.3 - Nos últimos anos, você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?

sim não

2.4 - Reciprocidade

Você acredita que as pessoas em geral cumprem com suas obrigações para com os outros porque esperam que os outros também cumpram com as obrigações para com elas?

concordo discordo concordo pouco

2.5 – Se um projeto da comunidade não beneficia você diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do bairro, você contribuiria com o seu tempo para o projeto?

sim não talvez deixaria para os outros contribuísem

2.6 – Se um projeto da comunidade não beneficia você diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do bairro, você contribuiria com o seu dinheiro para o projeto?

sim não talvez deixaria para os outros contribuísem

3 – Confiança e Solidariedade

3.1 – Você acredita que em Santa Cruz:

	Concordo	Concordo pouco	Não concordo
Pode-se se confiar na maioria das pessoas			
Que alguém pode tirar vantagem de você			
As pessoas normalmente não confiam uns nos outros quando se trata de emprestar dinheiro			
As pessoas normalmente não confiam umas nas outras quando se trata de tomar dinheiro emprestado			
As pessoas geralmente não confiam umas nas outras quando se trata de emprestar algum material ou equipamento.			
As pessoas geralmente não confiam umas nas outras quando se trata de confiar um segredo.			
As pessoas geralmente não confiam umas nas outras quando se trata de trabalhar junto.			

3.2 – Você confia (múltipla escolha):

	Confia Totalmente	Confia em parte	Confia Pouco	Não Confia
Em pessoas da sua família				
Em amigos e vizinhos				
Em pessoas do seu bairro ou comunidade				
Nas pessoas da sua religião				
Nas pessoas do seu local de trabalho				
Nos comerciantes				
No(a) prefeito(a) e funcionários da prefeitura				
Nos vereadores				
No governo estadual				
Na polícia				
Na justiça				
Nos políticos				
Não acredita em ninguém				

3.3 – Nos últimos 2 anos, você prestou algum trabalho voluntário (múltipla escolha) para:

	Com seu trabalho	Com recursos financeiros	Como membro da entidade	Não Participa
Apae				
Copame				
Humanitas				
Apecan				
Liga Feminina de Combate ao Câncer				
Asilo				
Alcólicos Anônimos				
Aspede				
Hospital				
Outra entidade				

ANEXO A

Planilha da distribuição da amostra por setores censitários, segundo dados do IBGE Censo 2010, município de Santa Cruz do Sul

Cod_setor	Nome_do_municipio	Nome_do_distrito	Nome_do_bairro	População – 16 anos ou mais	Amostra	Totais da Sede e dos Distritos
431680805000001	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	387	1	
431680805000002	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	676	2	
431680805000003	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	313	1	
431680805000004	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	430	1	
431680805000005	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	669	2	
431680805000006	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	652	2	
431680805000007	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	626	2	
431680805000008	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	588	2	
431680805000009	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	264	1	
431680805000010	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	369	1	
431680805000011	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	498	1	
431680805000012	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Higienópolis	642	2	
431680805000013	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Higienópolis	812	2	
431680805000014	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Margarida – Aurora	672	2	
431680805000015	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Margarida – Aurora	810	2	
431680805000016	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Fim	444	1	
431680805000017	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Fim	707	2	
431680805000018	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Fim	671	2	
431680805000020	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Figueira	780	2	
431680805000021	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Piratini	368	1	
431680805000022	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Pedreira	648	2	
431680805000023	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Pedreira	635	2	
431680805000024	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Senai	546	2	
431680805000025	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Senai	577	2	
431680805000026	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Senai	711	2	
431680805000027	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Senai	659	2	
431680805000028	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Senai	593	2	
431680805000029	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Goiás	444	1	
431680805000030	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Goiás	785	2	
431680805000031	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Goiás	458	1	
431680805000032	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Avenida	582	2	
431680805000033	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Avenida	419	1	
431680805000034	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Avenida	768	2	
431680805000035	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Universitário	597	2	
431680805000036	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Universitário	378	1	
431680805000037	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Universitário	771	2	
431680805000038	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Verena	752	2	
431680805000039	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Verena	622	2	

431680805000040	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Verena	841	2
431680805000041	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Santo Inácio	689	2
431680805000042	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Belvedere	639	2
431680805000043	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Monte Verde	774	2
431680805000044	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Arroio Grande	525	2
431680805000045	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Arroio Grande	666	2
431680805000046	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Arroio Grande	738	2
431680805000047	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Arroio Grande	646	2
431680805000048	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Arroio Grande	499	1
431680805000049	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Ana Nery	751	2
431680805000050	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Menino Deus	923	3
431680805000051	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Menino Deus	758	2
431680805000052	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Faxinal	962	3
431680805000053	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Faxinal	0	0
431680805000054	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Faxinal	703	2
431680805000055	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Faxinal	898	3
431680805000056	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Faxinal	685	2
431680805000057	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Santuário	650	2
431680805000058	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Santuário	121	0
431680805000059	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Jesus	772	2
431680805000060	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Jesus	542	2
431680805000061	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Jesus	496	1
431680805000062	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Jesus	770	2
431680805000063	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Jesus	649	2
431680805000064	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Jesus	929	3
431680805000065	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Vila Schulz	848	2
431680805000066	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Vila Schulz	559	2
431680805000067	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Vila Schulz	756	2
431680805000068	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Várzea	793	2
431680805000069	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Independência	716	2
431680805000070	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Independência	719	2
431680805000071	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Renascença	897	3
431680805000072	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Entrada Rio Pardinho	200	1
431680805000073	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Linha Travessa Aeroporto	444	1
431680805000074	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Linha Santa Cruz	992	3
431680805000075	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Jardim Europa	405	1
431680805000076	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	205	1
431680805000077	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Country	710	2
431680805000078	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	449	1
431680805000080	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Aliança	502	1
431680805000081	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	São João	865	2
431680805000082	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Ohland	680	2
431680805000083	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Santo Antônio	569	2
431680805000084	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Vila Nova	754	2

431680805000085	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Esmeralda	879	3
431680805000086	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Esmeralda	488	1
431680805000087	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Esmeralda	687	2
431680805000088	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Liberdade	717	2
431680805000089	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Capão da Cruz	167	0
431680805000090	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	697	2
431680805000091	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	581	2
431680805000092	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Rauber	351	1
431680805000093	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	69	0
431680805000094	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Dona Carlota	656	2
431680805000095	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Imigrante	428	1
431680805000096	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Imigrante	432	1
431680805000097	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Glória	639	2
431680805000098	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Glória	469	1
431680805000099	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Cristal	891	3
431680805000100	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Harmonia	594	2
431680805000101	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	71	0
431680805000102	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	180	1
431680805000103	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Navegantes	236	1
431680805000104	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Margarida – Aurora	593	2
431680805000105	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Avenida	499	1
431680805000106	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Universitário	581	2
431680805000107	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Verena	689	2
431680805000108	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Verena	712	2
431680805000109	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Santo Inácio	608	2
431680805000110	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Arroio Grande	805	2
431680805000111	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Renascença	989	3
431680805000112	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Linha Santa Cruz	820	2
431680805000113	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Aliança	501	1
431680805000114	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Ohland	840	2
431680805000115	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Santo Antônio	716	2
431680805000116	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Vila Nova	737	2
431680805000117	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Dona Carlota	644	2
431680805000118	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	224	1
431680805000119	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Navegantes	222	1
431680805000120	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	125	0
431680805000121	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	408	1
431680805000122	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	491	1
431680805000123	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	552	2
431680805000124	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	555	2
431680805000125	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	538	2
431680805000126	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	502	1

431680805000127	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	26	0	
431680805000128	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	68	0	
431680805000129	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	339	1	
431680805000130	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	518	1	
431680805000131	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	441	1	
431680805000132	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	270	1	
431680805000133	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	290	1	
431680805000134	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Centro	310	1	
431680805000135	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Higienópolis	560	2	
431680805000136	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Bom Fim	456	1	
431680805000137	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Piratini	622	2	
431680805000138	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Goiás	333	1	
431680805000139	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Goiás	375	1	
431680805000140	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Avenida	414	1	
431680805000141	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Universitário	566	2	
431680805000142	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Santuário	635	2	
431680805000143	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Vila Schulz	460	1	
431680805000144	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Independência	539	2	
431680805000145	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Aliança	599	2	
431680805000146	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Esmeralda	517	1	
431680805000147	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Rauber	542	2	
431680805000148	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Arroio Grande	411	1	
431680805000149	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	Aliança	536	2	
431680805000150	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	15	0	
431680805000151	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	100	0	
431680805000152	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	375	1	
431680805000153	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	68	0	
431680805000154	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	39	0	241
431680807000001	SANTA CRUZ DO SUL	ALTO PAREDÃO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	281	1	
431680807000002	SANTA CRUZ DO SUL	ALTO PAREDÃO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	330	1	
431680807000003	SANTA CRUZ DO SUL	ALTO PAREDÃO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	337	1	
431680807000004	SANTA CRUZ DO SUL	ALTO PAREDÃO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	313	1	4
431680810000001	SANTA CRUZ DO SUL	BOA VISTA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	143	0	
431680810000002	SANTA CRUZ DO SUL	BOA VISTA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	520	2	
431680810000003	SANTA CRUZ DO SUL	BOA VISTA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	542	2	
431680810000004	SANTA CRUZ DO SUL	BOA VISTA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	549	2	6
431680830000001	SANTA CRUZ DO SUL	MONTE ALVERNE	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	739	2	
431680830000002	SANTA CRUZ DO SUL	MONTE ALVERNE	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	343	1	
431680830000003	SANTA CRUZ DO SUL	MONTE ALVERNE	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	521	2	
431680830000004	SANTA CRUZ DO SUL	MONTE ALVERNE	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	412	1	
431680830000005	SANTA CRUZ DO SUL	MONTE ALVERNE	SANTA CRUZ DO	321	1	7

			SUL (demais setores)			
431680835000001	SANTA CRUZ DO SUL	RIO PARDINHO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	557	2	7
431680835000002	SANTA CRUZ DO SUL	RIO PARDINHO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	543	2	
431680835000003	SANTA CRUZ DO SUL	RIO PARDINHO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	477	1	
431680835000004	SANTA CRUZ DO SUL	RIO PARDINHO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	537	2	
431680838000001	SANTA CRUZ DO SUL	SARAIVA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	110	0	2
431680838000002	SANTA CRUZ DO SUL	SARAIVA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	462	1	
431680838000003	SANTA CRUZ DO SUL	SARAIVA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	239	1	
431680841000001	SANTA CRUZ DO SUL	SÃO JOSÉ DA RESERVA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	473	1	1
431680841000002	SANTA CRUZ DO SUL	SÃO JOSÉ DA RESERVA	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	93	0	
431680842000001	SANTA CRUZ DO SUL	SÃO MARTINHO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	43	0	2
431680842000002	SANTA CRUZ DO SUL	SÃO MARTINHO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	428	1	
431680842000003	SANTA CRUZ DO SUL	SÃO MARTINHO	SANTA CRUZ DO SUL (demais setores)	208	1	
TOTAL				93.540	270	270